INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 16 - Nº 2 - 15 DE FEVEREIRO DE 1996 - R$ 6,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

Retrato das micro e pequenas empresas agrícolas





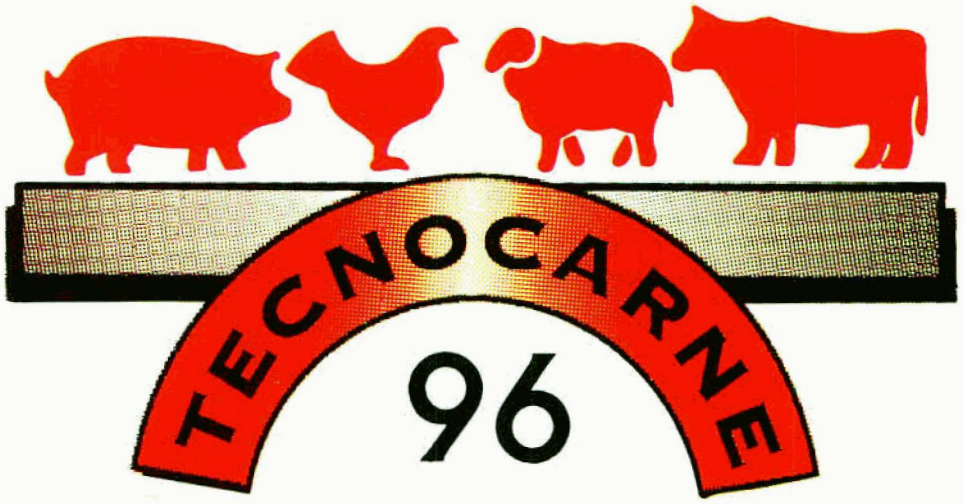
Reforma agrária: novos paradigmas

Papel e celulose: as principais empresas



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ISSN 0100-4298



II FEIRA TÉCNICA DE PRODUTOS PARA A INDÚSTRIA DA CARNE

Participe da **II Feira Técnica de Produtos para a Indústria da Carne**, de 16 a 19 de abril, no Pavilhão Amarelo do Expo Center Norte, em São Paulo. A indústria frigorífica, seus líderes e profissionais estarão lado a lado com expositores e fornecedores de suprimentos nos segmentos: Aditivos, Condimentos, Corantes, Ingredientes; Embalagens; Tripas; Refrigeração; Paletes; Armazenagem e Transporte Frigorificados; Equipamentos, Insumos e Serviços. Conheça, durante o evento, os novos lançamentos em máquinas e equipamentos para processamento, armazenagem e transporte de produtos cárneos, além de serviços e sistemas de higienização, automação, pisos e revestimentos, gerenciamento de instalações e tratamento de efluentes que serão mostrados durante a exposição. Participe. O universo da carne está a sua espera na **Tecnocarne'96.**

Apoio Oficial:

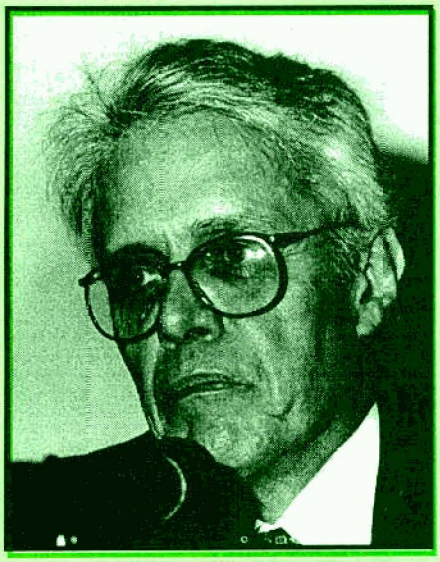
- **IBF - Instituto Brasileiro do Frio**
- **Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de São Paulo**
- **Sindifrio - Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo**
- **ANAB - Associação Nacional dos Abatedouros Avícolas**
- **Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo**
- **ABIAF - Associação Brasileira das Indústrias de Armazenagem Frigorificada**
- **ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas**
- **ABIPOS - Associação Brasileira da Indústria de Produtos Derivados de Suínos**
- **CTC/ITAL - Centro de Tecnologia da Carne do Instituto de Tecnologia de Alimentos**

Agência de Turismo
CONCEITO Viagens e Turismo
Fone: (011) 258-7844 - Fax: (011) 231-4374

Transportador Oficial
VARIG

Realização: Dipemar Promoções
Maiores informações: Fone: (011) 575-8626 - Fax: (011) 570-2825

Em busca da reforma possível



Fernando Rezende

Apontado como o principal formulador da proposta de emenda à Constituição, encaminhada pelo governo no ano passado para mudar a estrutura tributária do país, o economista e professor de finanças públicas e política fiscal da FGV Fernando Rezende aprendeu que não adianta sonhar alto nem elaborar projetos de gabinete. Essa talvez tenha sido, como ele próprio reconhece, a principal lição que extraiu dos oito anos que separam o atual projeto de modificação nos impostos da reforma realizada na Constituição de 1988. Também naquela época Rezende estava no epicentro das mudanças. Ele era o secretário executivo da Comissão de Reforma Tributária e Descentralização Administrativa da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, encarregada de propor aos constituintes um novo modelo tributário.

Da reforma de 1988 nasceu o ICMS, que substituiu o velho ICM. Mas a proposta da Comissão da Seplan de um amplo imposto sobre valor agregado ficou adiada. Ainda não era a hora certa. No país das injustiças fiscais, onde quem ganha menos paga mais, deixar de ter pressa em alcançar a eqüidade no peso dos tributos e se angustiar com a letargia da sociedade brasileira nessa área foi para Rezende um grande aprendizado. Aos 55 anos, 25 deles dedicados ao estudo do sistema tributário brasileiro, esse carioca de fala pausada costuma esclarecer, pacientemente, aos que o procuram: a proposta atual é a reforma possível e não a ideal.

Desta vez, o projeto do Executivo dividiu a reforma em duas etapas. A primeira, com trânsito mais fácil entre os parlamentares, reúne propostas sobre as quais praticamente já existe consenso: deixar de exportar imposto e reduzir a carga tributária sobre os alimentos e os investimentos. A segunda funde os dois impostos que incidem sobre valor agregado, o ICMS e o IPI, mas só a partir de 1998. E introduz algo que se discute há 30 anos no país: o princípio do destino, que significa "cobrar imposto no estado onde o produto é consumido e não onde é produzido".

Um dos efeitos perseguidos pela reforma é eliminar as brechas legais que estimulam a sonegação fiscal. Pelos cálculos de Rezende, o novo ICMS, tal como está concebido, poderá trazer um ganho de receita de 30%. Isso elevaria a atual participação no PIB de 9,4%, da soma do ICMS e do IPI, para 12,2%. O que significaria um aumento substancial de arrecadação tributária e o caminho para avançar nas mudanças: por exemplo, a eliminação das contribuições sobre faturamento, como a Cofins. Mesmo sendo uma proposta realista, Rezende acha difícil avaliar até que ponto será preservada no Congresso, onde já foram apresentadas mais de cem emendas ao projeto. Em entrevista à jornalista Cíntia Sasse, colaboradora da Agroanalysis, *Rezende, que dirige atualmente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, falou sobre a reforma e o que espera dela.*

■ *As várias tentativas de aperfeiçoar o sistema tributário brasileiro, após a Constituição de 1988, não conseguiram sair dos escaninhos do Congresso Nacional. A atual proposta de emenda constitucional pode ter melhor sorte?*

— O clima hoje é mais favorável à reforma tributária, ainda que a conjuntura complique um pouco a sua aprovação. Ela teria uma tramitação mais fácil no final de 1994 do que agora. Naquela ocasião, na esteira da URV e no início do real, as receitas estaduais estavam em franco crescimento. Agora, todos concor-

dam sobre a necessidade da reforma, ninguém discute a sua conveniência e o seu conteúdo na essência. Mas o foco central dos debates é como evitar que alguns estados, que enfrentam enorme dificuldade financeira e precisam equilibrar seus orçamentos, venham a perder arrecadação.

■ *A proposta do Executivo impõe uma redução de receita realmente significativa para os estados?*

— Em valores globais, essas perdas não são muito expressivas. No caso do fim do ICMS sobre as exportações, o próprio Confaz estima que elas alcancem de R$5 a R$6 bilhões, aproximadamente. O que representa entre 4 e 5% de toda a arrecadação do ICMS no país. O problema é a concentração dessas perdas em alguns estados. O Pará, por exemplo, que basicamente exporta minérios, terá uma redução de receita significativa. O mesmo ocorrerá com o Espírito Santo, nas exportações de celulose. No caso das vendas de produtos agropecuários ao exterior, o ônus maior recairá sobre seis estados, entre eles Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Em relação à desoneração dos investimentos, a estimativa é muito precária para avaliar qual a diminuição efetiva de receita. Alguns estados andaram fazendo as suas contas e chegaram a um total de R$1,1 a R$1,2 bilhão. O estado de São Paulo, por exemplo, acha que perde 5% da sua atual receita de ICMS com esse crédito para bens de capital. Como se vê, são problemas localizados.

■ *Nas reuniões que manteve com os governadores, o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o compromisso de compensar inteiramente essas perdas de receita dos estados. Como isso vai ser feito?*

— O projeto apresentado ao Congresso prevê uma compensação, por um prazo de cinco anos, com recursos vindos de um fundo a ser constituído com 10% do que o governo federal arrecada de IPI. A partir de 1998, quando ocorrer a fusão do ICMS com o IPI proposta na reforma, a parcela federal do novo ICMS continuará bancando essa compensação até o ano 2000. O ressarcimento nas exportações é uma medida mais simples de ser vislumbrada. Todas as exportações realizadas por qualquer estado têm o registro da operação cambial no Banco Central. É um número, portanto, que ninguém discute. Já a compensação para os investimentos é mais difícil. Não existe uma estatística centralizada. E falta às administrações tributárias estaduais um controle que discrimine quanto foi arrecadado de imposto de bens de capital e de outros bens, para separar nitidamente essas contas. Se fosse apenas para as importações de máquinas e de equipamentos, não haveria problema. A dificuldade é ter algum mecanismo de controle confiável para a produção doméstica de bens de capital, que é significativa. Por isso estamos discutindo com os estados qual o valor e como operacionalizar essa compensação. Há várias alternativas; uma delas seria um programa especial patrocinado pelo governo federal para solucionar os casos isolados.

Algumas entidades, como a Funcex, estimam uma defasagem cambial entre 15 e 16%. Se isso estiver correto, a eliminação do ICMS de 13% nas exportações compensa essa diferença cambial.

■ *Quais as outras medidas contidas no projeto de emenda constitucional?*

— Em primeiro lugar, é importante esclarecer que a proposta de reforma tributária tem dois momentos diferentes no tempo. Há uma série de medidas para as quais se defende uma aplicação imediata. Outras implicam mudanças mais profundas na atual estrutura do sistema tributário, como a fusão de ICMS e IPI em um único imposto sobre o valor agregado, que só deve entrar em vigência em 1998. De imediato, são três as questões a ser atacadas: a tributação das exportações, a desoneração das atividades agropecuárias e a questão dos investimentos. E não por acaso foram escolhidas como prioritárias. São questões que precisam ser resolvidas para dar continuidade e sustentabilidade ao plano de estabilização. No caso das exportações, trata-se de remover obstáculos que já estão comprometendo o objetivo de abertura da economia brasileira e sua inserção no cenário internacional. Ainda existe uma grande incidência de ICMS na exportação, principalmente de produtos agropecuários. Os industrializados já não sofrem essa mesma tributação.

■ *Há outras medidas que vão ajudar a reduzir a carga tributária e melhorar a competitividade da agricultura brasileira?*

— Ainda na linha de desonerar os produtos agropecuários, o projeto garante no texto constitucional a eliminação do ICMS nos insumos e implementos agrícolas. A legislação atual prevê a tributação desses insumos. Mas há um convênio do Confaz que assegura a não-incidência do imposto. Como qualquer convênio, pode ser alterado a qualquer momento. Outra medida importante é o crédito de ICMS para a aquisição de bens de capital. Hoje, se o produtor compra uma máquina para melhorar sua produtividade, não tem direito a esse crédito tributário. Só dá crédito de ICMS o que entra diretamente no produto, como matérias-primas e outros insumos. Mas as máquinas, os equipamentos, as instalações, nada disso representa crédito. A proposta assegura o crédito integral, com tudo que for adquirido pelas empresas e que integre o seu ativo permanente. O objetivo é reduzir o custo do investimento.

■ *Esse crédito vai favorecer principalmente as agroindústrias brasileiras. Isso já existe para essas empresas no exterior?*

— A regra básica é dar crédito integral sobre todos os bens adquiridos, sejam eles bens que vão compor o produto sejam bens de investimento. Isso já ocorre em boa parte dos países que adotam o imposto sobre valor agregado na sua concepção plena, como na Europa e em alguns países asiáticos e da América Latina,

como Argentina e Chile. É bom lembrar que os EUA não adotam o imposto sobre valor agregado.

■ *Nós estamos correndo atrás do prejuízo em relação aos parceiros do Mercosul?*

— Estamos alguns anos atrás no que diz respeito à modernização do sistema tributário com relação a parceiros como Argentina, Uruguai, Chile e até mesmo Paraguai. As diferenças de carga tributária para alguns produtos agrícolas, comparando Brasil e Argentina, são enormes. Antes do real, quando a situação cambial nos favorecia, as diferenças fiscais não ficavam visíveis. Agora se tornaram evidentes. A proposta do governo resolve parcialmente, no caso da tributação sobre o valor agregado. Ainda ficaríamos com alguma diferença, desfavorável ao Brasil, quanto às contribuições sociais.

■ *Mas a Argentina já conseguiu eliminar toda a tributação sobre as exportações?*

— Ainda não. Eles cobram imposto na exportação de alguns produtos primários. Mas aplicam, com muita freqüência e dependendo do mercado internacional, o que chamam de Reintegro. Ou seja, o contribuinte paga e o governo devolve. É difícil saber o quanto isso significa, porque depende das oscilações no cenário internacional. Se ele está mais favorável para o trigo, por exemplo, os argentinos reduzem o Reintegro. Se piora o preço internacional, aumentam. É uma administração mais casuística. De qualquer modo, já avançaram o IVA e estão tentando resolver um problema semelhante ao que temos nas contribuições sociais, o imposto das províncias, que incide em cascata como a Cofins.

■ *A reforma tributária vai garantir competitividade para a agricultura brasileira?*

— Sem dúvida é uma grande aliada. Mas sozinha não resolve. Há os elevados custos portuários, problemas de armazenagem, transporte e tecnologia. Para os setores já em posição privilegiada, como a avicultura e os que estão conquistando bons aumentos de produtividade como os derivados de suínos, o fim do ICMS nas exportações garante um ganho substancial. Algumas entidades como a Funcex estimam uma defasagem cambial entre 15 e 16%. Se esse montante estiver correto, a eliminação do ICMS de 13% nas exportações praticamente compensa essa diferença cambial. Mas para um grande número de setores, como laticínios e os de produção de vinhos, maçãs e trigo, a reforma tributária vai dar, no curto prazo, uma sobrevida. Acho que é necessário maior empenho governamental, com outros programas de apoio à reestruturação, como crédito, tecnologia etc.

O valor recolhido do ITR é absolutamente inexpressivo: cerca de R$220 milhões, o que representa uns 10% do total lançado pela Receita Federal. Esse imposto nunca foi efetivamente cobrado.

■ *A reforma trará alguma medida para barrar as importações danosas ao país?*

— Há um ponto importante na emenda constitucional que não foi destacado no noticiário: é a previsão da aplicação de direitos compensatórios quando constatadas práticas desleais de comércio, mesmo após o desembaraço da mercadoria. A atual legislação prevê a aplicação de direitos compensatórios. Mas como não se permite a sobretaxa após o desembaraço, ela se torna inócua. Porque várias vezes só se constata uma importação subsidiada depois que o produto já entrou no país. Essa medida é uma das principais reivindicações de boa parte das entidades do setor agropecuário. Esse dispositivo terá de ser regulamentado para se dizer como vai funcionar.

■ *Se a emenda constitucional for aprovada como o governo encaminhou, qual será a nova estrutura tributária do país?*

— A principal mudança será a junção dos dois impostos sobre valor agregado: o ICMS e o IPI. O resto será praticamente mantido. O governo federal continuará com o imposto de renda e o IOF, além dos impostos sobre o comércio exterior (importação e exportação). Os estados ficarão com sua parcela no novo ICMS e com o que já têm hoje (o imposto sobre transmissão *causa mortis* e o IPVA). E os municípios manteriam a tributação atual (IPTU, ISS).

■ *E o imposto territorial rural?*

— A proposta é transferi-lo para os estados. Mas é uma questão a ser reaberta no Congresso. Há uma demanda muito forte por parte dos municípios para absorver esse imposto. Uma das dúvidas é se os municípios teriam efetivamente condições para arrecadar esse tributo devido às dificuldades de administração do imposto, mais complexo e que exige avaliações cadastrais. A opção pelos estados também levou em conta que ele pode representar pouco para o Nordeste (não se vai cobrar ITR no semi-árido), mas muito para o Sul, como no caso do Paraná. A proposta é realizar uma partilha semelhante à existente no ICMS atual: 25% da receita para os municípios e 75% para os estados. Hoje o ITR é um imposto federal, mas metade da arrecadação vai para os municípios. O valor recolhido é absolutamente inexpressivo: cerca de R$220 milhões, o que representa uns 10% do total lançado pela Receita Federal. Esse imposto nunca foi efetivamente cobrado. Mas o que se imagina é que, atribuindo-o aos estados, alguns possam ter interesse em cobrá-lo.

■ *Uma das queixas amargas em relação à Constituição de 1988 foi a transferência de receitas da União sem as respectivas despesas. A União ficou com os encargos e menos dinheiro.*

— Esse diagnóstico é muito controvertido. Inúmeros estudos feitos depois de 1988 mostram que não foi isso o que aconteceu. Os estados e principalmente os municípios absorveram novas responsabilidades no campo da educação, da saúde e dos problemas urbanos, exatamente à medida que o governo federal reduzia sua disponibilidade financeira. Também o impacto sobre a receita estadual não foi tão grande quanto

se esperava, em função da crise que se abateu sobre o Brasil pós-Constituinte até os anos recentes. Foi um período de crescimento econômico muito baixo ou muito instável com inflação muito alta. As receitas estaduais só apresentaram crescimento expressivo no primeiro ano após a implantação do real. É bom lembrar que existe uma resistência corporativa a toda essa idéia da descentralização, na saúde e na educação, por exemplo, que não parte necessariamente dos estados. Esse movimento também existe no governo federal.

■ *O Brasil está listado entre os países que praticam uma enorme injustiça fiscal. Qual a contribuição da reforma para evitar que as classes mais baixas acabem pagando mais imposto?*

— Sem sombra de dúvida, o sistema tributário atual é altamente regressivo. O único estudo feito com detalhe e rigor técnico sobre esse assunto foi realizado em 1975. Na época, o dado que se tinha levantado é que uma família com renda na faixa de um salário mínimo pagava uns 30% de sua renda na forma de impostos. E, na faixa de cem salários mínimos, essa proporção baixava para 15%. Exatamente pelo fato de que se tem uma tributação elevada sobre alimentos, remédios, combustíveis e transporte. A única maneira de corrigir esse problema é fazer com que o sistema tributário evolua ao longo do tempo para tributar o consumo e não a produção, aplicando alíquotas seletivas. A emenda que está no Congresso é um primeiro passo para reverter essa injustiça fiscal. Ela prevê que as alíquotas do novo imposto sobre valor adicionado serão seletivas em função da essencialidade do produto. Hoje a Constituição diz que o ICMS poderá ser seletivo. Como diz *poderá*, significa que nunca *é*. Agora o verbo será colocado taxativamente: as alíquotas *serão* seletivas.

■ *Já existe alguma proposta para essas alíquotas?*

— O que se imagina é caminhar desde logo para instituir três ou quatro faixas: uma reduzida, para os produtos essenciais da cesta básica (o ideal no meu ponto de vista seria algo em torno de 5%); uma alíquota básica, que atualmente é de 17 e 18%; uma alíquota ampliada, hoje na faixa de 25% para alguns produtos eletrônicos, por exemplo; e talvez uma alíquota especial que deve ser aplicada a fumos e bebidas.

■ *Existe alguma outra grande injustiça fiscal que deve ser corrigida com a reforma?*

— Na agricultura paga-se imposto sobre a intenção de produzir. Na compra de sementes, fertilizantes, defensivos, entre outros insumos, o agricultor está sendo tributado sobre algo incerto, que não sabe ainda se vai dar resultado. Se houver uma frustração de safra, o agricultor pagou imposto sobre a intenção de produzir e não sobre a produção que não se materializou, ou que pelo menos não se materializou na mesma dimensão. Essa incidência de ICMS não existia antes da Constituição de 1988. Havia uma lei complementar que dava isenção aos insumos agrícolas, exatamente por reconhecer o fato que mencionei. Atualmente, há um convênio do Confaz que isenta esses insumos. A emenda proposta vai reinstituir na Constituição essa isenção, evitando cobrar imposto sobre a intenção de produzir.

Em 1975 um estudo indicava que uma família com renda de um salário mínimo pagava uns 30% dela na forma de impostos. Na faixa de cem salários, essa proporção baixava para 15%.

■ *Alguns estados adotaram a redução do ICMS na cesta básica. Quais os resultados dessa decisão?*

— Esse movimento começou há quatro anos, na esteira do debate sobre a tributação na agricultura. Significou um rompimento com uma regra que vinha sendo observada historicamente pelos governos estaduais, que era a unanimidade de decisões em relação ao ICMS. Uma regra que ainda persiste. São Paulo foi, salvo engano, o primeiro estado a reduzir a tributação dos alimentos de 12 para 7%. Seguiu-se a iniciativa de outros estados, como Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e mais recentemente Maranhão e Bahia. Isso criou uma situação de certo modo injusta, porque exatamente os estados mais ricos, mais desenvolvidos, que dependem menos da tributação na agricultura para financiar os seus orçamentos, puderam sair na frente. O que é o caso de São Paulo e outros do Sudeste. Já os estados do Norte, Nordeste e alguns do Centro-Oeste ainda não adotaram essa medida, exatamente pela forte dependência da receita tributária que vem da agricultura. A reforma pretende mudar essa situação.

■ *Mas o Brasil não é um dos países onde mais se cobra imposto sobre alimento?*

— Se não é o campeão, deve ser o vice. As últimas estimativas que fiz mostram que, na cesta básica de alimentos, 1/3 é imposto. Significa que o cidadão está comendo 30% de impostos não-nutritivos. Na maior parte dos países da União Européia, a tributação sobre alimentos situa-se na faixa de 5 a 7%. Na Inglaterra é zero. O que tem sido insistentemente proposto nos últimos anos é reduzir a tributação da cesta básica a um nível da ordem de 5 a 6%. É uma medida necessária não só do ponto de vista social como para ajustar o sistema tributário a um mínimo de eqüidade: tributar menos os produtos mais essenciais e, em compensação, aumentar o imposto sobre os produtos supérfluos.

■ *A redução dos impostos pode ter impacto direto sobre a oferta de alimentos básicos e sobre os preços?*

— Creio que sim. O atual sistema tributário provoca uma grande desorganização na comercialização de alimentos. Por quê? Porque induz o trânsito clandestino de mercadorias e impede a expansão do sistema cooperativo, que não consegue competir com essa comercialização que

trafega informalmente. As cooperativas praticamente não entram no feijão, no arroz e em outros alimentos básicos por esse motivo. À medida que se reduz a tributação e se permite um comércio mais legalizado, o resultado é uma diminuição no custo do alimento na ponta e, obviamente, elimina-se o chamado atravessador, que é uma das figuras historicamente conhecidas como prejudiciais a todo esse processo.

■ *Quer dizer, então, que a reforma vai ajudar na reorganização do abastecimento de alimentos básicos e no desenvolvimento do cooperativismo?*

— Exatamente. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) tem sustentado que, se a redução dos tributos na agricultura for viabilizada, o sistema cooperativo deve experimentar enorme expansão. Isso trará grande benefício para a comercialização de alimentos, uma área onde as cooperativas têm mostrado muito mais eficiência. Outro lado importante, às vezes pouco lembrado, é o aspecto sanitário, que tem a ver com a comercialização mas tem ainda mais a ver com a saúde do consumidor. No caso das carnes, por exemplo, há denúncias freqüentes de aumento do abate clandestino e fechamento de frigoríficos. Isso significa que parte da carne consumida não passa pela vigilância sanitária. Como a reforma deve reduzir a sonegação fiscal, um dos seus impactos positivos será contribuir para brecar os abates clandestinos e, conseqüentemente, melhorar o controle sanitário.

■ *E como a reforma vai reduzir a sonegação fiscal?*

— A proposta é unificar a alíquota interna e a interestadual. Isso fecha uma enorme brecha à sonegação. O atual sistema, com diferenças de alíquotas nas fronteiras, criou como que vários territórios fiscais dentro do Brasil. O que sai de São Paulo para o Norte paga 7% em São Paulo e a diferença no Norte. E no sentido contrário, paga 12% no Norte e a diferença no Sul. Essa foi uma tentativa dos estados menos desenvolvidos de corrigir através de um diferencial de alíquotas o problema da concentração de receita tributária, já que a produção é muito concentrada. Mas isso chegou a tal ponto que incentivou uma brutal sonegação de impostos.

■ *Qual seria a saída para administrar as desigualdades regionais?*

— A fusão dos dois impostos, ICMS e IPI, abre espaço para se adotar o que no jargão tributário se convencionou chamar princípio do destino. Isso é simplesmente fazer com que o imposto seja cobrado no estado onde o produto é consumido e não onde ele é produzido. Essa mudança assegura um ganho substancial de arrecadação para os estados menos desenvolvidos. Em resumo: ganham os estados que forem importadores líquidos, perdem os que forem exportadores líquidos. É o caso de São Paulo. A Fazenda paulista calcula que essa mudança possa trazer uma perda de 16% no valor da arrecadação atual. Mas eles sabem que podem ganhar muito com a redução da sonegação fiscal, o que compensaria parte dessas perdas.

■ *Existe alguma estimativa confiável sobre o tamanho da sonegação fiscal nos estados?*

— Todos aqueles que trabalham nas administrações fiscais dos estados sabem que o índice de sonegação é enorme. Mas ninguém se arrisca a dar um número, tal o valor que se supõe. A Receita Federal encaminhou à CPI da Evasão Fiscal um dado assustador sobre o que acontece com os impostos federais: para cada real arrecadado, R$1,20 é sonegado. Se isso ocorre na esfera federal, também ocorre na esfera estadual. Porque o mínimo que se exige do sonegador é que ele seja coerente.

■ *A unificação termina com o que se convencionou chamar de passeio da nota fiscal?*

— Exatamente. Hoje, o sujeito emite uma nota fiscal em São Paulo dizendo que vai vender em Manaus e a mercadoria não sai da esquina. Trata-se de uma escrituração falsa. Manaus é um caso extremo, porque as saídas para a Zona Franca têm alíquota zero. Mas até vendendo alguma coisa para o Recife, por exemplo, a diferença é de tal ordem que estimula a sonegação. Se vender internamente em São Paulo, paga 18% de imposto. Se for para Recife, recolhe 7% em São Paulo e os 11% restantes na capital pernambucana. Como a administração tributária está muito despreparada para fazer qualquer fiscalização eficiente, o que continua acontecendo com muita freqüência são as vendas estaduais fictícias. Paga-se apenas a alíquota interestadual e o produto não sai da esquina.

■ *O fim das alíquotas diferenciadas não deve trazer também uma diminuição no custo do transporte?*

— Sem dúvida. Hoje, além do passeio da nota fiscal tem-se uma espécie de engenharia operacional, na qual é mais conveniente, para um distribuidor de bebidas para São Paulo, apenas para citar um exemplo, se instalar na fronteira com Minas Gerais. Ou vice-versa: instalar-se em São Paulo para vender em Minas. A razão é a diferença de alíquotas. Da fronteira de Minas para São Paulo, a bebida é vendida com um imposto de 12%, que é a alíquota interestadual de Minas. Se estivesse dentro do território paulista, o distribuidor estaria vendendo para o varejista com 25% de imposto. Portanto, o sistema atual induz um aumento de transporte por conta dessas armações.

■ *Não se pensa em eliminar a incidência do ICMS sobre transporte?*

— A reforma não prevê essa isenção. Antes de 1988, quando não existia o ICMS, mas o ICM, não havia a cobrança desse imposto estadual sobre transportes, comunicações, energia etc. Esses setores recolhiam impostos federais e a alíquota para o de transportes era relativamente baixa. Depois da mudança na Constituição, passou-se a tributar os transportes com a mesma alíquota do ICMS em geral. Isso significou mais uma incidência ao longo da cadeia produtiva. E no caso de alguns produtos alimentares acarretou um grande aumento no custo do transporte, devido às várias cobranças: desde o transporte da matéria-prima para o beneficiamento ou a transformação até a chegada do produto à gôndola do supermercado.

■ *Já que a União e os estados vão cobrar impostos sobre a mesma base, o novo ICMS pode facilitar uma ação integrada dos fiscais estaduais e federais?*

— Essa é uma conseqüência importante do novo sistema. Hoje esse é um problema seríssimo. Não se consegue uma ação conjunta, até porque em alguns casos há certa animosidade. Mas à medida que constitucionalmente se unifique a base tributária, é natural que tenha uma administração integrada. E acho que é o único caminho para resolver o problema da deficiência na fiscalização. Não há como se colocar, em um país com as dimensões do Brasil, uma fiscalização federal eficiente em todos os estados. Agora, o modelo está construído de tal forma a criar quase um mecanismo de cumplicidade entre o contribuinte e a Fazenda. Com a unificação da alíquota, o contribuinte paga a mesma coisa vendendo para dentro ou para fora do estado. Suponha que a alíquota estadual do novo ICMS seja mantida em 18% e a federal em 5%, totalizando 23%. Se na saída para outro estado a alíquota for mais baixa, de 7% como é atualmente, o contribuinte terá que escriturar um débito nesse valor para o estado e a diferença para o governo federal, lançando sempre no total um débito de 23%. Com isso, não há estímulo para falsificar uma venda interestadual. E mais ainda: se o contribuinte não registrar a operação no estado seguinte, será tributado duas vezes: pagou no estado de origem e vai pagar novamente no de destino. Ou seja, quase que se obriga o contribuinte a correr atrás do fiscal.

■ *E a simplificação do sistema tributário, tão reivindicada pela sociedade brasileira?*

— É também outra conseqüência importante do novo ICMS. Claro que não é a simplificação desejada, mas a possível, dentro dos limites da situação financeira e política que o país atravessa. A grande contribuição da unificação do imposto, nessa direção, é que se passa a ter uma só legislação, uma só escrituração. Imagine um grande atacadista que opere em todo o Brasil. Ele tem que acompanhar a legislação de 27 estados e mais a legislação federal. O que significa um exército de advogados e contabilistas para destrinchar o cipoal de leis e normas. Com a mudança, haverá uma única legislação e uma única escrituração: uma com guia federal e outra, estadual.

■ *O custo elevado da administração tributária para as empresas não decorre também do excessivo número de tributos?*

— Essa é uma visão equivocada. Criou-se no Brasil uma idéia falsa de que o problema é o número de impostos. O Ives Gandra chegou a identificar 58 tributos. Mas nesses foram incluídas taxas sem expressão, de expedição de passaporte, fiscalização sanitária, criação de cavalos e várias outras . Não é esse o problema. O número de tributos no Brasil não é muito maior do que nos demais países. Temos uns 12 tributos no país, entre impostos e as principais contribuições. O que não é muito mais do que se tem na Europa e nos EUA. O problema da complexidade e do excessivo custo que isso impõe ao contribuinte é a freqüência com que as regras do jogo mudaram nesses últimos anos. Além do tradicional pacote de final de ano, havia as inúmeras alterações ao longo do exercício. Isso exige um exército de especialistas decifrando as mudanças para um determinado contribuinte. O regulamento do imposto de renda norte-americano é um calhamaço respeitável. Só que deve estar imutável há anos. O contribuinte aprende uma vez e pronto. Como não muda, não é complicado.

■ *Todo esse modelo tributário foi concebido para que tamanho de estado?*

— Essa é uma questão impossível de responder quantitativamente. Muita gente faz o discurso de que antes de discutir o modelo tributário é preciso definir o tamanho de estado que se quer. E como ele se reparte entre as parcelas federal, estadual e municipal. Acho que algumas diretrizes podem ser estabelecidas e a própria Constituição já definiu algumas delas. Dizer se essa reforma tributária se ajusta ou não a um perfil de estado não é uma resposta que possa ser dada de maneira estática. O capítulo constitucional é perfeitamente compatível com a idéia de um estado mais enxuto, principalmente de um governo federal mais enxuto e de maior fortalecimento estadual e municipal.

■ *Como assim?*

— Ao fazer essa junção do ICMS com o IPI, deixamos em aberto a possibilidade de reduzir progressivamente a parcela federal e aumentar em contrapartida a parcela estadual, à medida que a descentralização for acontecendo. A Constituição permite que esse ajuste seja feito. Basta reduzir a alíquota federal a zero e se transfere toda essa parcela para os estados. Isso pode ser feito na legislação complementar. Se esse sistema de cobrança sobre o valor agregado for mostrando os seus resultados, fechando as brechas da sonegação, abre-se espaço para rediscutir, por exemplo, as contribuições sociais. A possibilidade de uma assistência médica estadualizada e municipalizada, como aspira a sociedade brasileira, só é viável se forem dadas condições para isso. Se houver um crescimento substantivo da arrecadação estadual, com a transferência progressiva para os estados da base integral da tributação sobre o valor agregado, essas responsabilidades poderão ser transferidas e, conseqüentemente, reduzidas as contribuições sociais. Por isso, a reforma tributária tem que ser entendida como um processo, não um ato isolado.

Entrevista realizada por Cíntia Sasse

Tributos incidentes em alimentos industrializados

	%
Inglaterra	0
França	5,5
Espanha	6
Holanda	6
Alemanha	7
Portugal	8
Brasil*	7, 12 e 17

* Alíquotas de ICMS incidentes sobre alimentos em geral.

CARTAS

Prezados senhores,

Tive oportunidade de conhecer a revista *Agroanalysis*, através da livraria da Fundação Getulio Vargas, e tendo-a adquirido surpreendeu-me a quantidade de informações nela contidas. Creio que a existência de um veículo analítico desta qualidade deveria ser mais bem difundida, para que o meio acadêmico pudesse aproveitá-la melhor.

Parabéns à equipe pelos trabalhos publicados.

Sandra Alves Pellegrini
Professora do IBMR e pesquisadora da UFRJ
Rio de Janeiro, RJ

Prezados senhores,

Em um país carente de publicações técnicas de bom nível e capazes de interessar a um público mais amplo, vejo que a Fundação Getulio Vargas conseguiu destacar-se, no âmbito da anállise da agricultura, com a revista *Agroanalysis*. A abrangência dos temas abordados e o enfoque dado aos artigos da "Conjuntura do Agribusiness" tornam esta revista uma leitura obrigatória para aqueles que queiram conhecer melhor alguns dos mais sérios problemas da realidade brasileira.

Atenciosamente,

Nélia Carvalho de Souza
Coordenadora de Ciências — Colégio Pedro II
Rio de Janeiro,RJ

As cartas dos leitores devem ser dirigidas à *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão e índice FGV/Abag), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente Comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Márcio Bueno, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira.

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares, Renê Berlin.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha.
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Carlos Hamilton Rocha, Valéria Oliveira Santiago.

Vendas de assinatura: José Milton Gondim.

Vendas avulsas: Edna Kumakola

Publicidade.

Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grëllo, Edmundo Barbosa da Silva, Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade (Brascan Brasil S.A.), Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Conselho Consultivo

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Fernando Rezende**

7 **Cartas**

9 **Especial**

9 **Retrato falado das micro e pequenas empresas agrícolas**
IBRE/Sebrae

15 **Homenagem**
Ney Bittencourt

17 **Papel e celulose — as principais empresas**
Marcio Bueno

20 **Análises de Agroanalysis**

20 **Os novos paradigmas para a reforma agrária**
Luiz Antonio Pinazza

22 **Conjuntura do agribusiness:**

22 **A produção de frutas tropicais na Bahia**

26 **Uva**
Uma safra em dois tempos

28 **Avicultura**
Quase tudo para dar certo em 1996

30 **Arroz**
Perspectivas para o mercado mundial em 1996

33 **Legislação agrícola**

36 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1995**

38 **Oferta e demanda**

40 **Estatísticas agropecuárias**

46 **Panorama internacional**

48 **Panorama agropecuário**

48 **Mercado externo**

50 **Mercado interno**

52 **Janela aberta**

Carta verde

FHC e a agricultura

Transcorridos 18 meses do governo Fernando Henrique Cardoso, não se pode dizer que os cinco principais compromissos de campanha tenham sido integralmente cumpridos. Ao menos a prioridade à agricultura, representada por um dos dedos da mão espalmada, é hoje uma promessa esquecida.

A âncora verde do Plano Real seria conseqüência inevitável da supersafra colhida em 1996, como diz o governo? É evidente que a maior disponibilidade de produtos agrícolas é parte importante dessa história. Mas não é a explicação completa. Outros fatores contribuíram de forma direta para a queda recorde dos preços agrícolas que produziu a crise aguda de 1995.

Antes de mais nada, é bom ter em mente a real dimensão do problema. Ao longo de 1995, o IGP-DI acumulou uma variação de 14,79%, enquanto os preços agrícolas, medidos pelo IPR, recuaram 5,17%. A perda real média dos preços agrícolas, tendo como paradigma a inflação média da economia, foi de 17,39%.

Mas por que os preços agrícolas caíram tanto? Só porque a colheita foi maior? Claro que não. Para começar, citemos o câmbio artificialmente valorizado e os juros altos, os dois pilares do plano na fase seguinte à troca monetária. Pode-se argumentar, corretamente, que toda a economia sofreu os efeitos dos juros e do câmbio. Mas a agricultura foi especialmente afetada, por estar mais exposta ao mercado externo e pelo ciclo de produção e de comercialização característico do setor, que requer financiamento por período mais longo.

E mais. Justo quando nossa maior safra era colhida, a agricultura sofreu um corte sem precedente no crédito de comercialização. A agricultura colhe em um mês o que o país consome em um ano. Precisa de crédito para estocar. Justamente na hora da colheita, em razão da disputa política em torno do veto do presidente Itamar ao parágrafo segundo do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27-5-1994, sobreveio um corte fantástico no crédito e os preços desabaram.

Mas a lista dos fatores baixistas de 1995 ainda não está completa. Nunca se importou tanto subsídio e nunca se exportou tanto imposto.

Há vários anos, as principais lideranças agrícolas procuram mostrar às autoridades que a incidência de impostos nas exportações agrícolas confisca parcela importante de nossa competitividade externa. Também há vários anos, essas mesmas lideranças procuram mostrar às autoridades que a internalização de produtos agrícolas com subsídios na origem configura uma concorrência desleal e insuportável para o produtor brasileiro. É um equívoco primário pensar que se pode confiar o suprimento doméstico de produtos aqui produzidos de forma competitiva às importações subsidiadas. E as autoridades governamentais demonstraram em 1995 que não aprenderam a lição. Além de exportar impostos e importar subsídios, a redução generalizada de tarifas de importação veio desproteger ainda mais o produtor rural.

O Chile é um exemplo freqüentemente citado de economia aberta ao exterior. Pois bem: no Chile, a menor tarifa de importação é de 11%, e a legislação supõe a elevação tarifária quando os preços externos declinam. No Brasil as tarifas estão entre 6 e 10%. E pior, podem ser reduzidas a zero. Foi o que aconteceu com o milho. Em plena colheita (abril de 1995), a tarifa do milho foi zerada. No mesmo mês, as tarifas de vários produtos, entre eles a carne bovina, foram reduzidas para 2%. O algodão vem apresentando forte redução de área, em decorrência principalmente da importação com subsídios. O processo movido pelos produtores contra o subsídio às importações dos EUA se arrasta há dois anos. Enquanto isso, a indústria têxtil teve sua alíquota elevada de 25 para 70%.

A combinação de safra abundante, corte de crédito, juros elevados, câmbio valorizado, importações subsidiadas e tarifas reduzidas, somada à preexistente dívida da agricultura, provocou a maior crise da história recente do setor agrícola no Brasil.

É bem verdade que, já no final do ano passado, as autoridades mudaram o tom do discurso em relação à agricultura. O próprio reconhecimento da âncora verde e a proposta de securitização da dívida (a despeito das várias críticas cabíveis ao projeto) indicam essa nova postura governamental.

FHC terá em 1996 uma nova oportunidade de demonstrar que a prioridade à agricultura não era apenas uma promessa de campanha.

Retrato falado das micro e pequenas empresas agrícolas

ARAGUACY AFFONSO REGO — SEBRAE
BERNARDO LORENA NETO — CATI
EDEN GONÇALVES DE OLIVEIRA — IBRE/CET
GLAUCIA MARIA VASCONCELLOS VALE — SEBRAE
LUIZ GONÇALVES FILHO — IBRE/CET
PAULO CESAR STILPEN — IBRE/CET
TEXTO DE IB TEIXEIRA

Trabalho pioneiro da Fundação Getulio Vargas e do Sebrae mostra a realidade de um importante segmento da agricultura brasileira. São Paulo, Minas e Pernambuco são os estados onde se iniciaram as investigações.

Como é o universo das micro e pequenas empresas agropecuárias? Qual a área desses estabelecimentos? Que infra-estrutura se encontra por trás desses importantes núcleos de produção? Como se distribui a população economicamente ativa que vive entre as micro e pequenas unidades da agricultura brasileira?

Essas respostas, entre muitas outras, podem ser encontradas na pesquisa pioneira realizada pelo Sebrae e pela Fundação Getulio Vargas que divulgamos nesta edição de *Agroanalysis* com absoluta exclusividade.

Pesquisa pioneira realizada pelo Sebrae e pela Fundação Getulio Vargas, espécie de retrato falado da realidade agropecuária brasileira mediante um universo bastante representativo.

A pesquisa apoiou-se no Censo Agropecuário do IBGE e envolve as micro e pequenas empresas, as chamadas MPE, estabelecidas nos estados de Minas, Pernambuco e São Paulo. Posteriormente, outras importantes regiões do país serão alcançadas pelo prosseguimento do trabalho. Então será possível elaborar uma espécie de retrato falado da realidade agropecuária brasileira mediante um universo bastante representativo. De fato, o importante levantamento também envolve a análise das condições prevalecentes na produção desse tipo de empresas, tanto nas culturas permanentes como nas temporárias.

O universo da pesquisa

O trabalho do Sebrae e da Fundação Getulio Vargas, através de seu Centro de Estudos Tendenciais, reúne estabelecimentos com áreas entre 5 e 50ha, representando 43% das empresas existentes no setor e ocupando 12% da área total dos estabelecimentos agropecuários. O Sebrae de Minas, a Emater de Pernambuco e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo emprestaram seu apoio à pesquisa, que também contou com a colaboração de mais de mil empresas (1.034 em números exatos) nas três unidades da Federação.

Um dos primeiros elementos apurados no decorrer deste trabalho apontou o número de pessoas permanentemente ocupadas nas micro e pequenas empresas de agricultura: em média quatro pessoas por estabelecimento, às quais se acrescentam dois agricultores temporários, exceto em São Paulo, onde o número de empregados temporários se eleva a cinco. Na área da pecuária os números encontrados foram diferentes. Isto é, três trabalhadores permanentes e apenas um temporário, com exceção de Pernambuco, onde existe o mesmo número de pessoas ocupadas e temporárias.

Modernização

Que fatores de produção poderiam caracterizar ou não as micro e pequenas empresas? Um deles, sem dúvida, a utilização de energia elétrica, oferece um importante indicador. E, de fato, a pesquisa registrou que 57,8% das MPE agropecuárias utilizam energia elétrica. Outra indagação foi no sentido de se identificar as fontes de energia. O resultado mostrou que 56,9% dessas empresas recebiam energia elétrica fornecida pelas empresas tradicionais do setor e apenas 0,6% tinha acesso a fontes próprias de energia elétrica, oriundas de quedas-d'água ou gerador. Menor ainda era a participação do diesel, 0,3%, outras fontes representando 1,3%.

Esses números, porém, não revelam as diferenças regionais no emprego da energia elétrica, o que acontece quando as unidades da Federação envolvidas no trabalho são analisadas isoladamente. Nesse caso, o resultado aponta São Paulo como o líder no emprego da energia, com 87,4% do total das empresas; em segundo lugar aparece o estado de Pernambuco (52,1%), ficando Minas Gerais em terceiro com 43,9%. Foi, aliás, entre os mineiros que se encontrou a maior utilizacão de quedas-d'água (1%), enquanto em Per-

Micro e pequenas empresas — pessoas ocupadas
Média por estabelecimento

Unidades da Federação	Agropecuária		Agricultura		Criação animal	
	Permanentes	Temporários	Permanentes	Temporários	Permanentes	Temporários
Minas Gerais	4	1	4	2	3	1
Pernambuco	4	2	4	3	3	3
São Paulo	4	4	4	5	3	1
Agregado estadual	4	2	4	3	3	1

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agropecuária — MPE — utilização de energia elétrica
(%)

Unidades da Federação	Sim	Cia. ou coop. de energia elétrica	Queda-d'água/ gerador local	Óleo diesel/ gerador local	Outras fontes
Minas Gerais	43,9	43,1	1,0	0,2	1,3
Pernambuco	52,1	49,5	0,3	0,0	2,8
São Paulo	87,4	87,2	0,0	0,5	0,2
Agregado estadual	57,8	56,9	0,6	0,3	1,3

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agropecuária — MPE — entidades associativas
(%)

Unidades da Federação	Sindicatos rurais	Cooperativas	Associação de produtores	A nenhuma delas
Minas Gerais	35,8	17,6	10,2	45,1
Pernambuco	48,6	11,7	16,9	37,7
São Paulo	29,5	35,8	14,8	42,4
Agregado estadual	36,5	21,6	12,8	42,9

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

nambuco 0,3% utiliza esse recurso. São Paulo não revelou a existência de nenhuma queda-d'água no fornecimento de energia própria às MPE.

Outro elemento importante aferido diz respeito ao grau de associação dos titulares dos estabelecimentos agropecuários. O resultado mostrou que 48,6% dos pernambucanos estão associados a sindicatos rurais; 35,8% dos mineiros também participam desses sindicatos, enquanto apenas 29,5% dos paulistas se vinculam a eles.

Inversamente, são os agricultores e pecuaristas de São Paulo que compõem o maior número de membros das cooperativas: 35,8%, contra 11,7% em Pernambuco e 17,6% em Minas Gerais. Também é significativa a presença nas associações de produtores: 14,8% dos paulistas, 16,9% dos pernambucanos e 10,2% dos mineiros.

A maioria dos titulares das MPE não participa de nenhuma dessas associações: 42,4% em São Paulo, 37,7% em Pernambuco e 45,1% em Minas Gerais.

Infra-estrutura

Um dos objetivos do trabalho da FGV agora divulgado de forma exclusiva por *Agroanalysis* consiste na busca da tipificação das unidades de produção, revelando ao mesmo tempo os aspectos característicos da atividade agrícola.

Alguns dos aspectos gerais pesquisados mostraram que os microestabelecimentos agropecuários (de 1 a 19ha) alcançam área média de 11ha, enquanto a área média das MPE (5 a 50ha) chega a 19ha.

Quais as atividades mais freqüentes desses estabelecimentos? São geralmente de produção múltipla, combinando culturas temporárias, perenes e criação animal.

Verificou-se que, em se tratando de estabelecimentos de pequeno porte, o produtor procura diversificar as culturas, considerados os fatores naturais e os de ordem econômica. Um dos objetivos perseguidos é o melhor aproveitamento da mão-de-obra ao longo do ano. Outras metas são: a redução dos riscos; o melhor aproveitamento da terra, insumos e máquinas agríco-

Agropecuária — MPE — condições de produção do estabelecimento

Culturas principais (%)

Unidades da Federaçao	Plantio			Trato cultural		Colheita		Sementes	
	Manual	Tração animal	Tração mecânica	Manual	Mecân.	Manual	Mecân.	Comuns	Melhoradas
Minas Gerais	89,3	34,2	19,7	94,3	9,7	95,5	3,5	52,4	61,1
Pernambuco	97,5	21,9	5,6	98,8	0,8	97,6	0,0	78,4	27,8
São Paulo	69,6	20,6	51,7	77,7	58,1	94,2	21,7	20,9	83,6
Agregado estadual	85,3	28,0	26,0	90,5	21,7	95,5	8,0	48,5	61,1

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agricultura — MPE — condições de produção do estabelecimento

Culturas principais (%)

Unidades da Federação	Plantio			Trato cultural		Colheita		Sementes	
	Manual	Tração animal	Tração mecânica	Manual	Mecân.	Manual	Mecân.	Comuns	Melhoradas
Minas Gerais	91,2	29,9	22,8	94,8	6,7	94,3	4,0	51,4	62,5
Pernambuco	98,0	20,0	6,0	98,7	0,8	97,5	0,0	75,6	30,7
São Paulo	74,6	18,6	48,7	78,7	57,5	94,3	20,6	28,3	78,2
Agregado estadual	7,3	24,2	27,5	90,5	21,7	95,0	8,5	49,1	60,8

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agricultura — MPE — insumos para a produção agrícola

(%)

Unidades da Federação	Fertilizantes químicos	Adubo orgânico	Herbicidas	Inseticidas	Fungicidas	Outros
Minas Gerais	66,9	48,5	12,6	51,6	28,6	9,3
Pernambuco	25,4	63,0	8,4	59,5	24,1	3,9
São Paulo	94,2	46,2	52,8	63,4	52,1	12,0
Agregado estadual	66,9	50,8	24,6	57,0	35,1	9,0

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

las; maior proteção para as culturas e os solos e melhor gestão dos recursos financeiros.

Observou-se também que 92,8% dos estabelecimentos utilizam algum tipo dos chamados insumos modernos. Nas unidades predominantemente agrícolas, o uso de insumos está assim discriminado: fertilizantes químicos (66,9%), inseticidas (57%), adubos orgânicos (50,8%), fungicidas (35,1%) e herbicidas (24,6%).

Aqui, novamente, as diferenças regionais aparecem com nitidez. Em São Paulo, 94,2% dos estabelecimentos utilizam fertilizantes químicos, enquanto apenas 25,4% dos pernambucanos empregam esse insumo.

Plantio e culturas

Em que condições é feito o plantio nas micro e pequenas empresas agropecuárias? A pesquisa responde que 28% do total utilizam tração animal e apenas 26% tração mecânica. Nos estabelecimentos predominantemente agrícolas, o plantio manual é feito por 87,3% das MPE. Por sua vez, 27,5% empregam tração mecânica e 24,2% tração animal. O trato cultural é realizado manualmente em 90,5% dos estabelecimentos.

A pesquisa buscou averiguar em que condições tecnológicas é feito o plantio. A resposta mostrou que 61,1% dos estabelecimentos agropecuários utilizam sementes melhoradas. Outros 48,5% empregam sementes comuns. Já na área das lavouras permanentes, em 73% das empresas as mudas são selecionadas, sendo que em São Paulo 84% trabalham desse modo. Em Pernambuco o percentual desce a 75%, verificando-se em Minas o menor indicador: 60,4%.

Irrigação

Uma das conclusões do trabalho foi a de que os processos de irrigação têm baixíssimo grau de utilização.

Agropecuária — micro e pequenas empresas

(%)

Unidades da Federação	Mudas selecionadas em culturas permanentes		Utilização de insumos para produção agrícola		Utilização de irrigação		Condições do solo para mecanização	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Adequado	Impróprio
Minas Gerais	48,7	51,3	88,0	12,0	6,3	93,7	71,9	28,1
Pernambuco	57,3	42,7	97,0	3,0	14,1	85,9	79,5	20,5
São Paulo	81,2	18,8	99,4	0,6	14,8	85,2	84,5	15,5
Agregado estadual	59,5	40,5	93,0	7,0	10,2	89,8	77,0	23,0

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agricultura — micro e pequenas empresas

(%)

Unidades da Federação	Mudas selecionadas em culturas permanentes		Utilização de insumos para produção agrícola		Utilização de irrigação		Condições do solo para mecanização	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Adequado	Impróprio
Minas Gerais	46,8	53,2	87,3	12,7	5,8	94,2	71,5	28,5
Pernanbuco	60,0	40,0	97,1	3,9	15,2	84,8	77,7	22,3
São Paulo	84,5	15,5	98,8	1,2	15,0	85,0	87,9	12,1
Agregado estadual	61,7	38,3	92,8	7,2	10,8	89,2	78,0	22,0

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Criação animal — MPE — condições de produção de estabelecimento

Criações principais (%)

Unidades da Federação	Utilização dos pastos na bovinocultura		Ordenha		Insumos para produção animal			
	Confinamento	Extensiva	Mecân.	Manual	Rações	Concentrados	Sal mineral	Medicam. e vacinas
Minas Gerais	14,0	89,6	0,0	75,3	37,6	16,1	82,1	86,1
Pernanbuco	19,7	84,7	0,0	67,8	48,3	15,3	43,7	98,0
São Paulo	5,5	90,4	5,7	59,4	39,1	35,4	81,8	92,2
Agregado estadual	12,9	89,0	1,3	70,3	39,7	20,2	75,6	89,4

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Criação animal — micro e pequenas empresas

Unidades da Federação	Insumos para produção animal		Inseminação artificial na bovinocultura		Controle sobre febre aftosa	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Minas Gerais	96,2	3,8	1,2	98,8	97,9	2,1
Pernambuco	98,1	1,9	9,4	90,6	94,2	5,8
São Paulo	98,1	1,9	6,6	93,4	100,0	0,0
Agregado estadual	96,9	3,1	3,8	96,2	97,8	2,2

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Micro e pequenas empresas — tipos de assistência técnica utilizada

Unidades da Federação	Agropecuária			Agricultura			Criação animal		
	Agríc.	Veterinária	Outra	Agríc.	Veterinária	Outra	Agríc.	Veterinária	Outra
Minas Gerais	55,8	53,1	11,1	64,4	43,4	12,8	42,4	72,2	4,6
Pernambuco	59,7	53,0	15,8	66,7	46,6	17,3	31,5	68,3	21,2
São Paulo	60,1	37,3	17,6	68,7	22,1	21,9	28,7	72,6	17,5
Agregado estadual	57,8	48,6	13,9	66,2	37,2	16,7	37,6	71,6	10,2

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agricultura

Destino da produção

Unidades da Federação	Consumo no estabelecimento	Entregue a cooperativas	Vendas a indústrias	Venda a intermediários	Venda direta aos consumidores
Minas Gerais	80,3	7,6	5,3	49,6	24,9
Pernambuco	79,4	0,3	1,6	65,8	15,2
São Paulo	22,3	10,4	33,8	72,4	12,4
Agregado estadual	61,5	6,9	13,7	60,3	18,8

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Criação animal

Destino da produção

Unidades da Federação	Consumo no estabelecimento	Entregue a cooperativas	Vendas a indústrias	Venda a intermediários	Venda direta aos consumidores
Minas Gerais	58,0	16,1	21,0	57,8	22,2
Pernambuco	69,7	0,0	13,4	53,4	21,0
São Paulo	30,1	15,4	26,5	52,2	30,9
Agregado estadual	53,9	13,2	20,9	55,9	23,9

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agricultura — micro e pequenas empresas

Práticas de conservação do solo

Unidades da Federação	Percentual de empresas que utilizam técnicas de conservação	Rotação de culturas	Pousio ou descanso	Curvas de nível/ terraceamento	Outras técnicas
Minas Gerais	25,7	4,6	12,8	8,8	4,0
Pernambuco	60,0	28,0	25,6	0,4	13,7
São Paulo	45,2	21,7	13,3	21,6	11,2
Agregado estadual	39,2	15,0	15,7	11,1	8,3

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agropecuária — MPE — condições gerais

Destino da produção

Unidades da Federação	Consumo no estabelecimento	Cooperativas	Indústrias	Intermediários	Diretamente aos consumidores
Minas Gerais	75,0	12,0	10,8	48,1	21,7
Pernambuco	79,7	0,2	4,0	64,0	16,8
São Paulo	24,5	12,5	32,5	66,0	17,7
Agregado estadual	61,6	9,8	15,7	56,3	19,6

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Agropecuária — MPE — condições gerais

Fontes de financiamento da propriedade

Unidades da Federação	Bancos oficiais	Sindicatos rurais	Bancos privados	Cooperat. produtores rurais	Particulares	Nenhuma
Minas Gerais	23,0	0,3	1,0	2,9	25,2	50,3
Pernambuco	26,2	0,4	0,3	1,2	5,8	67,5
São Paulo	19,8	0,0	4,6	4,6	9,5	65,1
Agregado estadual	22,7	0,2	1,9	3,1	17,0	57,8

Fonte: FGV/IBRE/CET — Sebrae.

Apenas 10,2% dos estabelecimentos, numa área média de 3ha, fazem uso da técnica. Os que não o fazem chegam a 89,8%, e para explicar a não-utilização do sistema invocaram a falta d'água, a topografia inadequada e o desconhecimento da tecnologia respectiva.

Quem mais utiliza a irrigação? São Paulo, com 14,8%, aparece em primeiro lugar, seguindo-se Pernambuco, 14,1%, e Minas Gerais com apenas 6,3%. A grande maioria das MPE justifica a não-utilização da irrigação em virtude do alto custo da energia elétrica ou do diesel (53,7% dos informantes), em razão do alto custo dos sistemas (46,6%) ou ainda das elevadas despesas com manutenção e assistência técnica dos equipamentos (19,4%).

Criação animal

No setor de criações predomina a utilização de tecnologia simples: ordenha manual (69,65% contra 1,1% da ordenha mecânica). A suinocultura não-tecnificada alcança 20,7% contra 0,4% da tecnificada. Por sua vez, na avicultura 23,8% dos estabelecimentos possuem tecnologia simples, contra 1,8% da mais técnica. O autoconsumo, segundo os técnicos, explicaria semelhante tendência.

Entre as empresas dedicadas prioritariamente à criação animal, 96,9% empregam algum insumo. Medicamentos e vacinas são utilizados por 89,4% dos estabelecimentos; 75,6% usam sal mineral; 39,7% consomem rações e 20,2% utilizam concentrados. A escassez de recursos foi apontada como a principal razão para o não-emprego dos principais insumos.

Como se divide a pecuária bovina? A pesquisa concluiu que 74,1% dos informantes visam à produção de leite e 45,7% se empenham no corte. Para se ter uma idéia do baixo grau de modernização alcançado entre os pecuaristas das MPE, basta dizer que 96,2% deles não empregam a inseminação artificial. A falta de conhecimento técnico e/ou a escassez de recursos explicam esse fato.

Entre os criadores que mais utilizam a inseminação artificial estão os pernambucanos (9,4%), seguidos pelos paulistas (6,6%), e finalmente os mineiros, que formam um contingente de apenas 1,2%.

No que diz respeito ao controle da febre aftosa, 100% dos paulistas, 97,9% dos mineiros e 94,2% dos pernambucanos revelaram que recorrem ao controle. No conjunto do agregado 97,8% o fazem, contra apenas 2,2% dos que não controlam a aftosa.

Assistência técnica e comercialização

Entre as MPE, 57,8% das empresas recorrem à assistência técnica agrícola e 48,6% fazem uso de assistência técnica veterinária. Entre aquelas dedicadas prioritariamente à criação animal, 71,6% utilizam assistência veterinária.

A pesquisa buscou identificar o destino da produção das MPE agropecuárias. A resposta obtida mostrou que 61,6% delas utilizam a produção para o consumo do próprio estabelecimento. Para a venda a intermediários se destinam 56,3% da produção e apenas 19,6% são encaminhados à venda direta aos consumidores. Apenas 15,7% da produção chegavam às indústrias e 9,8% às cooperativas.

Quais os obstáculos à expansão da produção entre as micro e pequenas empresas agropecuárias? Boa maioria das respostas apontou dificuldades na obtenção do crédito — 65,8% do total das empresas. Outro alto percentual mostrou problemas com a comercialização (38,5%), falta de apoio técnico (34,1%) e insuficiente número de máquinas (33,1%). Outros obstáculos mencionados foram dificuldade no transporte dos produtos, escassez de locais para armazenamento da produção e entraves do tipo falta d'água, recursos financeiros, energia e maiores áreas para os estabelecimentos.

Entre as empresas dedicadas à criação animal, as dificuldades mais apontadas foram: obtenção de crédito; falta de apoio técnico e problemas de comercialização, entre outras.

Questões de solo e financiamento

A maioria dos entrevistados mostrou-se satisfeita com o solo de sua propriedade. Assim, por exemplo, 78% consideram que o solo é adequado para fins de mecanização. Apenas 22% consideraram o solo impróprio, por se encontrarem em regiões de acentuado declive ou excessivamente pedregosas.

Entre as empresas dedicadas às lavouras permanentes, o solo é considerado adequado por 69,2% das propriedades, assim distribuídas as respostas: 86% em São Paulo, 78,6% em Pernambuco e 47,9% em Minas Gerais. Entre as empresas dedicadas à lavoura temporária, o solo foi considerado adequado por 83,9% do grupo: 95,6% em São Paulo, 80,7% em Minas Gerais e 78,3% em Pernambuco.

Problemas decorrentes da erosão, desmatamento, desertificação ou esgotamento demandam medidas de conservação por parte de 39,2% das micro e pequenas empresas agrícolas, que recorrem às práticas menos dispendiosas para a conservação: pousio ou descanso (15,7%), rotação de culturas (15%), curva de nível/terraceamento (11,1%) e outras práticas (8,3%).

Finalmente, no que se refere ao financiamento, a pesquisa constatou que a participação dos bancos oficiais representou muito pouco ou apenas 22,7% do total. Seguiram-se as fontes particulares (17%), as cooperativas de produtores rurais (3,1%), os bancos privados (1,9%) e os sindicatos rurais com 0,2%. O total de informantes do setor agropecuário que não recorreu a nenhuma fonte de financiamento eleva-se a 57,8%.

Entre os estabelecimentos de criação animal, os números são também expressivos. De fato, 25,3% deles recorreram aos bancos oficiais, 11,5% a fontes particulares, 5% aos bancos privados, 3,2% às cooperativas; mas a maioria (57,3%) preferiu ignorar qualquer tipo de financiamento.

Ney Bittencourt

Em 1994, Ney Bittencourt de Araújo esteve na FGV capitaneando um seleto grupo de empresários do agribusiness. Como dizem os jornalistas, naquele dia uma parcela expressiva do PIB esteve representada no prédio da praia de Botafogo.
Ney veio ao Rio com um único objetivo: mostrar ao então diretor do IBRE, o dr. Julian Chacel, a necessidade de a FGV relançar a revista *Agroanalysis*. Com seu conhecido entusiasmo, Ney lançou mão de vários argumentos, sempre com brilho nos olhos. Chacel ouviu, ponderou... e a revista voltou a circular em setembro de 1994.
No último dia 14 de janeiro, Ney nos deixou. Ficou órfão o agribusiness, conceito que ele próprio trouxe para o Brasil e que tanto lutou para difundir. E ficamos todos nós privados da alegria, da amizade, do entusiasmo, do otimismo, do brilho desse que foi, de fato, um ser humano especial.

REGIS ALIMANDRO
Redator-chefe de AGROANALYSIS

❐ O agribusiness brasileiro ficou órfão. Ninguém soube articular tão bem esse pulverizado setor quanto Ney, um empresário que enxergava longe e um homem público que resgatou a imagem e a importância do mundo agroindustrial junto à sociedade brasileira.

ALEX BRANCO
Editor executivo da GAZETA MERCANTIL

❐ Filho de peixe, peixinho é. Ney Bittencourt de Araújo trouxe do berço a cepa da inteligência, larga visão, férrea determinação e dedicação ao trabalho, porque acreditava no que estava realizando. Sonhou homenagear o pai, criador da Agroceres, transformando-a na maior empresa do seu ramo no Brasil, e conseguiu. Como o dr. Antônio Secundino de São José, o dr. Ney Bittencourt de Araújo deixa uma enorme lacuna, irreparável, para o Brasil agrícola e seu agribusiness.

ALYSSON PAULINELLI
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

❐ Ney esteve sempre atento ao objetivo de manter a Agroceres na liderança tecnológica dos setores em que atua. Mas era, antes de mais nada, um generoso amigo que abria todas as portas do agribusiness a esta pesquisadora insistente. Como dizia o poeta, as pessoas não morrem, ficam encantadas dentro da gente.

ANA CÉLIA CASTRO
Pesquisadora do CPDA/UFRJ

❐ O agrônomo Ney Bittencourt de Araújo foi um divisor de águas da agricultura brasileira. A agricultura vai sentir falta dos tempos de Ney Bittencourt.

ANTONIO CABRERA
Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

❐ Há homens de ação, há homens de idéias, homens cultos, homens diligentes, que passam. Outros permanecem, cravando na história o marco de sua personalidade. Ney Araújo era um destes.

ANTONIO DE SALVO
Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

❐ Ney, como o chamávamos todos que tivemos a felicidade de conhecê-lo e com ele conviver, profissional e existencialmente. Ativo, vigoroso, vivo, forte, generoso, amigo. Frase feita, mas verdade: Ney Bittencourt de Araújo, nosso querido Ney, deixa um enorme vazio entre aqueles que incorporam ao seu cotidiano a luta pelo desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país. Para o Instituto Uniemp, do qual era conselheiro fundador, sua ausência será ainda maior e de inestimável peso. Saudades de Ney.

CARLOS VOGT
Diretor executivo da Uniemp

❐ Deixar de conviver com o amigo Ney não é fácil tarefa. Era um daqueles brasileiros participativos, que exercem sua cidadania de maneira plena, atuando em todas as áreas em que podia contribuir com sua inteligência e boa vontade, com o entusiasmo característico de quem reconhece as dificuldades mas sempre consegue enxergar no horizonte a superação dos problemas. Ney Bittencourt de Araújo era membro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concite), onde, como empresário, prestou uma contribuição fantástica ao processo de elaboração de uma política tecnológica para São Paulo. Nos resta lembrar das ações e seguir o exemplo desse verdadeiro cidadão brasileiro.

EMERSON KAPAZ
Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

❐ Ousado e justo. Um empreendedor de primeira linha. É esta a imagem que tenho de Ney Bittencourt, homem e líder que, por sua intensa fé na capacidade do país e de seu povo, soube como poucos identificar e fazer frutificar oportunidades de crescimento e de geração de riquezas.

FELIX DE BULHÕES
Chairman e CEO da White Martins

❐ Ney Bittencourt de Araújo foi, antes de tudo, homem de bem. Seu sentimento de brasilidade, qualidade que sempre me tocou, tem sido exemplo para muitos dos que o acompanharam no fazer da vida.

FERNANDO SANDRONI
Diretor da Nordeste Química (Norquisa)

❐ Ney era um misto de pensador e realizador. Quando apreendeu a noção de agribusiness, tornou-se seu maior entusiasta no Brasil. Para Ney não havia "bola perdida". Acreditava em todas. Perdemos o maior entusiasta do agribusiness.

FLÁVIO PASCOA TELES DE MENEZES

❐ Ney combinava de forma inusitada um grande conhecimento com uma forte paixão por tudo a que se dedicava. Substituí-lo é impossível, mas merece um esforço redobrado de todos que partilhavam com ele o desejo de desenvolvimento do setor agroindustrial.

GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS
Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

❐ Ney Bittencourt de Araújo foi meu colega no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e no Conselho do Comunidade Solidária. Ele sempre mostrou capacidade de pensar

as questões nacionais, revelando uma profunda consciência social. Foi uma grande perda para todos nós.

HERBERT DE SOUZA
PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE)

❒ Durante toda a sua existência, Ney Bittencourt foi um semeador e disseminador de idéias. Como ninguém, soube cultivar e preservar amizades. Seu dinamismo e espírito de luta fizeram nascer e prosperar projetos em terras consideradas áridas pelos incrédulos. O maior tributo que podemos render à memória de Ney Bittencourt de Araújo é manter acesa a chama da esperança e a inabalável fé na vocação e potencial do solo brasileiro para produzir alimentos, fibra e energia.

ISAAC RIBEIRO FERREIRA LEITE
PRESIDENTE DA COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFEICULTORES DE GUAXUPÉ (COOXUPÉ)

❒ Uma vida totalmente dedicada ao setor agropecuário nacional, dentro e fora da porteira, como gostava de definir o seu próprio campo de trabalho, faz da memória de Ney Bittencourt de Araújo um dos maiores exemplos de luta em favor do agribusiness no país.

JOÃO GUILHERME SABINO OMETTO
PRESIDENTE DA COOPERSUCAR E CONSELHEIRO DA ABAG

❒ Ney Bittencourt de Araújo, como bom pesquisador que era, foi um grande inovador. Grande também foi sua contribuição para a melhora da produtividade dos grãos e, por conseqüência disso, para o desenvolvimento do Brasil. Como empresário, era um empreendedor, mas nunca perdeu a noção do social, pois sempre trabalhou pelas entidades de classe, procurando contribuir nas discussões técnicas e nas negociações políticas com o apoio de seu empenho e de sua vasta experiência.

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA
MINISTRO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA

❒ O agribusiness brasileiro perdeu um de seus maiores líderes e empreendedores. Ney agia e batalhava em prol da vocação agrícola do Brasil, sempre com os olhos no futuro, condensando, com seu poder de liderança e com seu imenso cabedal de conhecimento, os pleitos e as esperanças de todos nós que lutamos pela competitividade e pela melhoria do agribusiness nacional.

LUIZ FERNANDO FURLAN
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SADIA CONCÓRDIA

❒ Ney foi um grande companheiro que batalhou incessantemente pela melhoria da agricultura brasileira. Tivemos e continuamos a ter grandes lutas tanto no Legislativo quanto no Executivo, isso faz parte de um país que busca identidade na agricultura. Perdemos um importante companheiro e grande guerreiro, mas continuaremos trabalhando para atingir o ideal pelo qual ele sempre lutou, um Brasil melhor, mais justo e com uma agricultura forte.

MANOEL PIRES DA COSTA

❒ O título do último livro do Ney, sobre os 50 anos da Agroceres, *Travessia: do sertão ao agribusiness*, traz para mim a imagem exata desse grande e carismático empreendedor, sem dúvida o maior entusiasta do agribusiness no Brasil. Graças a ele a travessia do sertão não se deu apenas na sua empresa pioneira, mas também em todo o meio empresarial mais moderno, na imprensa em geral, no meio político e no ambiente acadêmico. Agora temos a difícil responsabilidade de continuar a "travessia" proposta pelo pai do agribusiness no Brasil.

MARCOS S. JANK
PROFESSOR DA ESALQ/USP

❒ Ney defendia o agribusiness sem perder a sensibilidade para os problemas do segmento politicamente mais frágil da cadeia: o setor agrícola. Defendeu a agricultura em um país que discriminava o setor e privilegiava o setor urbano industrial. Tinha mesmo muita coragem.

MAURO DE REZENDE LOPES
COORDENADOR DE PROJETOS DE PESQUISA DO CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

❒ "Ney Bittencourt era intrépido, valente, dotado de uma lucidez bem-temperada com sentimentalidade. Um carismático monomaníaco: para ele, tudo girava em torno do 'agribusiness'. Sua pregação influiu nos pórticos das notícias da agricultura, nos analistas, nos meios de comunicação"(De *O Globo*, 23-1-1996).
Sou um permanente devedor de seu entusiasmo, sua persistência. Foi um mineiro universal; um filho carinhosíssimo. Não merecia e não merecíamos sua morte prematura.

OCTAVIO MELLO ALVARENGA
PRESIDENTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA)

❒ Mais do que líder empresarial identificado com a modernidade e líder inconteste do agribusiness, articulador do conceito e responsável mesmo pela introdução dessa palavra no vocabulário nacional, o nosso Ney era um amigo da agricultura, dos agricultores e de todos que tiveram a sorte de conviver com essa brilhante figura humana.

PEDRO DE CAMARGO NETO
FUNDEPEC

❒ O Ney era uma figura especial. Imaginava uma semente, trabalhava para criá-la; depois a plantava e cuidava da planta, colhia a produção e a distribuía entre todos, sem nada guardar para si. Fazia assim com as idéias e seus resultados. Mas vivia em permanente pecado: amava ao próximo mais que a si mesmo.

ROBERTO RODRIGUES
PRESIDENTE DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, SÃO PAULO

❒ Durante os últimos 10 anos tive o prazer de ter freqüentes e longos contatos com o Ney. Perdi um companheiro, um amigo e creio que o Brasil perdeu um grande homem. Além de eterno otimista com relação ao Brasil, à agricultura e à Agroceres, Ney possuía enorme capacidade de análise, de síntese das questões relevantes e de projetar cenários. O mais impressionante é que ia sempre além do conceito: agia, buscava influenciar e dirigir processos através de uma gama variada de atividades. Tudo isso com uma energia aparentemente inesgotável. Era, enfim, um grande companheiro.

ROGÉRIO BRAGA
CAMBUHY CITRUS COMERCIAL E EXPORTADORA, SÃO PAULO

❒ A morte de Ney Bittencourt deixa uma grande lacuna no agribusiness brasileiro. Ney foi um de seus maiores líderes. Ele traduzia em ações concretas e resultados todas as boas idéias em debate no meio tão bem representado por ele.

SERGIO BARROSO
CARGILL AGRÍCOLA



Papel e celulose — as principais empresas

MARCIO BUENO*

O setor de papel e celulose é altamente concentrado em todo o mundo. Nos últimos anos, essa característica vem se acentuando, com incorporações e fusões de grandes grupos. No Brasil não é diferente.

O setor de papel e celulose no Brasil é altamente concentrado. De 236 empresas, apenas 10 grupos respondem por 65% da produção de papel e somente cinco grupos são responsáveis por 86,7% de toda a produção da celulose de mercado. A celulose de mercado é assim chamada por se destinar às vendas, ao mercado, e não à produção de papéis dentro da mesma empresa.

A força do Brasil no cenário mundial está na produção de celulose de mercado, ostentando a 4ª colocação.

Na produção de papéis, aparece liderando o *ranking* das 10 maiores empresas nacionais o grupo Klabin, de cujas fábricas saíram 914 mil toneladas em 1994, ou 16,2% do total. Logo depois surge o grupo Suzano, com produção de 634 mil toneladas no mesmo ano, ou 11,2% do total. O grupo Votorantim, que em 1991 nem figurava no *ranking* das 10 maiores, após adquirir o grupo Simão saltou para o terceiro lugar, posto em que permanece até hoje. Entre os 10 maiores grupos que atuam no Brasil, encontram-se apenas três multinacionais: Champion, Igaras e Rigesa.

A celulose de mercado é dominada por 5 grandes grupos: Aracruz, Cenibra, Bahia Sul, Riocell e Jari. A Aracruz, que ocupa o primeiro lugar do *ranking*, em 1994 produziu 1.071t ou 43,7% da produção nacional. Todos esses grupos produzem celulose branqueada de fibra curta e têm como principal insumo o eucalipto. A comercialização no mercado internacional é basicamente de celulose branqueada. Com relação ao tipo de fibra, ainda predomina a fibra longa, mas a fibra curta vem crescendo ano a ano e já ameaça passar à frente. O crescimento da participação da celulose de fibra curta no comércio internacional é relativamente recente e se deveu a países considerados produtores não-tradicionais, como Brasil, Portugal e Espanha. Em 1980 a produção de celulose de fibra longa dominava com 64% do total, contra 36% de fibra curta. Em 1993 a fibra longa tinha caído para 56% do total produzido, enquanto a curta subia para 44%.

O setor de papel e celulose, já fortemente concentrado, tende a concentrar ainda mais capital, como acontece em vários setores da economia mundial. A concentração produtiva pode ser medida pela participação das 150 maiores empresas fabricantes de papel em relação ao total mundial. Em 1985, elas

Principais produtores brasileiros de papel — 1994
(em mil toneladas)

Empresa/grupo	Produção	%
1. Grupo Klabin	914	16,2
2. Grupo Suzano	634	11,2
3. Grupo Votorantim	525	9,3
4. Grupo Ripasa	354	6,3
5. Champion	338	6,0
6. Igaras	307	5,4
7. Rigesa	249	4,4
8. Grupo Trombini	232	4,0
9. Pisa	158	2,8
10. Inpacel	134	2,4
Outros	1.809	32,0

Fonte: ANFPC. *BNDES* Setorial, n.2, nov. 1995.

respondiam por 56% da produção de todo o mundo e em 1993 o índice tinha subido para 66%. Esse movimento se deve não apenas ao desenvolvimento tecnológico e à expansão de unidades fabris, mas também a fusões, aquisições e associações. Boa parte envolve a formação de grandes empresas de capital misto, americano e europeu. Recentemente, assistiu-se à fusão das empresas americanas Scott Paper e Kimberly-Clark, que ocupavam respectivamente a 5ª e a 15ª posição no *ranking* mundial de vendas de 1993. As duas já eram gigantes na fabricação de papéis *tissue* (para fins sanitários) e formaram um conglomerado pronto para competir no mercado europeu e que já nasce com um faturamento anual de nada menos que US$11 bilhões. Para efeito de comparação, basta verificar o faturamento de 1993 da Indústria Klabin, maior grupo brasileiro fabricante de papel e celulose: US$815,2 milhões.

Celulose branqueada de mercado — fibra curta
Principais fabricantes brasileiros — 1994

Empresa/grupo	Produção	%
1. Aracruz	1.071	43,7
2. Cenibra	387	15,8
3. Bahia Sul	340	13,9
4. Riocell	205	8,3
5. Jari	122	5,0
6. Outras	323	13,2
Total	2.448	100,0

Fonte: ANFPC.

Embora esteja longe de criar as corporações gigantescas que surgem nos EUA, Europa e Japão, no Brasil o setor vem acompanhando a tendência mundial de concentração do capital. A Manville comprou a Papelok e formou uma nova empresa, a Igaras, sexta colocada no *ranking* nacional e responsável por 5,4% da produção de papel em 1994; da fusão da Papel Simão com a Celpav surgiu a Votorantim Papel e Celulose, terceira do *ranking* e respondendo por 9,3% da produção de 1994; houve também associações (*joint-venture* Klabin-Lenzing e Toga-International Paper, Suzano com Igaras e Suzano com Vale do Rio Doce).

No *ranking* das 15 maiores empresas de papel e celulose do mundo, nove são americanas, inclusive a maior, a International Paper, com faturamento

***Ranking* mundial das empresas de papel e celulose — 1993**

Empresa (sede)	Vendas* (US$ milhões)
1. International Paper (EUA)	10.146,0
2. Nippon Paper Industries (Japão)	6.953,5
3. Georgia-Pacific (EUA)	5.231,0
4. KNB BT (Holanda)	4.788,1
5. Scott Paper (EUA)	4.748,9
6. Stone Container (EUA)	4.729,0
7. James River (EUA)	4.700,0
8. New Oji Paper (Japão)	4.688,5
9. Stora (Suécia)	4.610,6
10. Mead (EUA)	4.239,0
11. Arjo Wiggins Appleton (Inglaterra)	4.096,4
12. Champion International (EUA)	3.818,0
13. Honshu Paper (Japão)	3.767,9
14. Weyerhaeuser (EUA)	3.585,2
15. Kimberly-Clark (EUA)	2.971,7
56. Ind. Klabin Papel e Celulose (S. Paulo)	815,1
77. Cia. Suzano de Papel e Celulose (S. Paulo)	512,3
111. Aracruz Celulose (Rio de Janeiro)	310,7

Fonte: PPI — 150 Top Listing (set. 94). *BNDES Setorial*, n.2, nov. 1995.
* A maioria das empresas trabalha também com outros produtos. Nesta tabela estão computadas apenas as vendas de papel e celulose.

Celulose sulfato branqueada de mercadco
Capacidade de produção — 1994 (em mil t)

País	Total	Fibra longa	Fibra curta
1. Canadá	8.400	6.565	1.815
2. EUA	7.770	4.540	3.230
3. Suécia	2.890	2.260	630
4. Brasil	2.345	150	2.195
5. Finlândia	1.675	825	850
Outros	7.950	2.640	5.310
Total	31.010	16.980	14.030

Fonte: Hawkins Wright.

de US$10,1 bilhões em 1994. O Japão aparece em 2º lugar, com três indústrias. O Brasil, embora venha apresentando um crescimento contínuo no setor em índice superior à média mundial, só figura com três empresas entre as 150 maiores do mundo: a Indústria Klabin, que ocupa a 56ª posição, a Suzano, na 77ª, e a Aracruz Celulose, na 111ª colocação.

A posição particular de cada indústria brasileira não é muito destacada no cenário internacional, mas a colocação do Brasil como produtor de papel é mais vantajosa. Nosso país aparece na 11ª colocação de 1993 e apresenta um dos maiores índices de crescimento em relação ao ano anterior: 9,3%. Como consumidor de papel, o Brasil é o 12º país do mundo e registra igualmente um dos maiores índices de crescimento em relação a 1992: 7,1%. A força do Brasil no cenário mundial está em sua produção de celulose de mercado, ostentando a 4ª colocação, depois de EUA, Canadá e Suécia (dados de 1994). Se for considerada apenas a produção de celulose de fibra curta, o Brasil sobe para a 2ª posição (na 1ª estão os EUA). Computando-se apenas a produção de celulose de eucalipto, o Brasil é o líder mundial, tendo produzido em 1993 2.175t, o dobro do 2º colocado, Portugal, com apenas 1.090t. Metade da produção brasileira é de responsabilidade da Aracruz Celulose. A empresa, como produtora de celulose de mercado, ocupa a 5ª posição entre as maiores do mundo. Em termos de unidade fabril, a Aracruz, com planta instalada no estado do Espírito Santo, é a líder mundial, com o registro de 1.025t produzidas em 1993. Na 2ª colocação figura a unidade fabril da americana Georgia-Pacific, localizada em Brunswick, com produção de 525t.

De acordo com previsões da FAO, nos próximos 15 anos a demanda mundial deverá crescer a uma taxa média anual de 3,1%.

Empresas especializadas do setor prevêem que no período 1995-99 haverá um aumento da oferta de celulose de mercado de aproximadamente 5 milhões de toneladas. O crescimento anual médio será de 2,6%, elevando a capacidade de produção em 1999 para 42 milhões de toneladas, incluindo-se a pequena parcela de 1,7 milhão de toneladas de celulose não-branqueada. O crescimento não será igual para a celulose de fibra longa e de fibra curta: a fibra longa deve experimentar um aumento anual de apenas 1,6%, contra 4,3% para a fibra curta. Cerca de 88% dos acréscimos de oferta de celulose de mercado nesse período estarão concentrados em apenas cinco países: Indonésia (55%), Suécia/Finlândia (15%), Brasil (13%) e Canadá (8%). Em termos de crescimento, portanto, a Indonésia será o grande destaque deste final de século, devendo elevar sua participação no mercado mundial de 2,5% para 8,5%. O Brasil, no mesmo período, crescerá dos atuais 7,1% para 8,8%, pouco acima da Indonésia.

No Brasil, as empresas que estarão contribuindo para a expansão da oferta — que subirá de 2,5 milhões de toneladas em 1995 para 3,2 milhões em 1998 — são Cenibra, Votorantim, Aracruz e Jari, que está promovendo um redirecionamento estratégico para a produção apenas de celulose de eucalipto.

As perspectivas para o setor não poderiam ser melhores. De acordo com previsões da FAO nos próximos 15 anos a demanda mundial de papel deverá crescer a uma taxa média anual de 3,1%, 2,3% para os países desenvolvidos e 5,8% para os países em desenvolvimento. Os preços alcançados pela celulose no mercado internacional são também estimulantes para o setor. No início de 1994, algumas das principais empresas especializadas do mundo, como a Hawkins Wright e a Risi, erraram redondamente ao tentar projetar os preços para os anos seguintes. Para a Hawkins, em 1995 os preços da tonelada de celulose de fibra longa do norte seriam de US$645 e da de fibra curta de eucalipto, de US$595. A Risi era ainda mais pessimista — previa respectivamente US$527 e US$482. Pois a realidade foi bem outra: no último trimestre de 1995, a celulose de fibra longa era vendida a inacreditáveis US$1 mil a tonelada e a de fibra curta a US$ 960. Some-se a esses e outros fatores a enorme disponibilidade de terras no Brasil para o cultivo de madeira, o que se torna cada vez mais raro em países desenvolvidos, e estão definidos os motivos por que investidores estrangeiros vêm emitindo sinais freqüentes de interesse pelo parque brasileiro de papel e celulose.

* Jornalista.

Esta edição de Agroanalysis *oferece a seus leitores oportuno artigo de Luiz Antonio Pinazza sobre a ainda irresolvida reforma agrária no Brasil.*
O debate sobre reforma agrária prosseguirá na edição de março, com o ponto de vista de outros dois experts *em economia agrícola — José Graziano da Silva e Paulo Rabello de Castro — abordando as mais candentes questões ligadas ao tema e traçando um lúcido esboço da realidade do campo brasileiro, além de uma visão histórico-acadêmica da evolução das políticas para o setor e de sugestões concretas para a reforma propriamente dita.*

Os novos paradigmas para a reforma agrária

LUIZ ANTONIO PINAZZA*

A questão da reforma agrária volta à baila com força no país. Para este fim de século, após a grande transformação provocada pela revolução verde na agricultura, o tema poderia ser considerado fora de tempo e espaço. No Brasil, porém, onde ainda existe uma longa caminhada para se chegar a um consenso sobre essa polêmica questão, novos fatos e números precisam ser trazidos à luz do debate.

Normalmente se conclui pela extemporaneidade do assunto, uma vez que o crescimento da população tende a centralizar-se na área urbana. Isso tem ocorrido no mundo inteiro intensivamente, há pelo menos 50 anos, sem qualquer sinal de reversão. O próprio Brasil, em algum momento dos anos 60, deixou de ser predominantemente rural. E se considerarmos o cenário demográfico brasileiro para o ano 2000, que projeta 175 milhões de habitantes, verifica-se que para cada cidadão do campo haverá quatro nas cidades. As luzes da cidade escurecem celeremente o paradigma da fixação do homem no campo.

No tocante a espaço, vêm à tona dois pontos. O primeiro decorre do declínio secular da renda agrícola *vis-à-vis* outros setores da economia. O segundo é conseqüência do impacto tecnológico sobre o processo de produção.

Hoje, a sustentação do homem na atividade agropecuária depende fundamentalmente da sua capacidade de gerir variáveis como ganho de produtividade, redução de custo de produção e menor preço auferido pelo produtor. Esse é o grande desafio a enfrentar para que os objetivos de política fundiária sejam alcançados a médio prazo.

A partir dos anos 80, a tibieza da política agrícola, aliada à baixa competitividade de um amplo segmento da agricultura, tem feito com que um contingente maior de brasileiros deixe o campo e parta para as cidades. É uma realidade dura, que a sociedade contempla passivamente. Apesar de ser impossível evitá-lo, esse processo poderia ter sua intensidade bastante reduzida, tomando por base o que ocorreu nos países desenvolvidos.

Nos estados do Sul do país — onde se pratica a chamada agricultura familiar, cujas raízes vêm dos imigrantes europeus — dos quase 500 mil imóveis rurais gaúchos, mais da metade é composta por minifúndios ou pequenas propriedades, com um grau de sobrevivência de elevado risco. As estimativas apontam cerca de 150 mil sem-terra no estado, que para serem assentados absorveriam mais de R$1 bilhão. Nestes anos 90, a relação de assentados e ex-pequenos proprietários é de um para três.

Em Santa Catarina, das 200 mil propriedades, aproximadamente 20% podem desaparecer antes do ano 2000, sendo que apenas 30%, ligadas ao sistema de integração com as agroindústrias, contam com alguma garantia para o futuro. As demais correm perigo. E para o Paraná, o tradicional celeiro produtor nacional de cereais e oleaginosas, o quadro também é ameaçador. A crise nas culturas do café e do algodão no início desta década expulsou do campo mais de 600 mil pessoas; a queda na renda e a crise de liquidez enfrentadas pelo setor na safra 1994/95 fizeram aumentar a quantidade e despencar o valor das terras oferecidas para venda.

Tudo isso pode ser pouco diante das estatísticas que revelam a magnitude do mundo rural no país. Dos 4.492 municípios nacionais, aproximadamente 85% possuem menos de 20 mil habitantes cada um. Se a este número somarem as vilas, os distritos e os núcleos de pessoas circunvizinhas das localidades maiores, a totalidade vai para mais de 8 mil pequenas comunidades. O contingente de pessoas que vivem nesses pontos do mapa e os rurícolas existentes nos 5 milhões de imóveis agropecuários representam mais de 50% dos brasileiros.

Daí o alerta desconfortável: o inchaço das megalópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, dentre outras, tenderá a crescer. Entre 1986 e 1994, apenas 131,7 mil famílias foram assentadas pelo Incra. É um resultado muito fraco, ante a montanha de desafios que o país precisa remover. Quase nada tem sido feito: em 1993 foram assentadas 4,2 mil famílias e em 1994 cerca de 4,5 mil.

Para complicar a situação, a agricultura tecnificada alcança apenas 10% dos imóveis rurais que devem representar mais de 80% da produção agropecuária nacional. Não é de estranhar que o número de contratos contemplados pelo sistema nacional de crédito rural seja infe-

rior a 15% da quantidade operacionalizada há quase 10 anos, em torno de 2,7 milhões de contratos.

O Brasil já passou da hora para romper de vez o cordão umbilical que o liga a sua história colonial. Conforme os números freqüentemente citados pelo senador Darci Ribeiro, existiam no território brasileiro mais de 12 milhões de índios na fase do descobrimento; posteriormente importaram-se mais de 6 milhões de negros para trabalhar como escravos nas fazendas. Foram séculos de predomínio dos senhores de escravos, que só perderam poder em função da pressão externa contra o tráfico e o emprego de mão-de-obra escrava. Veio então a conservadora Lei das Terras, em 1850, que revelava a influência da nova elite constituída de senhores de terras. Outra novidade só apareceu em 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra, que ficou longe de ser levado à risca. E assim segue o Brasil sem quebrar seus laços históricos.

Um caminho bem diferente foi trilhado pelos Estados Unidos. Lá, em 1886, promulgou-se o Homeasted Act, logo após a Guerra de Secessão, que levou famílias e pessoas a se lançarem na conquista do Oeste. Esta saga, narrada até hoje pelo cinema e pela mídia, serve para fortalecer a imagem do setor perante a sociedade.

Como a estrutura do agribusiness não é homogênea no país, cumpre priorizar as regiões onde prevalece a agricultura tradicional, de baixa agregação de valor e incipiente tecnificação.

As autoridades governamentais brasileiras estarão cometendo um brutal erro estratégico, se colocarem em segundo plano a primeira onda da atividade econômica, a agropecuária, em favor de outras, ligadas a indústria, comércio e serviços. Os países desenvolvidos fizeram e continuam administrando gradativamente essa transição. O resultado da Rodada Uruguai é uma prova disso. Tanto a Política Agrícola Comum da União Européia como o Farm Bill dos EUA continuam fortíssimos. Aqueles que criticam os custos dessa política costumam dizer que "exceto o bebê de berço, o agricultor é a criatura mais mimada do mundo desenvolvido".

Não se deve estranhar, portanto, que as pesquisas de mercado mostrem que no mundo desenvolvido, com o respaldo do eleitor urbano, até hoje prevalece o conceito da segurança alimentar, ainda que passando do enfoque quantitativo (orientado para a produção e eliminação da fome e subnutrição da população) para o qualitativo (orientado para o abastecimento e defesa dos direitos do consumidor).

Nunca será tarde para o país conscientizar-se de que, adotando uma política de segurança alimentar, pode encontrar respostas estratégicas para os problemas sociais agudos que afligem a população brasileira. Os números mostram a importância da implementação de políticas agrícolas e agrárias, guardadas as diferentes realidades do país.

Não se podem esquecer alguns aspectos do agribusiness globalizante em curso. Um deles, sem dúvida, refere-se à rentabilidade da atividade agrícola propriamente dita, onde os ganhos de produtividade provocados pela tecnologia oferecem margens positivas e estreitas para produtos com preços cadentes. Os investimentos fogem das atividades que propiciam menor retorno, como é comum na agricultura.

Daí que a estratégia empresarial de usar a terra como reserva de valor e segurança de patrimônio tenha se tornado muito arriscada em nosso tempo. No Brasil, o preço da terra ainda é alto, comparado com o de outros países e o retorno propiciado pela atividade.

O Brasil já conta com um agribusiness consolidado, fortíssimo e competitivo, que adota medidas modernizantes integrando os elementos do sistema, fibras e biomassa, pontos importantes quando se trata de política agrária. A integração da agricultura no sistema de fibras, alimentos e biomassa está se dando em ritmo intenso que muitas vezes ultrapassa a própria capacidade das organizações, privadas e governamentais, de detectarem as mudanças e formularem estratégias e ações.

Como a estruturação do agribusiness não tem sido homogênea no país, é imprescindível priorizar as regiões onde prevalece a agricultura tradicional, de baixa agregação de valor e incipiente tecnificação. Os programas agrícolas e agrários devem ter como objetivo a verticalização da cadeia produtiva. A ordem é agregar o maior valor possível ao produto em nível local, estimulando formas criativas de organização da produção. A política fiscal deve ser utilizada como instrumento para elevar a produtividade.

As estratégias para verticalizar as atividades agropecuárias no próprio município podem ser extraídas de lições de *benchmarking*, com base no que se pratica com sucesso em alguns lugares do Brasil e no exterior. Ou seja, o município elege os produtos nos quais tem vantagens comparativas e que podem ser produzidos com qualidade total, inclusive nas atividades pós-porteira, para atender o mercado local, regional, estadual, nacional e internacional. Os japoneses usam para isso o *slogan* "uma cidade, um produto".

Deve ficar bem claro que as estratégias de política agrária e verticalização das atividades agropecuárias, em nível municipal, devem ser norteadas por conceitos empresariais modernos de produtividade e qualidade, onde se busca maior competitividade nacional e internacional, o que requer pensar globalmente e agir localmente.

Como a visão da política agrária e agrícola sob o enfoque sistêmico do agribusiness leva em conta os aspectos de mercado, tem-se que na implementação de programas de segurança alimentar não há como desconsiderá-los na questão associada ao abastecimento. No Brasil, a prioridade básica é atacar o problema de fome e subnutrição, especialmente em áreas de pobreza e baixa renda urbana, com distribuição de cesta básica, merenda escolar, vale-refeição etc. Os programas de produção, incluindo os relativos à questão fundiária, devem ser concebidos e implementados de modo complementar.

---

* Gerente de planejamento de estudos econômicos da Agroceres.

A produção de frutas tropicais na Bahia

A evolução da produção brasileira de frutas tropicais coloca o Brasil, hoje, como o principal produtor de frutas cítricas e banana, além de importante produtor de abacaxi, caju, goiaba, manga e maracujá.

O processo produtivo de frutas no Brasil deriva em boa parte da tendência mundial para uma alimentação mais natural, mais saudável e de melhor qualidade, aspectos que afetaram diretamente a demanda interna, inclusive em regiões que apresentam menor nível de renda, como o Nordeste do Brasil e a região Norte.

Quando se analisam as regiões em que o aumento da produção ocorre com mais intensidade, verifica-se que a Bahia aparece na liderança.

A manga, a uva, o mamão, a laranja, o melão e a banana são hoje produzidos em quantidades expressivas nesse estado. Mesmo o cultivo de manga, uva e laranja, originárias do Sul, vem encontrando condições adequadas em regiões irrigadas do semi-árido.

O Brasil no contexto mundial

Segundo os últimos dados disponíveis sobre a produção mundial de frutas (1993 — FAO), o Brasil é o principal produtor de laranja, representando quase 1/3 do total; o segundo maior produtor de banana, somente suplantado pela Índia e o terceiro maior produtor de abacaxi; apresenta posição destacada nas ofertas mundiais de tangerina (quarto maior produtor) e limão (sexto lugar).

O país ocupa também boa posição na produção mundial de maracujá, fruta que não é estatisticamente acompanhada pela FAO.

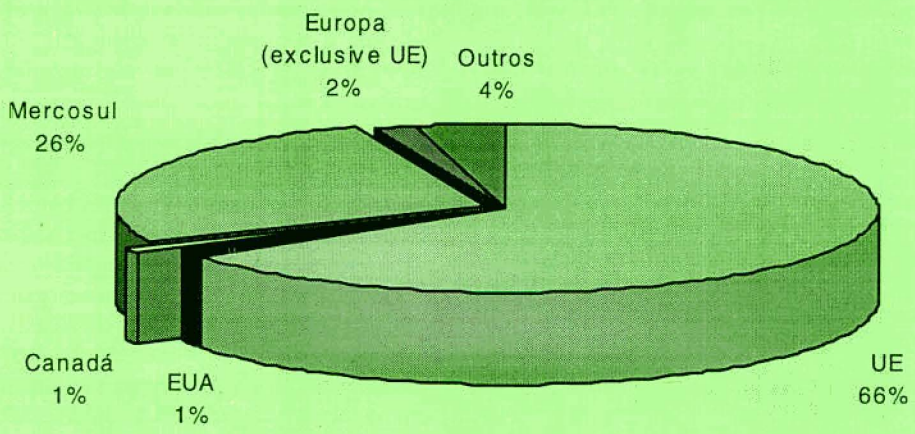
Enquanto o país se posiciona bem na produção mundial, o mesmo não acontece no que diz respeito às exportações *in natura* dessas frutas. Com exceção da laranja de mesa, que ocupa pouco mais de 1,5% das exportações mundiais, e do abacaxi (5,2%), as demais não alcançam nem 1% . Do mesmo modo, com relação às exportações agrícolas brasileiras, o valor das exportações de frutas *in natura* alcança no máximo 1%.

Os principais destinos das exportações brasileiras de frutas frescas são a Europa, o Mercosul, os EUA e o Canadá (ver gráfico 1).

O Brasil vem obtendo espaço na colocação de seus produtos no mercado mundial em função de seu calendário agrícola, mormente as fruteiras produzidas no Nordeste, que aproveitam a entressafra dos países produtores do hemisfério norte nos seus meses de inverno. Além disso, o uso inteligente da irrigação tem propiciado ao agricultor nordestino obter mais de uma safra por ano, uniformizando a oferta ao longo do tempo e aproveitando, desse modo, as melhores condições do mercado interno, com vantagem em relação à concorrência da produção sulina.

Não é sem razão que estudos de projeção elaborados pelo Ibraf — Instituto Brasileiro de Frutas — apontam

Destino das exportações brasileiras de frutas frescas



Fonte: DTIC.

para a projeção das exportações brasileiras de frutas frescas que aparece na tabela 1.

O grande mercado das frutas *in natura* produzidas no Brasil é ainda o mercado interno, apesar do baixo coeficiente de consumo *per capita* comparado aos níveis internacionais (tabela 2).

As principais razões que nos levam a crer nas boas perspectivas para o mercado interno de frutas de mesa são:

• maior exigência na qualidade da fruta nos principais mercados consumidores — São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte —, que em algumas praças de consumo mais sofisticado é comparável à dos norte-americanos;

• alargamento dos mercados mais elitizados — mercados varejistas do tipo *delicatessen*;

• maior demanda de processados, fazendo elevar a procura das indústrias produtoras de sucos e doces;

• melhoria dos padrões tecnológicos de produção, reduzindo custos, ofertando produtos em maiores quantidades, mais baratos e de melhor qualidade, que podem ser mais amplamente absorvidos.

Mapeamento das regiões produtoras

No Brasil, as principais regiões produtoras de frutas são, por ordem de importância, o Sudeste, que contribui com pouco menos de 2/3, e o Nordeste, com quase 30%. O grande peso do primeiro deve-se à produção de *citrus*, em especial laranja, da qual só em São Paulo se encontram mais de 80% dos pomares.

É no Nordeste que a produção de frutas tropicais mais se destaca, especialmente na região do semi-árido, onde se encontram as melhores condições edafoclimáticas para seu desenvolvimento.

Cerca de 40% da produção de abacaxi, por exemplo, estão concentrados no Nordeste, sendo a Paraíba o principal produtor (25% da produção nacional e 60% da produção nordestina). Na Bahia se encontram 16% da produção nordestina. Apesar de ter perdido posição ao longo dos últimos três anos para Minas Gerais, o Nordeste continua sendo a principal região produtora desta fruteira.

Consumo aparente e *per capita* das principais frutas — Brasil — 1987

Produto	Consumo aparente em 1.000t	Consumo *per capita* em kg/hab./ano
Laranja	1.680,00	11,4
Banana	5.090,00	34,5
Melancia	1.733,00	11,8
Caju	2.063,80	14,0
Abacaxi	1.662,80	11,0
Manga	1.007,20	6,80
Uva	553,30	3,80
Tangerina	502,00	3,40
Coco	360,60	2,40
Abacate	320,20	2,20
Pêssego	160,60	1,10
Maçã	1.669,90	1,10
Limão	98,00	0,60
Caqui	64,50	0,40
Figo	40,40	0,30
Melão	23,30	0,20
Pêra	20,00	0,10
Brasil - aparente	15.546,60	109,90
Brasil - efetivo [1]		77,00
EUA		160,00
Alemanha		120,00
França		115,00

Fonte: Codevasf (1989).
[1] Descontados 30% de perdas pós-colheita.

Também na produção de banana, o Nordeste vem mantendo sua posição de região produtora de maior importância (cerca de 40% da produção nacional) com exceção do ano de 1993, quando representou menos de 20%. A Bahia vem em primeiro lugar no Brasil, seguida de perto por São Paulo.

No segmento de *citrus*, a laranja é majoritariamente produzida por São Paulo, que destina quase toda a produção a suprir as indústrias de suco concentrado para exportação. Portanto, no que se refere à produção da fruta para a mesa, o Nordeste é o grande fornecedor, sendo o Sergipe e a Bahia seus principais representantes.

Exportações brasileiras de frutas frescas

	1991		2001	
Frutas	toneladas	US$ mil	toneladas	US$ mil
Abacaxi	15.194	5.057	50.000	14.000
Banana	91.142	18.332	600.000	90.000
Citros	121.272	26.392	610.000	144.000
Uva	2.882	6.063	150.000	130.000
Melão	38.755	16.005	100.000	40.000
Manga	7.692	4.704	50.000	30.000
Mamão	6.598	2.282	50.000	30.000

Fontes: CTIC/Decex para 1991 e Ibraf para 2001.

O limão, fruta essencialmente produzida no Sudeste, também tem na Bahia seu principal representante nordestino. De acordo com o último dado disponível, para 1993, é o terceiro maior produtor nacional e sua expansão foi mesmo espetacular — passou de uma participação de 1,86% para 5,81%.

A tangerina apresentou evolução semelhante para a Bahia. Em 1993, esse estado era o maior produtor nordestino e o quarto no *ranking* nacional.

O maracujá é um produto tipicamente tropical, sendo o Pará seu principal representante. A Bahia segue como o primeiro produtor nordestino.

Cerca de 62% da produção brasileira de melancia são produzidos por apenas três estados — Rio Grande do Sul , Bahia e São Paulo. A participação de Rio Grande do Sul e Bahia praticamente empatam — 24,6% contra 22,51% respectivamente em 1993.

Como se pode observar, o estado da Bahia possui posição destacada tanto no cenário nacional como no nordestino, sendo considerado, por isso, o maior estado produtor de frutas da região.

A evolução da produção na Bahia

Foi a partir da década de 80 que a produção de frutas se ampliou espacialmente para quase todas as regiões econômicas do estado, com base em processos produtivos modernos e de cunho empresarial. O crescimento da produção fica evidenciado no gráfico 2.

Como se pode observar, a evolução do crescimento é positiva com relação ao ano-base 1989 para todos os produtos, ainda que apresentem certa oscilação negativa em alguns anos.

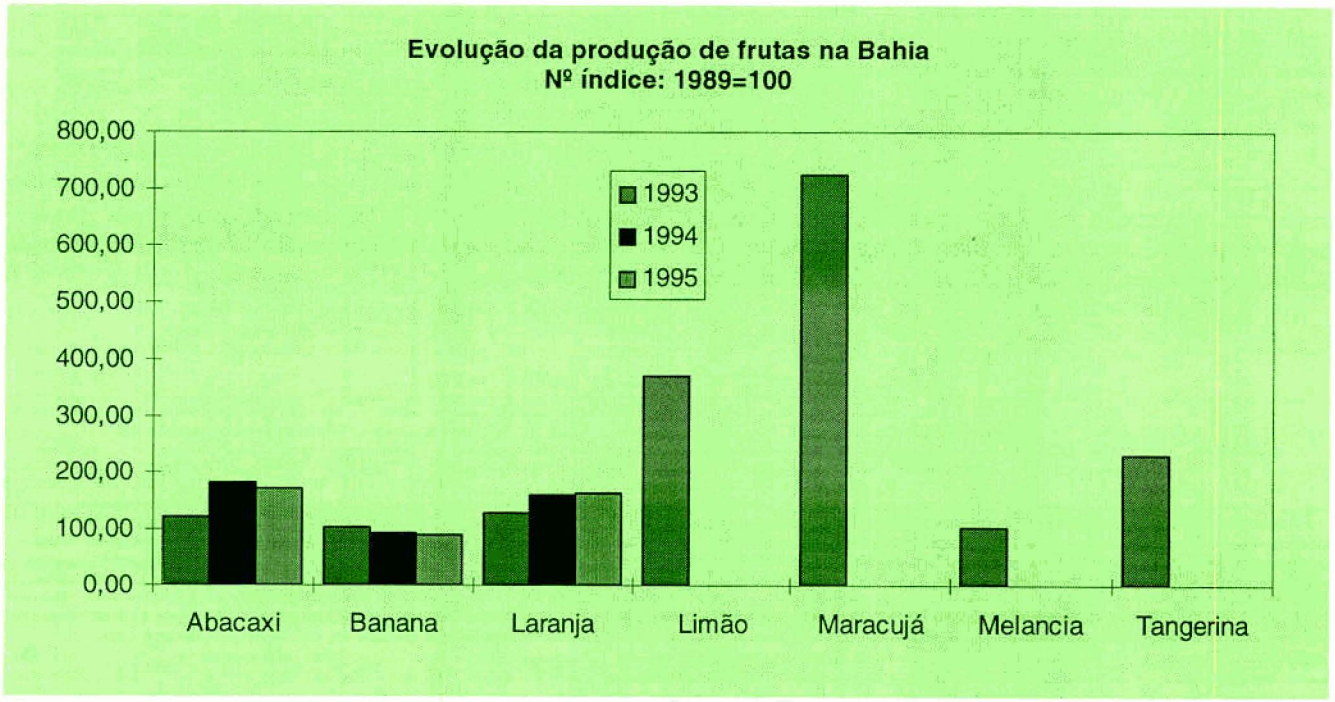
O movimento do plantio dentro do estado vem apresentando alterações profundas. O abacaxi, por exemplo, era plantado majoritariamente nos municípios localizados no nordeste e centro-norte e vem-se dirigindo com firmeza para o extremo-oeste e o sul do estado. A produção de banana permanece localizada de preferência no sul, mas também o oeste tem mostrado forte potencial de plantio da fruta. Os cítricos vêm, de modo geral, consolidando sua posição no leste e na região de Alagoinhas, além de estender-se com rapidez para a região do vale do São Francisco. A produção de maracujá está em franca expansão no litoral norte, e a melancia, antes fortemente concentrada no sul do estado, na região de Porto Seguro, vem-se dirigindo para a região polarizada por Juazeiro e para o oeste, em Barreiras e São Desidério.

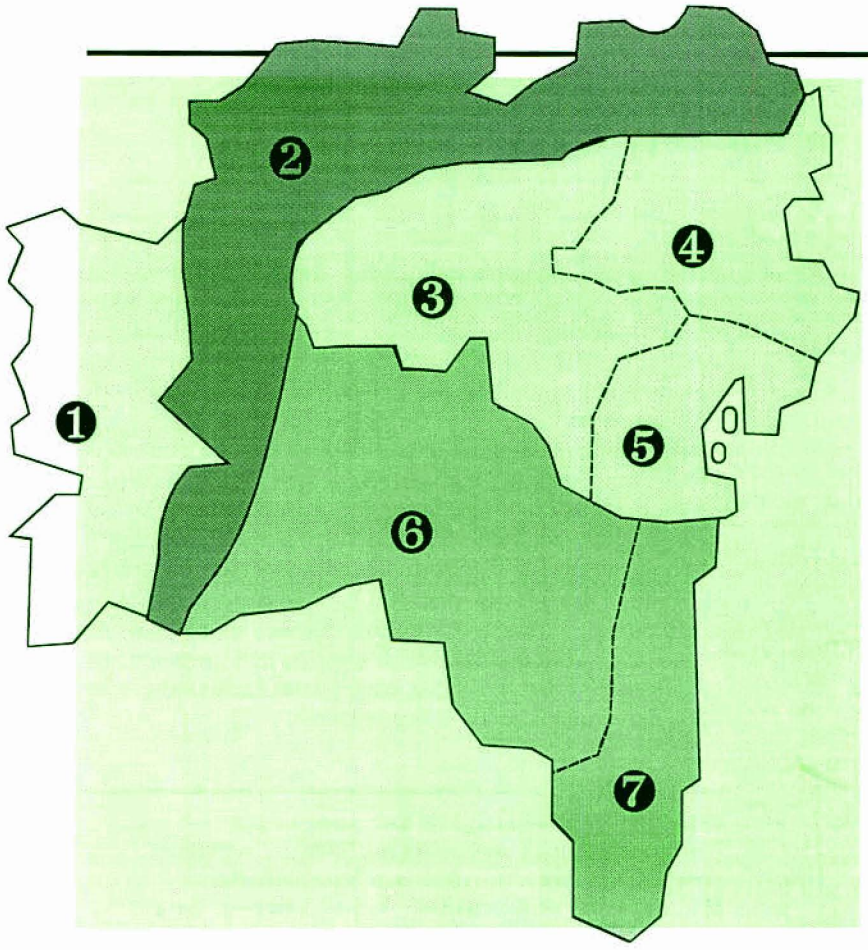
O mapa ilustra a ocorrência das frutas tropicais de interesse no estado da Bahia, segundo os principais municípios produtores.

Dentre essas regiões, o oeste baiano vem despontando como uma das mais promissoras. O vale do São Francisco já consolidou sua importância. No oeste, a fruticultura apresenta grande possibilidade de diversificação. De todas as ocorrências e oportunidades identificadas na região, a melancia lidera o grupo composto por abacaxi, maracujá, laranja, manga, limão, banana, acerola, goiaba, mamão e melancia. Existem ali 2.500ha de plantio de melancia, e são obtidas mais de 80 mil toneladas de produção anual, o que coloca a região como principal produtora de melancia do Brasil.

Outra região de importância na fruticultura do estado e do país, mas que ainda apresenta forte potencial de expansão da produção, é o médio São Francisco. Essa região adota práticas empresariais modernas na produção e na comercialização de seus produtos. A manga, o melão e a uva são distribuídos com eficiência para os principais mercados do sul do país — São Paulo e Rio de Janeiro — e para o mercado externo. Também a acerola é cultivada de forma irrigada. Apenas uma agroindústria de suco absorve toda a produção local, que é exportada para o Japão.

O litoral sul da Bahia (nº 7 no mapa) tem produção intensamente diversificada e modernizada, aproveitan-





do a oportunidade deixada pela crise do cacau. A banana e o abacaxi dessa região vêm mesmo merecendo atenção especial por parte da Ceplac.

No litoral norte (nº 4 no mapa), a área destinada à formação de pomares foi ocupada em função da produção de cítricos (predominantemente laranja), base da economia regional.

Na região centro-norte (nº 3) se destaca o município de Coração de Maria, grande produtor de abacaxi e laranja, cujas lavouras também se desenvolveram segundo um processo produtivo bastante modernizado.

Uma característica marcante do processo de intensificação da produção de fruteiras na Bahia é a união do capital industrial com o agrícola — o chamado agribusiness. Grande parte das agroindústrias baianas desenvolve seu próprio cultivo visando o mercado externo *in natura*, e absorvendo o produto de qualidade mais baixa para o processamento de sucos e doces.

Não é sem razão que a Bahia tem despertado enorme interesse no empresariado rural nacional, que visa explorar as potencialidades da produção de fruteiras tropicais.

Ocorrência de frutas tropicais selecionadas na Bahia — 1993

Mesorregiões	Nº	Ocorrência	Princ. municípios	% estadual
Extremo-oeste	1	abacaxi	Barreiras	13,41
		melancia	Barreiras	9,22
			São Desidério	7,97
Vale S. Francisco	2	limão	Juazeiro	4,65
			Sento Sé	2,32
		melancia	Juazeiro	12,56
Centro-norte baiano	3	abacaxi	Coração de Maria	2,89
		laranja	Coração de Maria	0,45
Nordeste baiano	4	tangerina	Rio Real	83,77
		limão	Rio Real	71,48
		laranja	Rio Real	41,80
			Inhambupe	9,96
		maracujá	Sátiro Dias	22,37
			Inhambupe	9,69
			Rio Real	9,41
		abacaxi	Inhambupe	6,96
Metropolitana de Salvador	5	tangerina	Sto. Ant. de Jesus	1,7
		laranja	Sapueaçú	6,42
Centro-sul baiano	6	banana	Ubaíra	7,40
			Jaguaquara	7,10
		abacaxi	Sta. Inês	8,67
Sul baiano	7	abacaxi	Alcobaça	7,74
		banana	W. Guimarães	5,06
			Camacan	4,88

INÊS LYRA DA COSTA

Uma safra em dois tempos

A safra de 1996 será menor do que a anterior, mas seus vinhos deverão ter melhor qualidade, no caso das variedades precoces.

O inverno de 1995 foi, em linhas gerais, favorável para os vinhedos gaúchos. Até agosto ocorreram os dias mais frios, esquentando a seguir. Em julho a temperatura média das regiões produtoras de uva aproximou-se do normal, de 12°, passando a 13,6° em agosto, de acordo com informações do Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho — CNPUV — de Bento Gonçalves. A geada de 5 de agosto prejudicou a brotação e somou-se à geada tardia, em setembro, que afetou algumas áreas de produção. Essas adversidades, além da redução na área de plantio, no processo gradual de acomodação ao Mercosul, levaram à estimativa de menor colheita em 1996. A diminuição vem sendo estimada entre 20% (CNPUV, da Embrapa) e 30% (sindicatos rurais).

O Rio Grande do Sul, que produz cerca de 400 mil toneladas de uva, detém aproximadamente 70% da área de plantio e produção do país. Este ano sua colheita apresentará menor quantidade do que em 1995. Até meados de janeiro, tinham sido colhidos apenas 25% das variedades viníferas (a colheita seguirá até março) e o resultado obtido foi considerado bom.

Estima-se para este ano uma safra entre 20 e 30% menor do que a colhida no ano passado, segundo estimativas do Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho, de Bento Gonçalves.

Com efeito, a estiagem que incidiu sobre o estado por várias semanas, nos últimos meses do ano, influenciou o enchimento e a formação dos cachos e foi benéfica para os parreirais do nordeste gaúcho, por ter-se combinado com a forte luminosidade de que as plantas necessitam.

A safra atual pode ser dividida em duas etapas: a primeira, cobrindo a primavera e se encerrando na véspera do Natal, foi marcada pela seca; a segunda caracterizou-se por chuvas esparsas, que prejudicaram as variedades tardias. As precoces, como a Chardonnay e a Gewürztraminer, ambas brancas, beneficiaram-se da primeira etapa e não foram atingidas pela segunda, o que propiciará a obtenção de bons vinhos brancos este ano.

A maior parte da producão, porém, é de uvas comuns, americanas ou híbridas, das quais se destacam as variedades Isabel, Niágara e Concord. Em conjunto, respondem por mais de 70% da safra. São mais rústicas e poderão superar com mais facilidade os problemas climáticos desta safra. A colheita de uva comum iniciou-se em meados de janeiro, nas regiões produtoras mais quentes do Rio Grande do Sul, como o vale do Taquari.

No que diz respeito à uva comum, convém citar a colheita comercial de uma variedade nova, surgida a partir de uma mutação genética, no Paraná, a uva Brasil, derivada da uva Benitaka, que é outra mutação recente. A nova variedade distingue-se das demais, todas relacionadas à uva Itália, por seu tom roxo-avermelhado, tanto na casca quanto na polpa. Ela servirá para difundir ainda mais a viticultura nas regiões do norte e noroeste paranaenses, áreas em que a atividade tem crescido e já alcança 2.200ha em produção.

O calor e a estiagem favoreceram as uvas precoces, mas as chuvas, desde o Natal, prejudicaram as demais variedades. Resultado: esperam-se bons vinhos brancos em 1996.

Preocupações maiores do que as relativas à produção agrícola se concentram na concorrência dos vinhos importados, que reduziu em cerca de 15% as vendas dos vinhos brasileiros no mercado interno e levou à formação de um estoque de aproximadamente 170 milhões de litros. As perdas provocadas pelas importações descontroladas, comentadas em *Agroanalysis* de dezembro de 1995, atingiram também as vendas tradicionais do período natalino. Desta feita, o consumo sazonal de vinhos espumantes, popular e irregularmente denominados "champanhe", foi do mesmo modo abalado pela chegada indiscriminada de produto estrangeiro de qualquer qualidade. Calcula-se que a redução nas vendas chegue a 15%, baixando de 1,8 milhão para 1,5 milhão de litros nos meses de novembro e dezembro, comparativamente ao mesmo período de 1994. O produto é caracterizado por fortíssima concentração de vendas no final do ano. Entre janeiro e outubro, estima-se que foram vendidos 940 mil litros (*versus* 996 mil um ano antes) e as importações, também concentradas no fim do período, totalizaram 750 mil garrafas, aumentando 20% sobre o ano anterior. Segundo a União Brasileira de Vitivinicultura — Uvibra —, os espumantes correspondem a apenas 2% da produção total de vinhos no país. À semelhança das demais bebidas derivadas de uva, porém, apresentam potencial de crescimento talvez maior do que os outros tipos de vinho, pois

poderiam ter o período de comercialização ampliado para todo o ano mediante sua associação no mercado à idéia de comemorações festivas em geral. Cabe enfatizar que a concorrência dos importados é especialmente danosa, por trazer muitas vezes produtos inferiores, que têm apenas o atrativo do rótulo estrangeiro. É preciso que se dê maior divulgação ao fato de que a vinicultura brasileira freqüentemente oferece produtos iguais ou superiores aos vinhos trazidos de fora (ver boxe).

Nesta conjuntura, as relações dos produtores rurais com a agroindústria ficam truncadas e, segundo os sindicatos rurais, além das rotineiras divergências quanto aos preços, pelo menos 20% dos viticultores, até o final de 1995, ainda não tinham recebido o pagameno pela venda da fruta, que ocorreu até o mês de março.

Os bons vinhos brasileiros

No trabalho intitulado A Competitividade da Vitivinicultura Brasileira — Análise Setorial e Programa de Ação com Destaque para o Rio Grande do Sul, produzido pelo Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho, da Embrapa, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Sebrae — RS em 1995, apresenta-se uma análise do subsetor vinícola, enfatizando a qualidade já obtida por muitos produtores rurais e pela agroindústria instalada no país, a saber:

Vinhos finos brancos — Os vinhos varietais brancos brasileiros são considerados, nas provas degustativas, de muito boa qualidade, superando muitos produtos importados da Europa e do Chile e a maioria dos argentinos. A elaboração dos vinhos brancos conta com tecnologia atualizada, boas instalações e equipamentos adequados para a condução do processo.

As empresas líderes introduziram nova concepção de qualidade e ativa estratégia de *marketing*. O controle da fermentação a frio, prolongando o tempo de processamento e aguçando as qualidades aromáticas do vinho, propicia a obtenção de produtos de ótima qualidade.

Nos últimos anos, ocorreu significativa evolução na oferta nacional de vinhos varietais brancos, que encontram boa aceitação junto aos consumidores brasileiros, destacando-se o tradicional Riesling Itálico e os mais recentes, Semillon, Chardonnay, Pinot Blanc e Gewürztraminer.

A concorrência com os vinhos finos europeus, especialmente os alemães, muito bem-aceitos nos mercados nacional e internacional, além dos chilenos e argentinos, implicará grande desafio para os vinhos finos brancos brasileiros.

Vinhos finos tintos — A evolução da vitivinicultura brasileira conduziu à obtenção de vinhos finos tintos de boa qualidade. Podem-se mencionar, como destaques, os varietais Cabernet Sauvignon, o Cabernet Franc, o Merlot e o Pinot Noir.

A concorrência com os vinhos finos tintos europeus (especialmente franceses, italianos e portugueses), além dos argentinos e chilenos, que apresentam qualidade destacada e características diferenciadas, impõe um desafio significativo à vitivinicultura brasileira, especialmente neste tipo de vinhos.

Espumantes — Os espumantes produzidos no Brasil são considerados de muito boa qualidade pelos degustadores; portanto, as possibilidades de colocação destes produtos no Mercosul são promissoras.

A concorrência com os champanhas e outros espumantes produzidos na Europa, especialmente França e Espanha, imporá um forte desafio de preço e qualidade aos produtos nacionais.

Vinhos de consumo corrente — Os vinhos de consumo corrente brasileiros apresentam características próprias, apesar da diversidade de tipos e marcas. Geralmente elaborados a partir de cultivares americanos, possuem sabor frutado bastante apreciado pelos consumidores brasileiros. Este sabor não é encontrado na maioria dos vinhos argentinos e chilenos nem nos elaborados nas principais regiões produtoras européias.

A reação dos consumidores brasileiros aos vinhos de proveniência argentina é imprevisível, pois suas características são bastante diferentes das consagradas pelo hábito. Apesar de serem obtidos a partir de uvas viníferas e da possibilidade de praticar preços convidativos, apresentam sabor, aroma e aspectos característicos, que poderão não agradar à maioria dos consumidores.

Rio Grande do Sul — principais variedades de uva — 1993
(em mil kg)

Variedade	Total	Variedade	Total	Variedade	Total
Tintas	21.189	Brancas e rosadas	53.091	Americanas e híbridas	287.028
Barbera	999	Chardonnay	4.940	Tintas	258.585
Cabernet Franc	4.448	Gewürztraminer	1.664	Bordô	31.680
Cabernet Sauvignon	4.919	Malvasia	2.987	Concord	19.215
Merlot	4.827	Moscato	15.256	Couderc	7.881
Pinot Noir	468	Peverella	1.002	Herbemont	25.696
Zinfandel	2.500	Riesling Itálico	7.711	Isabel	160.040
Outras	3.028	Riesling Renano	1.388	Seibel	12.100
		Semillon	4.720	Outras	1.973
		Trebbiano	8.891	Brancas e rosadas	28.443
		Outras	4.532	Niágara	21.246
				Seyve Villard	3.360
				Outras	3.837

Obs.: Em 1993 também foram produzidos 131 mil kg de uvas de mesa.
Fonte: Mello, L. M. R. de. *Vitivinicultura no Brasil* — informações estatísticas. Bento Gonçalves, Embrapa/CNPUV, 1994.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Quase tudo para dar certo em 1996

O agribusiness brasileiro em 1995 confirmou a carne avícola como a proteína de maior sucesso de vendas internas. A elevada oferta de milho garantiu a engorda dos animais a baixo custo, permitindo bons preços no varejo, que seduziram os consumidores e frustraram os criadores de bovinos. Já para 1996, algumas dúvidas sobre a repetição desses resultados permanecem sem resposta.

Ao longo de 1995, a pecuária bovina brasileira passou pela situação inusitada de ver a cotação da arroba do boi gordo no mercado atacadista de São Paulo manter-se estável em termos reais durante o período da entressafra (junho a outubro). Essa tendência foi diametralmente oposta à valorização média acumulada de 29% que esse indicador, medido em dólares, registrou entre os mesmos meses dos anos de 1975 a 1994.

Frango vivo — São Paulo
Custo médio mensal de produção e preço médio mensal recebido
Jan. 1994 a out. 1995
(em US$/kg)

Mês	Custo de produção (A)	Preço recebido (B)	B/A
Jan./94	0,67	0,58	0,87
Fev.	0,61	0,67	1,10
Mar.	0,60	0,68	1,13
Abr.	0,61	0,61	1,00
Maio	0,58	0,61	1,05
Jun.	0,54	0,58	0,95
Jul.	0,61	0,58	0,95
Ago.	0,64	0,66	1,03
Set.	0,67	0,69	1,03
Out.	0,70	0,88	1,26
Nov.	0,74	1,05	1,42
Dez.	0,77	0,99	1,29
Jan./95	0,74	0,72	0,97
Fev.	0,73	0,64	0,88
Mar.	0,66	0,52	0,78
Abr.	0,61	0,52	0,85
Maio	0,62	0,57	0,92
Jun.	0,60	0,63	1,05
Jul.	0,63	0,71	1,13
Ago.	0,66	0,71	1,08
Set.	0,64	0,63	0,98
Out.	0,65	0,49	0,75

Fonte: Apa

Paralelamente, assistiu-se a uma acentuada queda do preço real varejista da carne bovina tanto de primeira quanto de segunda. Entre janeiro e novembro do ano passado, o acumulado da queda, medido no comércio da cidade de São Paulo, foi de 28% no caso da alcatra e de 25% no do acém. Vale observar que, no mesmo período, a desvalorização nos preços atacadistas do traseiro e do dianteiro bovinos foram muito menores (respectivamente, 9% e 2%), evidenciando a dificuldade nas vendas desse alimento em nível de varejo.

Colaboraram para esses fenômenos três fatores: o crescimento da criação confinada do gado de corte, o inverno ameno do ano passado e o forte aumento da oferta de carne de aves.

No ano passado 1,25 milhão de cabeças de gado foram confinadas, representando avanço de 32% diante do número de 1994.

No que diz respeito ao confinamento do rebanho bovino, trata-se de manejo que contribui para suavizar as oscilações (tanto altistas quanto baixistas) dos preços da carne, causadas por variações das condições das pastagens. Segundo estimativas da FNP Consultoria e Comércio, no ano passado 1,25 milhão de cabeças de gado foram confinadas, o que representou avanço de 32% sobre o número de 1994. Tratou-se de aumento espetacular (entre 1985 e 1994, a média das variações anuais foi de 13%), inclusive tendo-se elevado a relação entre o total dos confinados e o total dos abates para quase 5%, contra 3,5% no quinqüênio 1990-94. Para 1996, a mesma fonte prevê que o confinamento atinja 1,3 milhão de cabeças.

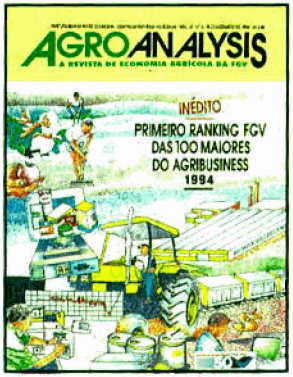
A ausência de baixas temperaturas e a relativa regularidade das chuvas durante os meses de inverno tiveram participação decisiva para o quadro da pecuária bovina em 1995. Isso porque, uma vez que os pastos não foram danificados pelas condições climáticas, o gado criado extensivamente não sofreu a perda de peso usual nessa época do ano.

Quanto à concorrência ditada pela carne de frango, a oferta interna recorde de 3,6 milhões de toneladas (24% a mais do que em 1994) foi decisiva para a depressão dos preços da carne bovina, via aumento da concorrência. No caso, os consumidores beneficiaram-se não só do aumento dos criatórios avícolas como também da menor atratividade do mercado internacional dessa carne, o que estimulou o desvio de parte da mercadoria para o consumo interno.

Ficou claro nesse processo que está praticamente solidificada a grande alteração no perfil do consumo brasileiro de carnes, detonada desde que o segmento aví-

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

SOLICITO

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

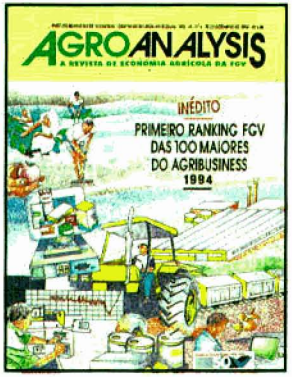
Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
Rio de Janeiro — CEP 22253-900

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — TEL: (021) 536-9196 — FAX: (021) 551-0948

AGROANALYSIS

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA
Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

SOLICITO

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
Rio de Janeiro — CEP 22253-900

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — TEL: (021) 536-9196 — FAX: (021) 551-0948

AGROANALYSIS

cola passou a ter vida própria. E, o que não deixa de ser marcante, pela primeira vez na história do agribusiness brasileiro os pecuaristas sentiram que sua independência em relação à carne branca começou a ser sepultada, à medida que a preferência dos consumidores por esta última, altamente ofertada e de preço mais acessível, deu-lhes um maior poder de barganha diante das alterações sazonais típicas do preço da carne vermelha.

A pergunta que permanece é como, em um ano de margem negativa para os avicultores, pôde-se bater um recorde histórico de produção da carne. De fato, se o exercício recém-findo foi bom para os consumidores de frangos, o mesmo não se pode dizer dos criadores. Devido à grande oferta de aves, o preço recebido foi, por diversos meses, inferior ao custo de produção. No balanço dos 10 primeiros meses do ano, a média da relação entre esses dois indicadores foi negativa em 10%, contra os 4% positivos observados no mesmo período de 1994.

Os próprios empresários ligados à cultura bovina de corte manifestaram a intenção de também investir na ampliação da oferta de cortes do seu produto.

A resposta a tal pergunta aparentemente reside no fato de os criadores de menor porte (e conseqüentemente de maiores custos) terem optado por abandonar a atividade, aumentando a concentração dos criatórios direcionados às grandes empresas de integração. Não é para menos que, segundo a Associação Paulista de Avicultura — APA, perto de 75% dos criadores do estado de São Paulo — último bastião da avicultura de corte não integrada — já abandonaram o modelo de independência, passando a trabalhar como integrados aos abatedouros.

Outro fator que ajuda a entender a boa *performance* da avicultura de corte em 1995 é a maior lucratividade que o segmento de partes de aves tem representado para a agroindústria. Embora não se saiba quanto, da produção total de carne avícola, é representado por esses subprodutos, a simples observação junto aos pontos-de-venda confirma que o subsetor vem crescendo a passos largos. O que explica por que, recentemente, os próprios empresários ligados à pecuária de corte manifestaram a intenção de também investir na ampliação da oferta de cortes de carne bovina, como forma de racionalizar os custos, aumentar suas margens de lucro e frear a perda dos consumidores em favor da carne branca.

Resta saber, porém, o que aguarda o mercado avícola brasileiro para o ano de 1996. Para isso, duas variáveis mais importantes devem ser consideradas.

Em primeiro lugar, é notório que o abastecimento interno de milho foi anormalmente farto em 1995, com a oferta recorde de 43,5 milhões de toneladas, garantindo um suprimento sem sobressaltos às atividades criatórias. Já para o ano que se inicia, se o elevado estoque de passagem do grão deverá ser mais do que suficiente para compensar a menor colheita esperada, por outro lado resta saber se o governo terá a necessária agilidade para deslocar o produto remanescente para as áreas de consumo, antes que ocorram eventuais pressões altistas dos preços por conta da menor produção.

A situação futura da renda dos consumidores é o segundo aspecto que deverá balizar a atividade avícola em 1996. Isso porque há dois tipos de consumidores para esta carne: aquele que já a incorporou ao seu cardápio por uma questão de consciência alimentar, e aquele que passou a consumi-la devido ao seu preço mais em conta.

Como a maior parte dos consumidores do segundo grupo é de pessoas de menor poder aquisitivo, que foram beneficiadas pela queda da inflação ditada pelo Plano Real, é de supor que eventuais recuperações do ímpeto inflacionário venham a desequilibrar seu consumo de alimentos mais nobres, classificação que tradicionalmente engloba as proteínas animais.

Com um olho nos preços do seu principal insumo e outro na evolução inflacionária, os avicultores certamente desejarão manter em crescimento a sua atividade durante 1996. Até porque a situação das exportações tem-se tornado mais difícil na medida em que o *custo Brasil* vem-se aliando aos fortes subsídios recebidos pelos exportadores de frangos norte-americanos e franceses como dificuldade extra ao crescimento — ou à mera manutenção — da tonelagem embarcada a cada ano.

De qualquer forma, é certo que a percepção dos consumidores quanto à carne branca continuará a ser fundamental para a manutenção do sucesso alcançado pelo produto. Mais especificamente, os atributos percebidos no instante da aquisição e as características sensíveis no momento do consumo serão determinantes na avaliação, sugerindo que os aspectos mais relevantes continuarão a ser o baixo preço, a imagem de produto saudável, a ausência de restrições religiosas ou culturais e sua ampla variedade de formas.

Brasil — Abates e confinamento de bovinos 1990-96
(em cabeças)

Ano	Abate (A)	Confinamento(B)	B/A %
1990	22.485.602	830.000	3,70
1991	24.922.684	790.000	3,20
1992	24.410.337	850.000	3,50
1993	25.211.675	800.000	3,20
1994	24.586.051	950.000	3,90
1995	26.552.000	1.250.000	4,70
1996[P]	ND	1.300.000	ND

Fonte: FNP Consultoria e Comércio.
[P] Projeção.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Perspectivas para o mercado mundial em 1996

As perspectivas para a safra mundial são otimistas. Entretanto, o baixo nível dos estoques internacionais poderá provocar uma pequena alta nas cotações.

O início da década de 90 foi assinalado pelo crescimento acentuado nas importações brasileiras de arroz beneficiado em relação aos anos anteriores. Após o recorde de 2 milhões de toneladas importadas em 1986, nos anos finais da década de 80 o mercado atravessou uma crise relacionada ao excesso de oferta, embora também tenha havido importações nesse período.

Da safra 1989/90 para cá, as importações anuais têm sido muito significativas, consolidando nossa condição de não auto-suficiência. Com isto e com a baixa proteção do mercado interno advinda da abertura comercial, a formação dos preços domésticos é cada vez mais influenciada pelos parâmetros do mercado internacional, tal como ocorre hoje com a soja, o algodão e o milho.

A competição com o produto importado em condições desfavoráveis ao produtor brasileiro tem afetado o mercado. O longo prazo de pagamento das importações (que ia de oito meses a um ano), aliado aos juros internacionais menores, e os preços muito competitivos do arroz estrangeiro têm causado entraves à comercialização interna nos últimos anos.

Reconhecendo os fatos, o governo confirmou na política comercial do arroz para a safra 1995/96 a opção de manter a obrigatoriedade do pagamento à vista mesmo para as operações com o Mercosul, permanecendo também a taxação de 20% sobre as importações extra-Mercosul.

Os produtos asiático, americano ou do Mercosul são do tipo agulhinha, confundindo-se com o produto nacional. A dona de casa brasileira não percebe a diferença.

As importações têm atingido em média cerca de 10% do consumo anual do cereal, segundo a Conab. A maior parte é oriunda do Mercosul, ficando o restante dividido entre países asiáticos, como a Tailândia e o Vietnã, e uma pequena parte dos EUA.

Quem importa o arroz?

A maior parte das internalizações no Brasil é feita através de três ou quatro *tradings* que fazem a intermediação do produto da origem para os empacotadores ou diretamente para as grandes redes varejistas.

Os produtos asiático, americano ou do Mercosul são do tipo agulhinha, confundindo-se com o produto nacional. No empacotamento, recebem marcas brasileiras, e a dona de casa não percebe a diferença. Em geral, o consumidor brasileiro prefere o tipo 1, com o máximo de 8% de quebrados.

Na compra do produto asiático é comum *a trading* mandar um representante para percorrer as zonas de beneficiamento e selecionar os melhores lotes. No Vietnã e na Tailândia, o beneficiamento é mais arcaico, o que requer cuidado devido à possibilidade de haver rejeição por parte do consumidor brasileiro. A entrega do produto asiático também é mais lenta que a do produto americano, levando em média 30 dias para chegar aos portos brasileiros a partir da efetivação do negócio. De acordo com agentes do mercado, com o produto americano não há necessidade de efetuar vistorias antes do embarque, dado o elevado profissionalismo do setor arrozeiro daquele país. A mercadoria também chega mais rápido ao Brasil, atingindo em média um prazo de 20 dias.

Devido às facilidades anteriores com as operações de importação, tais como o dilatado prazo de pagamento, juros internacionais reduzidos e baixas cotações do produto, houve grande euforia das *tradings* em internalizar arroz, já que, além de tudo mais, a colocação do produto era certa devido ao déficit anual de arroz agulhinha. Muitas sequer tinham tradição comercial com o cereal. Para se ter uma idéia, no ano de 1995 cerca de 48 empresas solicitaram à Secretaria de Comércio Exterior guias para a importação do produto. O maior volume de solicitações ficou por conta de cinco empresas, entre elas Glencore Agrocomercial, Camil Alimentos, Saman Indústria e Comércio de Cereais, Agropec Comércio de Produtos Agrícolas e Participações e Suprarroz S.A. Indústria e Comércio.

É interessante observar também que as safras dos países asiáticos e dos EUA ocorrem justamente no período da entressafra brasileira. A safra americana ocorre em agosto/setembro e a asiática, em outubro/novembro. Já os países do Mercosul (Argentina e Uruguai) possuem o mesmo calendário de colheita brasileira, ou seja, suas safras ocorrem a partir de março, se estendendo a abril/maio.

Características do mercado internacional

De acordo com o USDA, o mercado internacional de arroz possui várias características que o distinguem dos outros mercados de cereais.

O volume anual comercializado, bem como os preços do cereal se apresentam geralmente mais instáveis do que os dos outros grãos por várias razões. Em primeiro lugar, um baixo percentual da produção mundial, menor do que 5%, é comercializado anualmente. Em segundo lugar, mais de 90% da safra mundial são produzidos e consumidos na Ásia. Essa concentração da produção na

Ásia faz com que o mercado fique altamente vulnerável a choques climáticos, comuns naquela região. Outra razão seria que, nos principais países consumidores, o consumo de arroz é pouco sensível à variação dos preços (ou seja, a demanda é rígida, variando menos do que para os outros cereais em função de alterações de preços), devido, em parte, à relativa escassez de substitutos aceitáveis na dieta alimentar desses países. Em quarto lugar, no mercado mundial não é nítida a ação de um grande detentor de estoques, um país que exerça função estabilizadora de preços assim como os EUA atuam com o milho e o trigo, em relação à União Européia. Finalmente, a formação de preços em geral não é transparente porque não existe um mercado de referência aceitável nem um conjunto de padrões unificados para definir de modo conveniente as gradações de qualidade do arroz no mercado mundial. Países tipicamente exportadores como Argentina, Austrália, Paquistão, Tailândia, Uruguai e Estados Unidos são fornecedores confiáveis em termos de qualidade e classificação. Entretanto, exportadores secundários como Burma, China, Guiana, Índia e Suriname são menos confiáveis e em resultado o comprador no mercado internacional assume elevados custos e riscos na busca dos melhores padrões.

Em 1995, cerca de 48 empresas brasileiras solicitaram à Secex guias de importação de arroz.

Segmentação do mercado internacional por tipo

O mercado mundial é altamente segmentado, de acordo com preferências de qualidade bem definidas pelos consumidores. O comércio pode ser diferenciado tanto pela qualidade (alta, intermediária e baixa) como pelo tipo (grão longo, grão médio, *glutinous* e aromático). A qualidade é definida em função de uma graduação pós-beneficiamento, de acordo com o percentual de quebrados. Esse aspecto varia em função das características da agroindústria processadora dentro de cada país, sua capacidade de obter padrões bem definidos de qualidade e ainda das variedades utilizadas nas lavouras.

Nos anos recentes predominaram os grãos longos no comércio de arroz. Uma estimativa feita pelo USDA sugere que, *grosso modo*, nos anos 1991-93 o comércio total foi composto de 40% de grãos longos de alta qualidade (10% ou menos de quebrados), 23% de grãos longos de qualidade intermediária (10 a 20% de quebrados) e 22% de grãos longos de baixa qualidade (mais de 20% de quebrados). O comércio de grãos médios (principalmente da variedade *japonica*) atingiu apenas 13% do volume negociado em todo o mundo, embora tenha ganho uma recente importância conjuntural em função das importações do Japão e da Coréia do Sul.

Os EUA competem principalmente com a Tailândia e o Vietnã pelo mercado de grãos longos de alta qualidade. A Tailândia é também um forte competidor no mercado de grãos longos de intermediária e baixa qualidade. Seus principais concorrentes são Burma, China, Paquistão e Vietnã.

Brasil — arroz em casca — importações 1990-96

Ano	Importação	% da importação sobre a produção
1990	717,6	9
1991	1.296,6	13
1992	732,3	7
1993	880,9	9
1994	1.565,5	15
1995	800	7
1996[1]	900	9

Fonte: Conab.
[1] Dados estimados.

Os grãos médios são preferidos na Ásia Oriental, norte da China, península coreana, Japão e Taiwan, junto com vários países da costa mediterrânea (Algéria, Egito, Israel, Jordânia, Síria e Turquia). Estados Unidos, Austrália, Espanha, Itália e mais recentemente a China competem no mercado de grãos médios.

Os EUA e a China são os únicos países que produzem quantidades significativas de ambos os tipos, grão longo e médio. A União Européia importa grãos longos de alta qualidade, enquanto exporta grãos médios.

Países importadores: regulares ou eventuais

Os países importadores podem ser agrupados em duas principais categorias. Em primeiro lugar, aqueles que importam regularmente, devido à incapacidade da produção interna de satisfazer suas necessidades de consumo. As mais importantes regiões desse grupo são o hemisfério ocidental (excluindo EUA, Argentina, Guiana, Suriname e Uruguai), a Europa ocidental e oriental, a África subsaariana, Hong Kong, Malaísia e Papua Nova Guiné.

Canadá, Europa Ocidental, Arábia Saudita e África do Sul importam exclusivamente grãos longos de alta qualidade. A América Latina e o Caribe são mais sensíveis às oscilações de preços do mercado, e só importam grãos de alta qualidade quando o preço permite. Os países mediterrâneos estão emergindo como um forte mercado para grãos médios.

O segundo grupo de importadores inclui países que importam somente quando sua produção é reduzida e há um déficit no balanço de suprimento. Os maiores participantes desse grupo são Indonésia, Índia, Japão, Filipinas e Coréia do Sul. Este segundo grupo é o que possui maior capacidade de provocar choques de preços no mercado mundial.

Na recentemente finalizada Rodada Uruguai do Gatt, Japão e Coréia do Sul acordaram abrir gradualmente seus fechados mercados para as importações.

Em função disso, espera-se um aumento futuro no volume negociado no mercado de grãos médios, bem como elevações nas cotações dessas variedades.

Anos 2000: a produção conseguirá satisfazer a demanda mundial?

O mercado mundial de grãos longos (de todas as qualidades) exibe forte tendência de crescimento até o ano 2005, devido principalmente ao aumento populacional e da própria produção, sobretudo na África, América Latina e também em países industrializados como Canadá, Estados Unidos e Europa Ocidental. De acordo com o USDA, o volume do comércio deverá crescer a taxas de 2,4% ao ano até o fim da década de 90 e 2,9% ao ano até 2005, num ritmo muito mais intenso do que o observado nos anos 80%, de 1,1% ao ano.

Caso a produção mundial seja incapaz de se expandir tão rapidamente quanto o esperado para a sua demanda, os preços poderão subir acentuadamente no futuro.

Perspectivas para 1996

De acordo com o último relatório do Banco Mundial, os preços do cereal no mercado internacional vêm crescendo diante da expectativa de que os estoques mundiais cairão a seu mais baixo nível em mais de 20 anos, a despeito de a produção mundial poder alcançar um novo recorde em 1996. O consumo de arroz vem excedendo a produção anualmente desde 1990/91, e os estoques poderão cair a 11,8% do consumo mundial até o final da safra 1995/96 (em julho de 1996), bem menos do que a média de 16% observada nos anos 80.

Os estoques de arroz de baixa qualidade exportados pela Índia, no entanto, estão limitando a alta nos preços, a despeito dos reduzidos estoques de grãos longos de maior qualidade. A Índia, que possui grandes estoques disponíveis para a exportação e baixa capacidade de armazenar apropriadamente essas reservas, deverá exportar 3,3 milhões de toneladas em 1995. Outros grandes exportadores de arroz de baixa qualidade, como Burma, China e Vietnã, esgotaram seus excedentes exportáveis.

Há dois tipos de países importadores: os que importam regularmente e aqueles que só numa emergência compram no mercado mundial. O Brasil se consolida a cada ano na primeira categoria.

A despeito da abundância do arroz de baixa qualidade, a diferença de preços entre os grãos de alta e baixa qualidade deverá permanecer estreita. Em setembro de 1995, o Thai 5% broken foi cotado a US$360,00/t e o Thai A1 Special 100% broken a US$285,00/t. Esse diferencial estreito entre os extremos de qualidade, muito abaixo dos 49,7% de 1993 e 46,8% observados em 1994, reflete compras expressivas de Bangladesh, China e Indonésia.

O USDA, no entanto, pondera que os preços internacionais, que vinham sendo sustentados por forte demanda asiática e estoques mundiais reduzidos, poderão enfraquecer no início de 1996 com a expectativa da próxima colheita da Ásia ser "cheia". Assim, o continente reduzirá suas compras externas e poderá até acumular excedentes exportáveis.

O comércio mundial em 1996 está projetado para 16,2 milhões de toneladas, mostrando uma queda de 17% em relação ao recorde de 1995. Bangladesh, China, Indonésia e Irã deverão reduzir significativamente suas compras externas.

A maior dúvida no comércio mundial em 1996 é relativa à China, que importou uma quantidade expressiva em 1995. Em 1996 espera-se que obtenha uma grande colheita, reduzindo sua necessidade de importações. É bom notar que o USDA projeta queda nas importações chinesas, que ainda assim continuarão significativas: cerca de 1 milhão de toneladas.

As perspectivas do Banco Mundial são mais generalizadas, e ainda que projetem para 1996 um crescimento nas cotações internacionais, esse avanço não deverá ser muito expressivo, permanecendo o mercado mundial em patamares bem abaixo daqueles observados nas décadas de 70 e 80.

As projeções do USDA podem ser divididas para curto e médio prazos. No curto prazo, os preços permanecem firmes, sustentados por demanda mundial aquecida e estoques reduzidos de arroz de boa qualidade. Entretanto, a médio prazo a perspectiva de uma boa safra asiática pode limitar ganhos expressivos nos preços.

A produção mundial de arroz beneficiado em 1996 está projetada pelo USDA em 359,5 milhões de toneladas, ligeiramente inferior ao recorde do ano anterior. O consumo global está estimado em 365,2 milhões de toneladas, ou seja, superior à produção, provocando um declínio nos estoques mundiais que deverão atingir 42,8 milhões de toneladas.

Balanço mundial de oferta e demanda de arroz beneficiado — 1988-96
(milhões de t)

Ano	Produção	Consumo	Exportações	% Exp./ consumo
1988	329,7	325,4	13,9	4
1989	343,1	338,2	11,7	4
1990	350,7	345,9	12,1	4
1991	349,5	351,5	14,1	4
1992	352,6	355,1	14,8	4
1993	352,2	356,9	16,1	5
1994	352,4	356,8	16,3	4
1995	360,5	361,0	19,5	5
1996	359,5	365,2	16,2	4

Fonte: USDA.

A colheita tailandesa de 1995 foi estimada em 11,6 milhões de toneladas de arroz beneficiado, 3% inferior à safra de 1994 devido às enchentes de agosto/setembro. Mas a projeção de queda na safra de 1995/96 está pequena, em função da alta conjuntural dos preços internacionais que ainda poderá estimular expansões na área de plantio daquele país, cujo calendário de colheita é maio/junho.

A Índia deverá produzir 79 milhões de toneladas de arroz branco. Embora esse resultado seja menor que o recorde anterior de 81,3 milhões de toneladas, deverá garantir um bom estoque e ainda permitir fartas exportações em 1996.

São esperadas produções muito elevadas em Burma, Filipinas e Vietnã, devido à expressiva expansão de área.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Securitização ainda no papel

Ainda não foram votadas no Congresso, continuando sob forma de medidas provisórias, algumas medidas de interesse para a agricultura. Importante é registrar a publicação do Decreto nº 1.751, que regulamenta a aplicação das medidas compensatórias no caso de importações subsidiadas na origem. Várias resoluções do Banco Central tratam dos encargos financeiros do crédito rural. Entretanto ainda não foi normatizada a tão aguardada securitização das dívidas rurais. Outra resolução trata do amparo aos produtores afetados pelas adversidades climáticas no Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.741, de 8-12-1995: dispõe sobre a organização e o funcionamento da Câmara de Políticas Regionais do Conselho do Governo (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 4, de 9-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria 10 câmaras técnicas permanentes (Assuntos Jurídicos, Controle Ambiental, Ecossistemas, Energia, Gerenciamento Costeiro, Mineração e Garimpo, Recursos Hídricos e Saneamento, Recursos Naturais Renováveis, Transportes e Uso do Solo) para assessorar o seu plenário (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 6, de 10-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria a Câmara Técnica Temporária para Assuntos do Mercosul (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 7, de 10-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria a Câmara Técnica Temporária para Assuntos do Pantanal (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 8, de 10-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria a Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Cerrado e Caatinga (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 9, de 10-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria a Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Amazônia (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 10, de 10-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria a Câmara Técnica Temporária para Proteção à Fauna (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 11, de 10-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria a Câmara Técnica Temporária para Educação Ambiental (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 12, de 10-10-1995, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: cria a Câmara Técnica Temporária para Mata Atlântica (D.O.U. 11-12-1995).

Resolução nº 1, de 13-12-1995, do Conselho de Governo/CPR: cria Grupo de Trabalho para definir programa de ações para a Bacia e o Vale do São Francisco [republicada no D.O.U. de 9-1-1996] (D.O.U. 14-12-1995).

Medida Provisória nº 1.219, de 14-12-1995: institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências (D.O.U. 15-12-1995).

Medida Provisória nº 1.227, de 14-12-1995: dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro (D.O.U. 15-12-1995).

Medida Provisória nº 1.235, de 14-12-1995: reduz o imposto de importação para os produtos que especifica (D.O.U. 15-12-1995).

Portaria nº 14, de 13-12-1995, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/SPC: altera anexo à Portaria nº 302, de 1-8-1995, definindo que os volumes relacionados de açúcar integram os excedentes indicados no anexo da referida Portaria nº 302 e estão, portanto, isentos do imposto sobre exportação (D.O.U. 15-12-1995).

Decreto nº 1.751, de 19-12-1995: regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas compensatórias do subsídio concedido, direta ou indiretamente, no país exportador à fabricação, à produção, à exportação ou ao transporte de qualquer produto, cuja exportação ao Brasil cause dano à indústria doméstica.

A medida leva em conta os acordos do Gatt assinados em 1994. No decreto definem-se os subsídios

(acionáveis e não-acionáveis), o que seja "indústria doméstica" e regulamenta-se a investigação. Anexos ao decreto contemplam uma lista ilustrativa de subsídios à exportação, diretrizes sobre insumos consumidos no processo produtivo e diretrizes para determinar se os mecanismos de devolução constituem subsídio à exportação nos casos de substituição e trata das bases para a isenção dos compromissos de redução de subsídios (D.O.U. 20-12-1995).

Resolução nº 2.223, de 19-12-1995, do Banco Central do Brasil: fixa alíquota de adicional do Proagro para as operações ao amparo do Procera e estabelece normas complementares aplicáveis ao Pronaf (D.O.U. 20-12-1995).

Instrução Normativa nº 59, de 19-12-1995, do Ministério da Fazenda/SRF: fixa, para o exercício de 1995, o Valor da Terra Nua Mínimo — VTR por hectare (D.O.U. 20-12-1995).

Decreto nº 1.752, de 20-12-1995: regulamenta a Lei nº 8.974, de 5-1-1995, dispõe sobre a vinculação, competência e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que entre outras atribuições cuidará das normas e regulamentos relativos a OGM — organismos geneticamente modificados (D.O.U. 21-12-1995).

Resolução nº 2.225, de 20-12-1995, do Banco Central do Brasil: estabelece encargos financeiros para operações de crédito rural contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC).

Pela medida, os financiamentos de crédito rural formalizados a partir de 15-1-1989, com recursos das OOC, ficam sujeitos, no segundo semestre de 1995, à remuneração pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida das seguintes taxas efetivas de juros: I — 6% a.a. (seis por cento ao ano), quando formalizadas com miniprodutores; II — 9% a.a. (nove por cento ao ano), quando formalizadas com pequenos produtores ou com cooperativas do Grupo I; e III — 12,5% a.a. (doze inteiros e cinco décimos por cento ao ano), nos demais casos. O disposto não se aplica aos Empréstimos do Governo Federal (EGF) e às operações de custeio formalizadas sob as condições previstas no art. 1º da Resolução nº 2.164 de 19-6-1995 e aos financiamentos amparados com recursos: I — de Programas capitulados no MCR-8 e cujos encargos financeiros estejam estabelecidos em seus respectivos regulamentos; e II — especificamente destinados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para aplicações sob as condições previstas no art. 4º da Resolução nº 2.102, de 24-8-1994 (D.O.U. 21-12-1995).

Resolução nº 2.226, de 20-12-1995, do Banco Central do Brasil: estabelece encargos financeiros para operações de crédito agroindustrial contratadas com recursos das OOC.

Os financiamentos formalizados a partir de 15-1-1989, com recursos das Operações Oficiais de Crédito, ficam sujeitos, no segundo semestre de 1995, à remuneração básica pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida da taxa efetiva de juros de 9% a.a. (nove por cento ao ano). O disposto não se aplica aos financiamentos amparados por recursos do Programa Nacional de Assistência à Agroindústria (Pronagri) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA) (D.O.U. 21-12-1995).

Portaria nº 798, de 21-12-1995, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária: transfere a supervisão do Prodecer da Secretaria de Política Agrícola para a Secretaria de Desenvolvimento Rural (D.O.U. 22-12-1995).

Portaria Interministerial nº 310, de 22-12-1995, do Ministério da Fazenda/Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária: cria Grupo Interministerial com a finalidade de definir a estratégia operacional para a implementação da Operação Especial de Compra de soja da safra 1995/96 garantida por CPR (D.O.U. 27-12-1995).

Resolução nº 2.231, de 5-1-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre medidas de amparo aos produtores rurais prejudicados por eventos climáticos adversos no estado do Rio Grande do Sul — safra 1995/96 no âmbito do Crédito Rural e do Proagro.

Permite, em caráter de excepcionalidade, para efeitos do crédito rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), a adoção dos seguintes procedimentos especiais relativamente às lavouras de milho e soja da safra de verão 1995/96, no estado do Rio Grande do Sul, em decorrência dos fenômenos climáticos adversos que vêm assolando aquela Unidade da Federação: I — elastecimento do prazo de plantio das lavouras de milho até 31-1-1996 e de soja até 15-1-1996; II — prorrogação pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, ao amparo da fonte original de recursos, da parcela do saldo devedor referente a serviços ou aquisições de insumos que não possam ser utilizados no plantio ou replantio das lavouras mencionadas neste artigo, inclusive no caso de pro-

dutores cujos empreendimentos sofreram perda total antes da vigência do amparo do Proagro (MCR 7-2-10); III — concessão de novo financiamento com recursos controlados do crédito rural, independentemente do valor deferido e do limite de crédito utilizados na primeira operação, observadas as seguintes condições: a) beneficiários: produtores contemplados com a prorrogação prevista no inciso II e aqueles cujos empreendimentos sofreram perda total amparada pelo Proagro, segundo dados constantes dos laudos de comprovação de perdas; b) a operação pode ser enquadrada no Proagro; c) a operação deve ser conjugada com a prestação de serviços de assistência técnica em nível de imóvel (D.O.U. 8-1-1996).

Resolução nº 2.232, de 5-1-1996, do Banco Central do Brasil: dispõe sobre normas operacionais de Empréstimo do Governo Federal (EGF) de uva, safra 1995/96.

Os Empréstimos do Governo Federal (EGF) para derivados de uva, safra 1995/96 serão concedidos, observadas as seguintes condições: I — beneficiários: cooperativas e indústrias, mediante a comprovação da aquisição da uva, diretamente de produtores, à vista, por preço não inferior ao mínimo divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), sem deduções; II — limites de crédito: a) EGF/Sov ao amparo de recursos controlados do crédito rural: até R$30.000,00 (trinta mil reais), por comprovação; b) EGF/Sov ao amparo de recursos não controlados do crédito rural: de livre negociação entre financiado e financiador. Os prazos serão: a) EGF/Sov ao amparo de recursos controlados do crédito rural: vencimento em 31-12-1997, com amortizações mensais de 15% (quinze por cento) de maio a agosto, e de 10% (dez por cento) de setembro a dezembro de 1997; e b) EGF/Sov ao amparo de recursos não controlados do crédito rural: vencimento em 31-12-1997, podendo ser estabelecidas amortizações intermediárias, a critério da instituição financeira. Os produtos vinculados ao financiamento podem ser substituídos por títulos representativos da venda desses bens, com prazo máximo de vencimento compatível com o do respectivo EGF/Sov (D.O.U. 8-1-1996).

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE



A Editora da Fundação Getulio Vargas mantém um ***Serviço de Atendimento ao Assinante*** para resolver qualquer dúvida e prestar esclarecimentos sobre sua assinatura

Ligue de 8:00 às 12:00 horas e de 13:30 às 17:30 horas para
(021) 551-0698 e 536-9195/96/97/98
Fax: (021) 551-1596 ou 551-5755

Ou escreva para:
Editora da Fundação Getulio Vargas
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22.253-900 – Rio de Janeiro, RJ

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1995

Resultados de dezembro de 1995

Discriminação	Variação %	Ponderação	Influência em pontos de percentagem	
			Iabag	IGP-DI
Total do mês	-1,03	100,00	-1,03	-0,33
Itens do IPA-DI	-1,91	66,73	-1,27	-0,41
Alimentação	-3,15	34,66	-1,09	-0,35
Matérias-primas brutas	-0,56	32,06	-0,18	-0,06
Algodão arbóreo	10,96	0,15	0,02	0,01
Algodão herbáceo	2,27	1,32	0,03	0,01
Amendoim	4,65	0,10	0,00	0,00
Arroz em casca	4,35	2,13	0,09	0,03
Aves	11,88	1,96	0,23	0,07
Babaçu	-4,25	0,07	0,00	0,00
Borracha hévea	0,00	0,16	0,00	0,00
Bovinos	-10,43	6,81	-0,71	-0,23
Cacau	0,00	0,63	0,00	0,00
Café em coco	-4,05	3,17	-0,13	-0,04
Cana-de-açúcar	2,48	5,44	0,14	0,04
Cevada	-0,67	0,07	0,00	0,00
Erva-mate (bruta)	5,40	0,04	0,00	0,00
Fumo em folha	0,00	0,47	0,00	0,00
Juta	0,00	0,03	0,00	0,00
Leite *in natura*	-0,84	3,67	-0,03	-0,01
Malva	0,00	0,04	0,00	0,00
Soja	3,73	1,99	0,07	0,02
Suínos	1,89	1,06	0,02	0,01
Trigo	3,09	2,75	0,09	0,03
Itens do IPC-BR	0,73	33,27	0,24	0,08
Alimentação	0,84	30,38	0,25	0,08
Gêneros alimentícios	0,88	25,98	0,23	0,07
Adoçantes	2,70	0,57	0,02	0,00
Arroz e feijão	4,01	1,03	0,04	0,01
Aves e ovos	2,22	1,18	0,03	0,01
Bebidas não-alcoólicas	2,64	1,49	0,04	0,01
Carne bovina	-1,53	2,40	-0,04	-0,01
Carne suína	9,68	0,13	0,01	0,00
Carnes e peixes industrializados	2,81	1,37	0,04	0,01
Condimentos	1,42	0,86	0,01	0,00
Doces e chocolates	0,26	0,61	0,00	0,00
Frutas	1,05	2,74	0,03	0,01
Hortaliças	-0,89	3,52	-0,03	-0,01
Laticínios	-0,17	3,61	-0,01	0,00
Massas e farinhas	2,10	0,88	0,02	0, 01
Óleos e gorduras	2,09	0,81	0,02	0,01
Outros gêneros alimentícios	1,70	0,22	0,00	0,00
Panificados	0,89	3,16	0,03	0,01
Pescado	0,67	0,91	0,01	0,00
Enlatados e conservas	2,52	0,51	0,01	0,00
Alimentação fora	0,59	4,40	0,03	0,01
Bebidas alcoólicas e fumo	-0,33	2,89	-0,01	0,00

Retrospectiva 1995: âncoras verde e vermelha

No balanço de 1995, o Iabag registrou um valor próximo de zero, apenas 0,56%, enquanto o IGP-DI, no acumulado do ano, variou 14,79%. Ficou registrada, dessa forma, qual foi a verdadeira âncora do plano de estabilização no combate à inflação.

Vale ressaltar que o índice é o único que acompanha todos os produtos presentes na cadeia do agribusiness, refletindo portanto de forma agregada a contribuição desse setor à inflação brasileira.

Ao longo do ano, o Iabag registrou quatro deflações, que foram, ao todo, responsáveis por uma queda no índice de 12,35%.

No primeiro semestre de 1995, a colheita da maior safra de grãos, associada a uma ausência de política agrícola, levou os itens do atacado referentes ao grupo de matérias-primas brutas a encerrarem o semestre com uma forte deflação de 9,09%. Enquanto isso, os itens ao consumidor encerraram esse mesmo período com uma alta de quase 9%.

Já no segundo semestre, entrada da entressafra, o mercado internacional de soja e trigo em alta e as perspectivas de que a próxima safra 1995/96 não seria tão boa pressionaram bastante o componente matéria-prima bruta do atacado, tendo acumulado uma alta de quase 10%. Alta esta que, no entanto, foi praticamente diluída pela forte deflação observada no segundo semestre em itens do atacado, como hortaliças e frutas.

Os preços dos produtos oriundos da cadeia do agribusiness para o consumidor, no segundo semestre, também cederam bastante, tendo fechado o semestre com uma variação de apenas 1,13% (contra uma variação de 21,84% no segundo semestre de 1994). Pela primeira vez desde o início do plano, os preços das refeições em bares e restaurantes apresentaram duas deflações consecutivas, uma em outubro e outra em novembro, resultado de um ajuste feito nas margens de lucro desses serviços, que sem dúvida foi possível devido à forte queda dos preços dos alimentos.

Para 1996, as perspectivas são de que esse excelente desempenho da agricultura brasileira com relação à inflação não se repita, seja pelo excesso de chuvas neste início de ano ou pelas ameaças de secas inesperadas (veranicos), que ainda não estão totalmente afastadas. No mínimo, deve-se trabalhar com uma evolução dos preços do setor próxima aos 15% anuais. Não muito mais, devido ao nível de abertura da economia, bem como pelos elevados níveis de estoques de grãos com o governo.

	T.R.	IGP-DI	Iabag total	Itens do IPA-DI	Alimentação	Matéria-prima bruta	Itens do IPC-BR	Alimentação	Gêneros alimentícios
Jul. 1995	2,99	2,24	3,17	4,11	3,67	4,67	1,27	1,35	0,95
Ago.	2,60	1,29	2,56	3,95	4,89	2,78	-0,36	-0,47	-0,73
Set.	1,94	-1,08	-6,04	-8,29	-14,06	-0,94	-1,30	-1,59	-2,07
Out.	1,65	0,23	-0,93	-1,16	-2,75	0,59	-0,48	-1,14	-1,20
Nov.	1,44	1,33	2,92	3,73	4,29	3,12	1,29	1,23	1,62
Dez.	1,34	0,27	-1,03	-1,91	-3,15	-0,56	0,73	0,84	0,88
2º sem. 1994	19,31	16,98	36,19	44,68	65,36	26,70	21,81	23,86	22,75
1º sem. 1995	16,76	10,03	0,24	-3,69	1,03	-9,05	8,98	8,22	7,02
2º sem. 1995	12,56	4,33	0,32	-0,19	-8,21	9,92	1,13	0,17	-0,59
Acum. 1995	31,42	14,79	0,56	-3,87	-7,26	-0,03	10,21	8,40	6,39
Acum. Plano*	56,80	34,28	36,95	39,08	53,35	26,66	34,24	34,27	30,59

* O acumulado no Plano foi obtido utilizando-se a variação de jul. 1994 em reais.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

OFERTA E DEMANDA

Os quadros do suprimento de feijão, divulgados em dezembro último pela Conab, ainda não consideram as perdas ocorridas na primeira safra em razão da estiagem no Rio Grande do Sul e em algumas áreas de Santa Catarina. A Conab ainda não consolidou os levantamentos, o que só deverá estar concluído ao final de janeiro. Os preços atuais (em alta) são compatíveis com um quadro de suprimento mais apertado. Não há, porém, expectativa de continuidade dos preços altos, em razão da boa perspectiva com relação à safra de Irecê, que deverá chegar ao mercado em fins de fevereiro, e das remessas satisfatórias da primeira safra do Paraná e Santa Catarina.

Brasil — feijão total

O estoque final projetado para a temporada 1995/96 é recorde histórico, situando-se em patamar quase 30% superior ao precedente.

1992/93 a 1995/96[P]

Item	1992/93	1993/94	1994/95*	1995/96[P]
Estoque inicial	537,30	199,50	400,00	432,40
Produção	2.379,10	3.244,10	3.192,40	3.266,70
Importação	54,90	156,40	130,00	100,00
Suprimento	2.971,30	3.600,00	3.722,40	3.799,10
Consumo aparente	2.771,00	3.200,00	3.290,00	3.250,00
Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoque final	199,50	400,00	432,40	549,10

Brasil — feijão de cores

A maior produção esperada para a safra 1995/96, aliada ao estoque inicial 24% maior do que o anterior, deverá gerar sobra de quase 500 mil t ao final da temporada.

1992/93 a 1995/96[P]

Item	1992/93	1993/94	1994/95*	1995/96[P]
Estoque inicial	459,80	129,00	280,40	347,30
Produção	1.895,40	2.718,50	2.724,70	2.766,40
Importação	15,60	56,90	40,00	20,00
Suprimento	2.370,80	2.904,40	3.045,10	3.133,70
Consumo aparente	2.241,80	2.624,00	2.697,80	2.665,00
Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoque final	129,00	280,40	347,30	468,70

Brasil — feijão-preto

Pelo segundo ano consecutivo, em 1995/96 as importações desta variedade deverão declinar, desta feita em decorrência da retomada da produção.

1992/93 a 1995/96[P]

Item	1992/93	1993/94	1994/95*	1995/96[P]
Estoque inicial	77,50	70,50	119,60	85,10
Produção	483,70	525,60	467,70	500,30
Importação	39,30	99,50	90,00	80,00
Suprimento	600,50	695,60	677,30	665,40
Consumo aparente	530,00	576,00	592,20	585,00
Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoque final	70,50	119,60	85,10	80,40

Fonte: Conab (dezembro de 1995).
* Estimativa.
[P] Previsão.

Turquia — fumo em folha não-manufaturado

Grande exportadora do fumo do tipo oriental, a Turquia conseguiu obter fortes aumentos em suas vendas nos dois últimos anos devido a uma política de redução dos preços do seu produto.

1992-95 (em toneladas, peso seco[1])

Item	1992	1993	1994	1995*
Estoque inicial	300.904	404.967	489.410	385.615
Produção	275.381	280.803	176.416	182.595
Importação	20.936	30.000	20.400	26.000
Exportação	76.454	91.350	121.411	120.000
Consumo interno	115.800	135.010	179.200	212.700
Estoque final	404.967	489.410	385.615	261.510

EUA — fumo em folha não-manufaturado

O menor ímpeto das exportações norte-americanas vem sendo atribuído ao aumento da oferta mundial do produto, que deprimiu os preços da commodity e aumentou a competição entre os países vendedores.

1992-95 (em toneladas, peso seco[1])

Item	1992	1993	1994	1995*
Estoque inicial	1.511.217	1.523.008	1.601.269	1.642.902
Produção	702.743	651.511	641.181	588.013
Importação	324.930	359.738	264.390	190.000
Exportação	260.526	207.747	196.792	200.000
Consumo interno	755.356	725.241	667.146	670.090
Estoque final	1.523.008	1.601.269	1.642.902	1.550.825

Brasil — fumo em folha não-manufaturado

O fato de o país ter-se tornado importador de fumo a partir de 1991 deve-se ao crescimento acentuado de suas exportações de cigarros e à decorrente necessidade de aquisição de certos tipos da matéria-prima para a confecção de *blends* específicos.

1992-95 (em toneladas, peso seco[1])

Item	1992	1993	1994	1995*
Estoque inicial	180.500	276.300	404.800	351.800
Produção	474.000	509.000	365.000	325.000
Importação	9.800	6.000	10.000	7.000
Exportação	241.000	243.500	275.500	229.000
Consumo interno	147.000	143.000	152.500	159.000
Estoque final	276.300	404.800	351.800	295.800

Mundo — fumo em folha não-manufaturado

Apesar de virem ocorrendo aumentos ininterruptos no consumo mundial de fumo em folha, em termos *per capita* ele está estabilizado, sugerindo eficácia da propaganda antitabagista.

1992-95 (em toneladas, peso seco[1])

Item	1992	1993	1994	1995*
Estoque inicial	6.651.088	7.274.247	7.679.916	6.436.116
Produção	7.330.718	7.344.199	5.747.390	6.397.636
Importação	1.814.864	1.765.184	1.756.230	1.712.183
Exportação	1.741.207	1.781.949	1.784.000	1.651.261
Consumo	6.777.016	6.926.765	6.963.420	7.069.590
Estoque final	7.274.247	7.679.916	6.436.116	5.793.980

Fonte: USDA (outubro de 1995).
* Estimativa.
[1] A conversão do peso seco para o peso de venda nas propriedades varia de país para país; na média, o fator de conversão oscila entre 88% e 92%, podendo até ser de somente 60%.

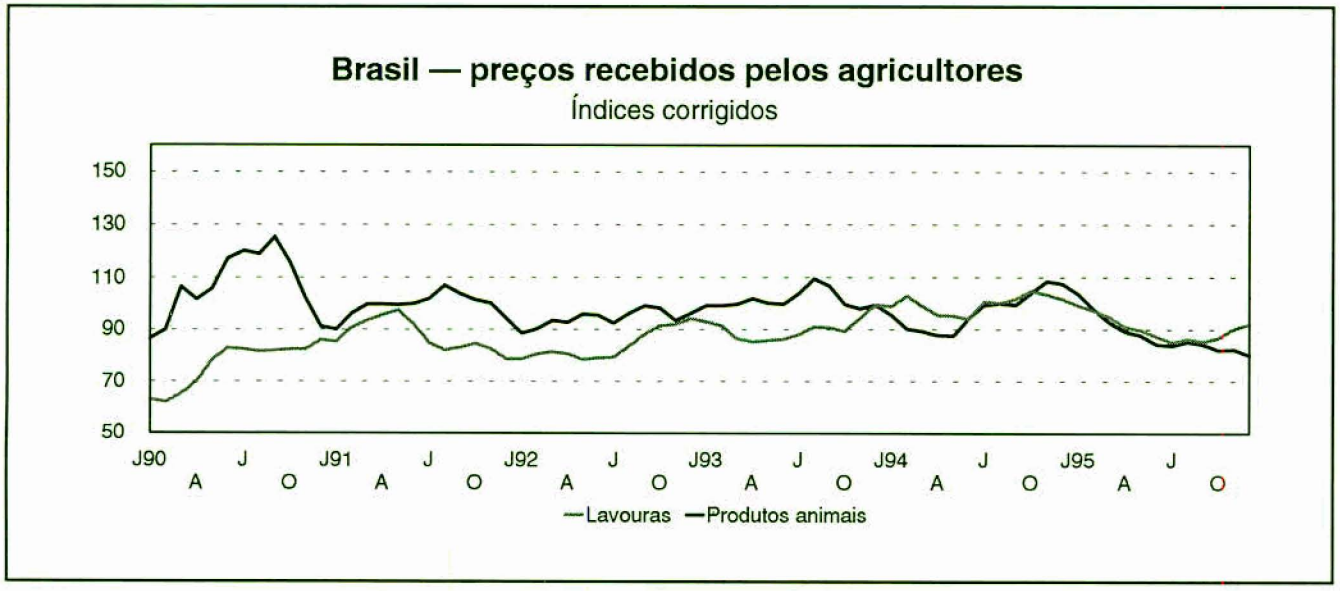
IRENE RAGUENET TROCCOLI

Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057
Nov.	6,244	7,701	4,578	6,470	6,307
Dez.	8,935	11,109	6,471	8,927	8,913
Jan.-94	12,641	15,632	9,229	12,216	12,466
Fev.	18,735	22,305	14,478	16,425	17,879
Mar.	26,103	30,876	20,382	23,581	25,174
Abr.	35,845	40,526	29,942	33,022	34,806
Maio	50,354	53,874	45,587	46,378	48,890
Jun.	72,980	76,818	67,744	73,149	73,035
Jul.	97,452	97,111	97,989	96,121	96,984
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	103,089	101,389	105,745	101,000	102,362
Out.	109,073	110,509	106,613	108,407	108,848
Nov.	110,429	114,424	104,110	115,871	112,339
Dez.	109,175	114,836	100,499	115,512	111,387
Jan.-95	107,853	113,183	99,639	112,682	109,557
Fev.	106,896	110,407	101,215	107,540	107,190
Mar.	106,082	104,652	107,549	103,853	105,383
Abr.	104,519	101,611	108,367	102,424	103,866
Maio	103,289	97,682	111,640	100,989	102,563
Jun.	103,287	97,938	111,177	99,683	102,100
Jul.	102,833	101,049	104,418	101,294	102,382
Ago.	105,654	105,750	104,173	104,275	105,261
Set.	103,395	104,694	100,093	102,094	103,028
Out.	105,390	108,154	99,878	99,754	103,503
Nov.	111,026	116,162	102,015	101,119	107,605
Dez.	113,373	121,439	100,306	98,861	108,251

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Enquanto a perspectiva de uma safra menor permite a recuperação dos preços das lavouras, as cotações dos produtos animais atingem o menor nível da década.



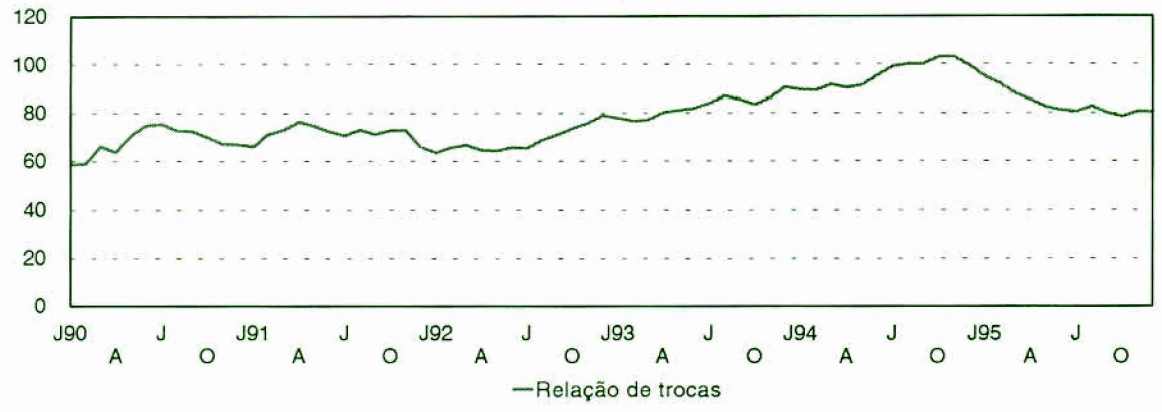
Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais
(base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
Nov.	6,796	7,240	7,496	7,987	7,722	7,009	7,323
Dez.	9,378	9,742	9,980	10,669	10,614	9,092	9,841
Jan. 94	13,349	13,584	13,563	14,884	14,413	14,122	13,942
Fev.	19,829	19,829	19,971	20,597	20,030	20,092	20,023
Mar.	28,745	27,081	27,860	27,645	26,890	27,251	27,504
Abr.	39,992	37,386	39,050	39,161	38,679	38,204	38,562
Maio	54,840	53,979	55,321	51,496	52,750	52,730	53,512
Jun.	76,375	78,219	79,235	72,629	79,833	73,444	76,666
Jul.	97,496	98,627	99,945	96,465	99,932	95,074	97,841
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	99,641	99,996	99,178	102,264	100,000	111,166	102,312
Out.	102,530	100,780	99,950	105,580	100,000	122,930	105,700
Nov.	104,794	103,058	100,304	108,168	100,000	134,784	109,203
Dez.	106,705	102,540	100,300	106,988	100,000	149,653	112,025
Jan. 95	106,309	103,892	100,812	108,949	100,000	112,025	115,412
Fev.	105,949	104,451	102,151	110,674	100,000	169,459	116,800
Mar.	106,465	106,425	102,645	114,138	100,000	181,424	120,150
Abr.	106,137	108,584	104,105	115,115	100,000	186,274	121,854
Maio	105,837	108,301	104,061	118,547	100,000	199,198	124,695
Jun.	106,078	108,852	104,211	119,210	100,000	206,690	126,297
Jul.	107,753	108,726	105,509	121,694	100,000	208,647	127,354
Ago.	108,083	110,113	105,743	121,743	100,000	208,023	127,667
Set.	108,690	113,447	106,736	122,312	100,000	209,282	129,069
Out.	109,066	118,036	107,876	121,906	107,336	211,619	131,988
Nov.	109,612	120,981	108,744	122,746	107,336	215,833	133,840
Dez	110,327	122,683	109,843	123,622	107,336	217,780	134,994

Depois de uma queda acentuada, a relação de trocas se mantém relativamente estável.

Brasil — preços recebidos e pagos pelos agricultores

Índices corrigidos



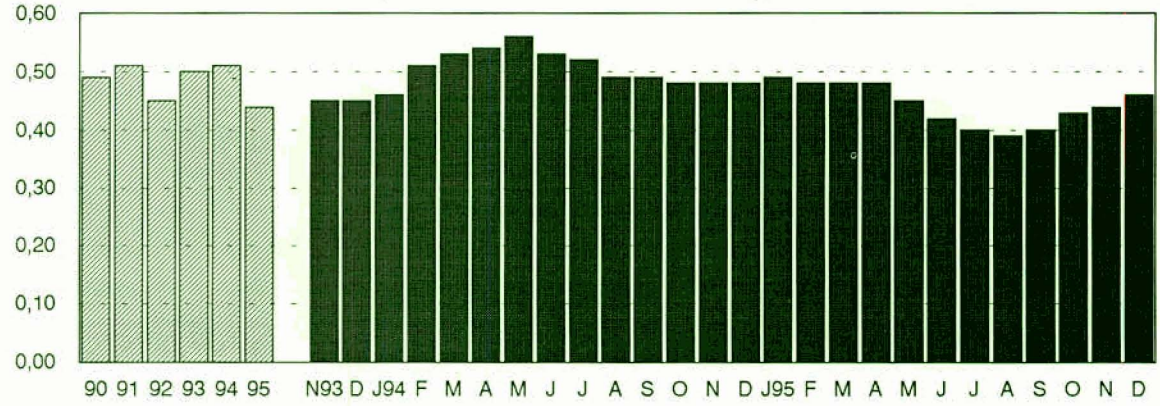
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de dezembro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,49	0,42	0,25	0,33	0,39	16,41	0,65	14,26
1991	0,51	0,50	0,32	0,34	0,41	18,59	0,62	15,24
1992	0,45	0,35	0,24	0,25	0,27	18,41	0,53	15,82
1993	0,50	0,44	0,23	0,26	0,29	16,27	0,68	14,13
1994	0,51	0,40	0,23	0,33	0,46	17,10	1,21	14,58
1995	0,44	0,36	0,19	0,51	0,37	15,90	1,12	12,95
Nov.	0,45	0,48	0,25	0,23	0,21	19,25	0,72	14,83
Dez.	0,45	0,44	0,27	0,23	0,24	21,05	0,73	14,80
Jan. 94	0,46	0,38	0,28	0,24	0,29	17,78	0,70	14,63
Fev.	0,51	0,33	0,25	0,25	0,44	17,62	0,78	15,86
Mar.	0,53	0,35	0,22	0,28	0,44	17,74	0,78	14,83
Abr.	0,54	0,32	0,20	0,28	0,56	16,80	0,82	15,21
Maio	0,56	0,34	0,20	0,29	0,48	18,89	1,07	15,05
Jun.	0,53	0,36	0,21	0,31	0,34	19,86	1,20	14,98
Jul.	0,52	0,39	0,22	0,33	0,39	18,69	1,76	14,78
Ago.	0,49	0,41	0,22	0,38	0,42	17,87	1,60	14,31
Set.	0,49	0,41	0,23	0,39	0,59	16,18	1,64	14,16
Out.	0,48	0,50	0,24	0,40	0,57	14,66	1,54	14,02
Nov.	0,48	0,51	0,23	0,42	0,52	14,68	1,37	13,51
Dez.	0,48	0,49	0,24	0,42	0,45	14,39	1,21	13,58
Jan. 95	0,49	0,46	0,24	0,45	0,45	15,28	1,13	13,19
Fev.	0,48	0,43	0,22	0,44	0,43	15,78	1,16	13,10
Mar.	0,48	0,33	0,20	0,47	0,40	17,92	1,25	12,86
Abr.	0,48	0,37	0,18	0,54	0,35	17,76	1,21	12,47
Maio	0,45	0,35	0,17	0,55	0,46	18,40	1,23	12,78
Jun.	0,42	0,35	0,17	0,57	0,56	16,94	1,12	12,73
Jul.	0,40	0,35	0,16	0,57	0,40	14,06	1,01	12,66
Ago.	0,39	0,31	0,17	0,55	0,25	14,39	1,05	12,95
Set.	0,40	0,32	0,17	0,47	0,21	14,24	1,02	13,00
Out.	0,43	0,34	0,17	0,46	0,18	14,28	0,99	13,71
Nov.	0,44	0,35	0,18	0,45	0,17	15,67	0,98	13,82
Dez.	0,46	0,35	0,19	0,43	0,16	15,11	0,93	13,93

Recuperação das cotações no mercado mundial e perspectivas de uma safra menor no Centro-Sul permitiram a recuperação dos preços recebidos pelos agricultores nos últimos meses do ano. Ainda assim, a média dos preços em 1995 foi a menor da década.

Brasil — preços recebidos — algodão em caroço

(em R$ de dezembro de 1995/kg)



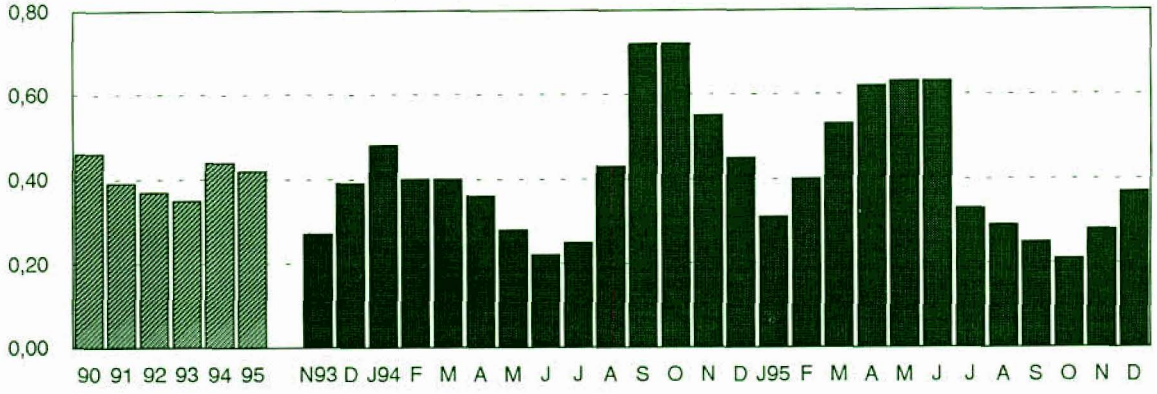
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de dezembro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,76	1,68	3,50	0,17	50,70	0,20	0,46	0,16
1991	0,75	1,74	2,69	0,18	60,72	0,25	0,39	0,16
1992	0,58	2,42	2,65	0,16	68,63	0,26	0,37	0,19
1993	0,73	2,17	2,10	0,17	68,11	0,26	0,35	0,18
1994	0,88	1,86	2,83	0,14	48,92	0,23	0,44	0,15
1995	0,53	1,72	2,85	0,12	68,69	0,16	0,42	0,15
Nov.	0,78	2,07	2,33	0,18	59,48	0,27	0,27	0,16
Dez.	0,91	2,20	2,69	0,19	60,02	0,28	0,39	0,16
Jan. 94	0,91	1,95	3,25	0,18	58,87	0,27	0,48	0,16
Fev.	1,21	1,94	3,34	0,15	64,67	0,27	0,40	0,15
Mar.	1,48	1,86	2,97	0,14	54,46	0,24	0,40	0,14
Abr.	1,23	1,81	2,81	0,13	45,25	0,23	0,36	0,14
Maio	0,83	1,94	2,31	0,13	38,89	0,23	0,28	0,15
Jun.	0,64	1,98	2,22	0,13	37,35	0,24	0,22	0,15
Jul.	0,70	1,92	2,39	0,14	35,64	0,22	0,25	0,15
Ago.	0,64	1,86	2,35	0,14	45,70	0,21	0,43	0,15
Set.	0,63	1,80	2,64	0,13	46,96	0,21	0,72	0,15
Out.	0,82	1,75	2,93	0,14	46,49	0,20	0,72	0,15
Nov.	0,78	1,77	3,22	0,15	54,86	0,20	0,55	0,15
Dez.	0,70	1,76	3,55	0,15	57,92	0,20	0,45	0,16
Jan. 95	0,63	1,80	3,84	0,14	65,57	0,19	0,31	0,16
Fev.	0,63	1,79	3,22	0,12	67,94	0,19	0,40	0,16
Mar.	0,63	1,76	3,58	0,11	70,17	0,16	0,53	0,15
Abr.	0,59	1,73	3,56	0,11	67,86	0,15	0,62	0,15
Maio	0,55	1,73	3,20	0,11	71,02	0,14	0,63	0,15
Jun.	0,48	1,72	2,63	0,11	71,68	0,14	0,63	0,14
Jul.	0,46	1,68	2,30	0,11	69,81	0,15	0,33	0,13
Ago.	0,45	1,66	2,04	0,11	69,43	0,17	0,29	0,14
Set.	0,45	1,69	2,05	0,11	64,92	0,17	0,25	0,14
Out.	0,46	1,68	2,12	0,12	68,47	0,17	0,21	0,14
Nov.	0,47	1,66	2,07	0,13	67,99	0,19	0,28	0,16
Dez.	0,51	1,78	1,86	0,13	73,20	0,20	0,37	0,16

Como é tradicional, no fim do ano os preços do tomate registraram aumento. Fatores meteorológicos e aumento do consumo explicam, em parte, o fato. Também deve-se observar que nos dois últimos meses do ano não há oferta de tomate industrial, cujos preços são mais baixos.

Brasil — preços recebidos — tomate

(em R$ de dezembro de 1995/kg)



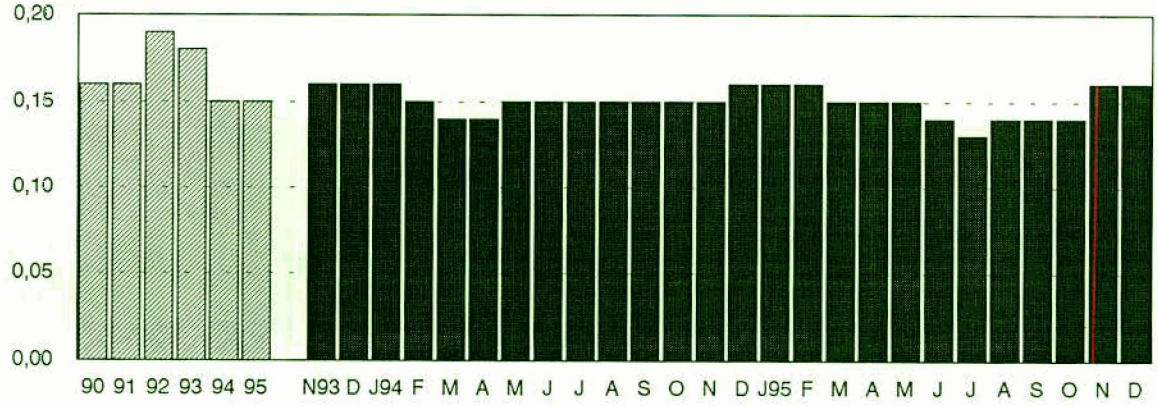
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de dezembro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (15kg)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,66	0,24	1,18	0,18	0,32	161,81	32,97	793,82
1991	0,39	0,20	0,97	0,18	0,28	143,33	30,38	640,10
1992	0,41	0,22	0,80	0,16	0,23	130,62	28,99	547,83
1993	0,42	0,24	0,86	0,17	0,48	140,79	30,73	584,71
1994	0,33	0,25	1,39	0,21	0,31	162,33	29,83	731,67
1995	0,51	0,25	1,66	0,25	0,42	147,19	24,56	820,59
Nov.	0,19	0,26	1,23	0,17		137,70	31,46	596,83
Dez.	0,13	0,23	0,92	0,17		136,54	31,64	585,91
Jan. 94	0,16	0,24	0,88	0,17	0,35	141,30	31,12	590,46
Fev.	0,31	0,25	0,82	0,19	0,32	140,82	28,67	571,22
Mar.	0,35	0,29	0,86	0,23	0,28	142,87	28,87	564,45
Abr.	0,30	0,29	1,30	0,23	0,29	144,18	28,22	581,51
Maio	0,35	0,26	1,55	0,23		145,41	25,07	624,25
Jun.	0,28	0,24	1,15	0,19		160,59	30,37	697,44
Jul.	0,37	0,22	1,57	0,18		168,04	28,11	743,43
Ago.	0,33	0,22	1,66	0,16		174,93	28,95	788,40
Set.	0,32	0,23	1,64	0,19		177,35	28,64	825,03
Out.	0,41	0,24	1,76	0,22		185,63	32,90	889,37
Nov.	0,39	0,23	1,79	0,24		184,92	34,62	930,53
Dez.	0,41	0,24	1,71	0,24		181,93	32,39	973,95
Jan. 95	0,41	0,25	1,59	0,24	0,59	172,38	28,56	921,11
Fev.	0,46	0,25	1,68	0,26	0,43	171,33	27,66	910,03
Mar.	0,44	0,25	1,70	0,27	0,49	164,35	26,39	881,14
Abr.	0,46	0,26	1,83	0,27	0,00	155,46	24,75	835,17
Maio	0,49	0,25	1,72	0,25	0,60	147,94	23,44	814,64
Jun.	0,71	0,25	1,71	0,24		137,10	22,21	783,98
Jul.	0,79	0,24	1,62	0,23		131,18	22,81	776,88
Ago.	0,56	0,23	1,58	0,23		131,35	23,58	765,58
Set.	0,47	0,23	1,63	0,24		130,95	23,01	758,59
Out.	0,31	0,24	1,60	0,26		129,83	23,14	758,83
Nov.	0,21	0,24	1,57	0,25		127,73	23,39	737,74
Dez.	0,18	0,25	1,51	0,24		123,51	22,14	728,22

A alta dos preços no mercado internacional e a safra reduzida permitiram uma recuperação dos preços do cereal. Contudo, na média do ano os preços se mantiveram idênticos aos do ano anterior e os mais baixos dos anos 90.

Brasil — preços recebidos — trigo em grão

(em R$ de dezembro de 1995/kg)



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de dezembro de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	487,09	19,71	1,43	0,33	29,48	0,89	3,31	303,04
1991	400,22	18,85	1,22	0,31	17,41	0,77	3,88	261,98
1992	341,64	16,33	1,07	0,29	27,57	0,75	2,50	243,94
1993	363,73	18,25	1,08	0,31	22,90	0,84	2,60	255,75
1994	444,69	16,79	1,03	0,27	27,17	0,79	3,02	286,04
1995	461,17	15,61	0,85	0,29	34,66	0,65	5,12	257,31
Nov.	373,88	17,81	1,07	0,28	21,26	0,66	2,78	256,46
Dez.	368,97	19,59	1,12	0,27	20,70	0,70	2,70	264,67
Jan. 94	370,89	17,25	1,10	0,25	23,26	0,71	2,58	260,12
Fev.	365,74	15,57	1,02	0,25	21,66	0,74	2,38	253,70
Mar.	358,94	15,49	0,99	0,24	22,21	0,77	2,42	260,60
Abr.	359,23	14,14	0,97	0,24	23,65	0,79	2,45	263,32
Maio	389,72	14,05	0,97	0,27	24,62	0,79	2,67	246,63
Jun.	420,41	15,59	0,96	0,26	25,03	0,80	2,85	279,12
Jul.	453,19	16,60	1,07	0,29	28,18	0,93	3,12	290,24
Ago.	485,36	16,58	1,05	0,30	27,89	0,90	3,29	300,58
Set.	497,70	17,63	0,97	0,30	30,19	0,81	3,37	303,59
Out.	528,30	18,74	1,01	0,30	33,46	0,72	3,57	318,90
Nov.	543,86	19,40	1,10	0,30	32,32	0,75	3,66	330,21
Dez.	562,94	20,45	1,14	0,30	33,50	0,76	3,93	325,47
Jan. 95	526,55	19,94	1,10	0,31	35,41	0,77	4,50	299,65
Fev.	513,07	18,48	0,97	0,29	33,71	0,73	4,68	299,27
Mar.	493,54	17,36	0,86	0,29	34,60	0,68	4,80	285,28
Abr.	508,61	16,30	0,81	0,29	34,18	0,66	4,90	267,32
Maio	462,96	15,23	0,80	0,30	34,85	0,64	5,17	254,38
Jun.	430,17	14,12	0,78	0,29	33,50	0,65	5,41	238,43
Jul.	425,36	13,61	0,79	0,29	33,87	0,61	5,42	233,37
Ago.	420,82	13,71	0,83	0,28	34,41	0,61	5,37	232,68
Set.	416,95	13,76	0,81	0,29	35,52	0,58	5,47	230,41
Out.	413,69	13,53	0,75	0,27	36,58	0,57	5,44	232,30
Nov.	406,44	13,36	0,76	0,27	30,02	0,58	5,36	230,16
Dez.	400,15	13,19	0,79	0,26	27,16	0,59	5,06	226,21

Fontes dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Superintendência de Abastecimento (MG), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV.

Apesar de os preços do milho terem registrado níveis bastante baixos em 1995, a queda mais rápida dos preços do frango torna a atividade avícola pouco rentável. Enquanto em 1990 o preço recebido na venda de um quilo de frango equivalia ao preço recebido por pouco mais de oito quilos de milho, em 1995 permitiu comprar apenas sete quilos. Se não houver mudanças, o frango barato na mesa do consumidor pode estar ameaçado por uma retração da oferta.

Brasil — relação de preços — frango e milho
(em R$ de dezembro de 1995/kg)

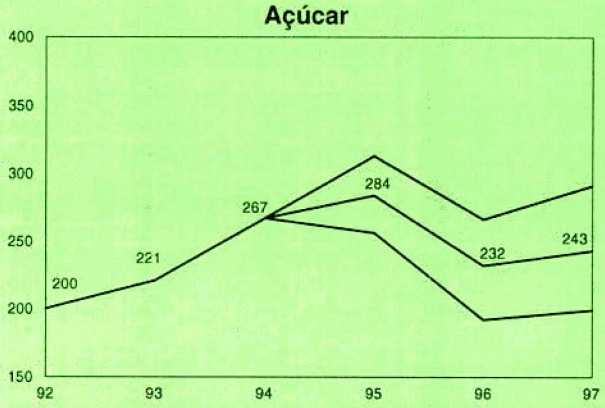


MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Projeção de preços do Banco Mundial

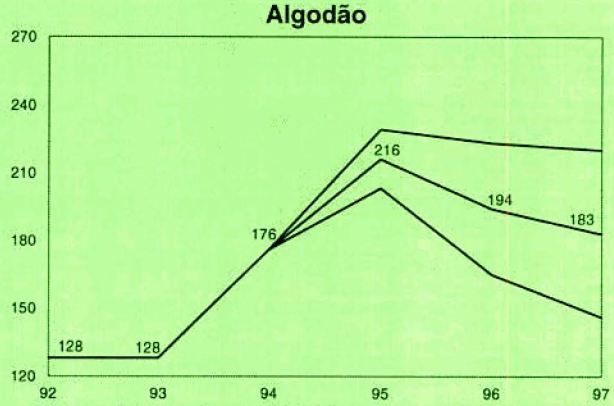
O relatório *Commodity Markets and Developing Countries*, do Banco Mundial, publicou no mês de novembro previsões de preços de mercadorias diversas, várias delas de grande interesse para o Brasil. O trabalho apresenta análises gráficas que consideram uma distribuição de probabilidade de 70% em relação a uma tendência definida para o período compreendido entre 1992 e 1997.

Açúcar



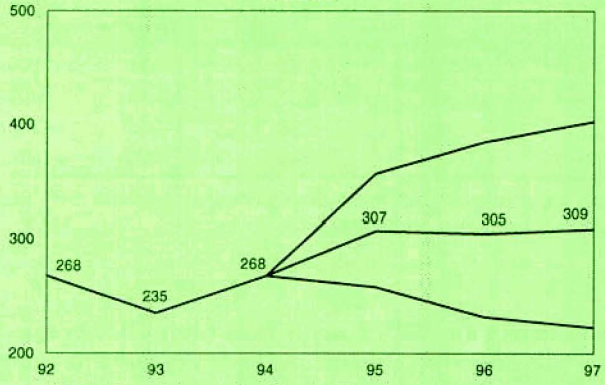
US$/t. Preço diário ISA, FOB portos importantes do Caribe.

Algodão



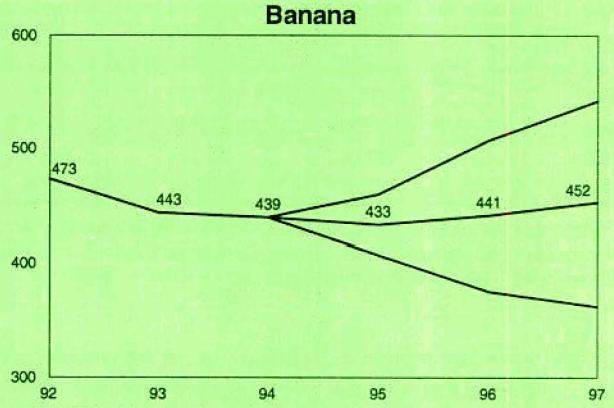
US¢/kg. Produto mediano (1 3/32"), CIF Europa.

Arroz



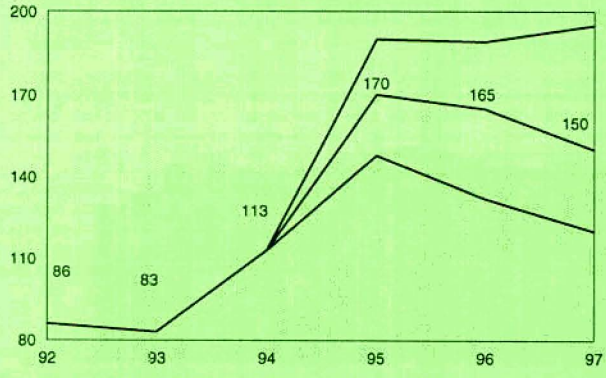
US$/t. Tailandês, branco, beneficiado, 5% quebrados, padrões do governo, FOB Bangcoc, preços de export. do Cons. de Exportação.

Banana



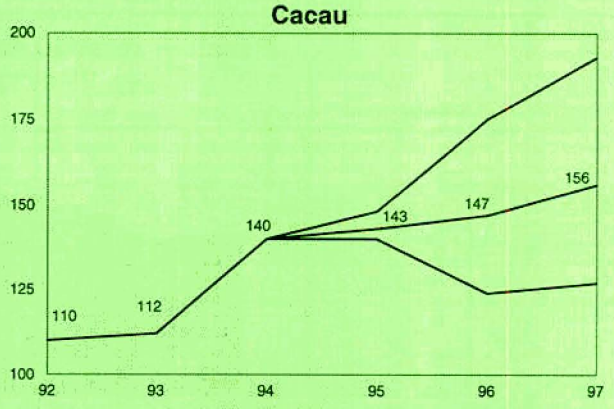
US$/t. América Central e América do Sul, 1ª qualidade, preço do importador, FOB portos dos EUA.

Borracha



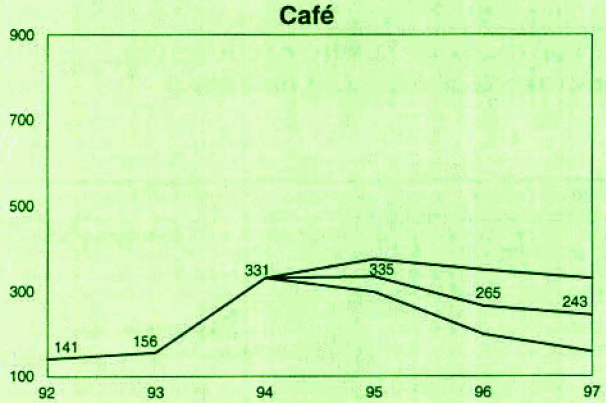
US¢/kg. Qualquer origem, RSS nº 1 em sacas, *spot*, Rubber Trade Association, Nova York.

Cacau



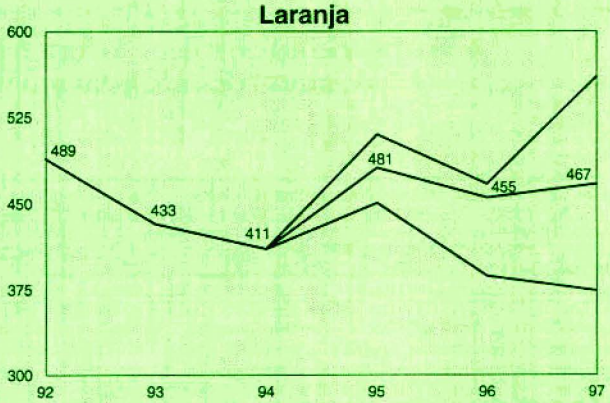
US¢/kg. Preço médio diário, Nova York e Londres, três meses mais próximos dos futuros.

Café



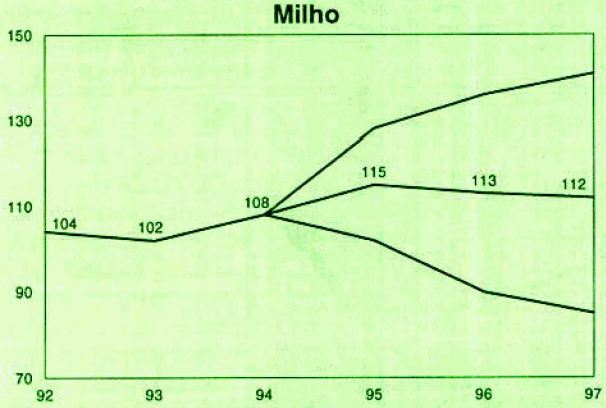
US¢/kg. Preço indicativo OIC, outros arábicas, média dos mercados de Nova York e Bremen/Hamburgo, pronto embarque.

Laranja



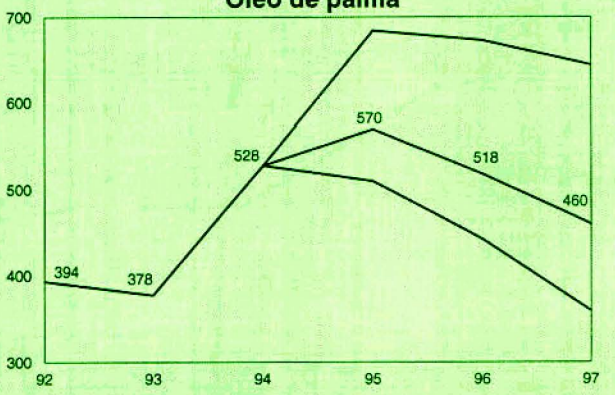
US$/t. Exportadores mediterrâneos, preço indicativo de importação da União Européia, CIF Paris.

Milho



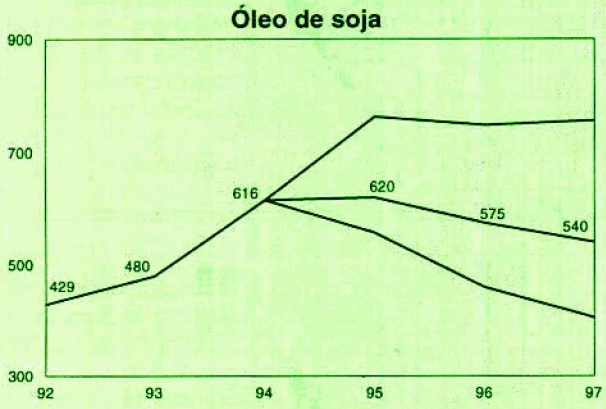
US$/t. Norte-americano, nº 2, amarelo, FOB Golfo.

Óleo de palma



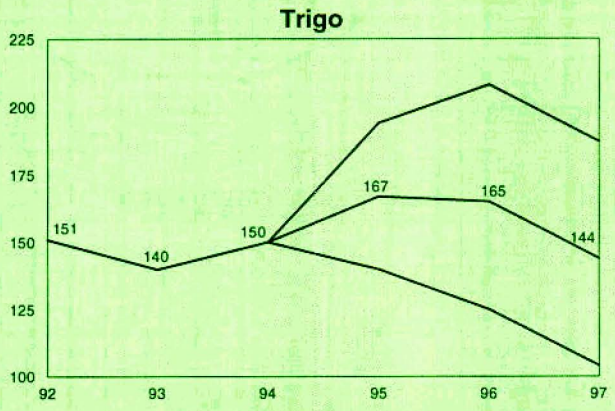
US$/t. Malaio, 5%, CIF Europa.

Óleo de soja



US$/t. Países Baixos, óleo cru, FOB, *ex-mill*.

Trigo



US$/t. Canadense, nº 1 Western Red Spring, 13,5%, armazenado em Thunder Bay.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 17 de janeiro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de fevereiro de 1996.

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Janeiro 1995	Dezembro 1995	1 a 16 janeiro 1996	11 a 16 janeiro 1996	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Açúcar raw US¢/lb-peso	14,88	11,42	11,70	11,60	11,70		11,27		10,49			10,21					→	Segundo estimativas da F. O. Litch, confirma-se a expectativa de um excedente de produção para a safra mundial de 95/96. A produção de países como Brasil, Tailândia, Cuba e Índia pode surpreender ainda mais. No curto prazo, no entanto, a escassez do açúcar branco continuará pressionando as cotações.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	91,96	86,93	82,69	82,64	82,69		82,06		81,37			78,18		76,96			↗	No último balanço do USDA, as estimativas da produção mundial recuaram 420 mil fardos, contra um modesto aumento no consumo de 240 mil fardos. A atividade das indústrias têxteis no Hemisfério Norte, no entanto, deve se intensificar em função da entrada da coleção primavera-verão.
Cacau Bahia US$/tonelada	1.348,24	1.289,74	1.265,00	1.269,00	1.265,00		1.291,00		1.314,00		1.334,00			1.366,00			↗	A redução no ritmo de embarque de cacau proveniente da Costa do Marfim, aliada a uma moderada recuperação das moagens em nível mundial, deve pressionar as cotações, frente a um continuado déficit na oferta mundial de cacau.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	168,97	125,94	98,40	101,30	98,40		100,85		100,70		100,53			100,21			↗	Mercado parece ter interrompido a tendência baixista dos últimos meses em razão da onda de frio no México, de problemas nas colheitas da América Central e da forte retração da oferta brasileira. Os preços de oferta do café brasileiro estão em patamares superiores aos de Nova York.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Janeiro 1995	Dezembro 1995	1 a 16 janeiro 1996	11 a 16 janeiro 1996	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Milho two yellow US¢/ bushel	232,54	350,38	364,68	360,30	364,68		368,34		365,18		311,64			293,68			↗	Em sua avaliação de janeiro, o USDA reviu para 12,9 milhões de toneladas o estoque final norte-americano, ou seja, 18% abaixo da projeção anterior.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	555,33	718,30	737,86	731,10	746,80		752,02		753,30	748,23	722,77		704,50				↗	Permanece firme a demanda pelo grão na União Européia, Rússia, China e Coréia. As chuvas no Rio Grande do Sul mudaram pouco a expectativa com relação ao tamanho da safra, ou seja, há ainda uma perspectiva de escassez que sustenta em alta as cotações.
Soja-farelo US$/ tonelada	158,20	227,47	234,85	233,62	238,22		239,22		238,79		235,87		229,26				↗	O consumo mundial deverá crescer 1% em 1996 e os estoques estão se reduzindo, amparando em alta as cotações.
Suco de laranja US¢/lb-peso	105,66	120,90	118,29	116,90	119,43		122,00		124,27		126,39		125,92		123,92		→	Passados os primeiros temores quanto a geadas na Flórida, o mercado volta a acalmar-se, com o USDA tendo elevado para 206 milhões de caixas sua estimativa da produção de laranjas na Flórida.
Trigo soft red U$¢/ bushel	375,42	503,28	495,30	491,70	495,30		468,16		432,64		433,95			441,82			→	O mercado continua estabilizado pela boa oferta norte-americana e a avaliação otimista para a safra australiana.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ mediante a divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-DI (da nova base, após a implantação do real) para dezembro de 1995. Os preços de janeiro de 1996 são nominais.

Produtos \ Preços	Janeiro 1995	Dezembro 1995	1 a 16 janeiro 1996	11 a 16 janeiro 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	27,96	27,18	27,26	27,26	→	O mercado interno continua parado. As importações de algodão registradas na BM&F, no entanto, continuam elevadas. Até 26 de janeiro, foram registradas 9.025 t de algodão importado.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	31,99	30,30	31,48	31,75	↗	A escassez de produto de melhor qualidade poderá sustentar uma alta moderada daqui para a frente. A oferta de arroz em casca é basicamente oriunda dos leilões do governo.
Boi gordo R$/arroba	29,17	21,30	21,95	21,90	↘	Expectativa de pequena queda nas cotações em fevereiro, em função da normalização da oferta após a relativa escassez em janeiro (provocada pela retenção dos rebanhos para ganho de peso na época em que as pastagens estão excelentes). À exceção do Rio Grande do Sul, o clima é excelente para as pastagens e o consumo no período de férias tradicionalmente se reduz.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	174,82	125,94	124,68	130,70	↗	Os estoques privados estão bastante baixos, o que já se reflete na queda das exportações. Com a menor quantidade exportada, os torrefadores serão forçados a continuar comprando cafés de melhor qualidade para a venda no mercado doméstico.

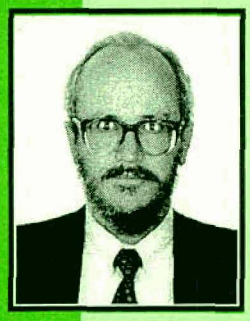
Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos / Preços	Janeiro 1995	Dezembro 1995	1 a 16 janeiro 1996	11 a 16 janeiro 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	39,04	38,60	47,41	42,70	→	As avaliações quanto às perdas devido à estiagem no Rio Grande do Sul ainda não são muito consistentes. O mercado está muito confuso, após a alta de dezembro sustentada pelas notícias de seca. Como o mercado logo se normalizou, é provável que tenham havido movimentos especulativos. A safra de Irecê é boa e o mercado nordestino se retrai à espera de queda nos preços.
Frango vivo R$/kg	0,88	0,65	0,68	0,66	→	A elevada produção da ave alia-se à menor demanda sazonal, devido ao período de férias e a aumentos no preço do milho, configurando um quadro prejudicial aos criadores.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	9,14	8,49	9,19	9,40	↗	Apesar da disponibilidade elevada do produto em estoque, e das vendas de "balcão" realizadas pela Conab, as cotações vêm registrando as típicas elevações da entressafra.
Soja-grão industrial R$/60kg	13,64	13,90	15,02	15,50	↗	As chuvas pouco alteraram as avaliações pessimistas quanto à safra do Rio Grande do Sul, o que mantém aquecido o mercado.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Hidroponia e suas implicações para a agricultura do Terceiro Mundo



TULIO DURÁN

A cada dia os jornais falam mais de hidroponia, a qual já chegou ao mercado brasileiro de franquias. Entretanto, a informação não chega aos agricultores de baixa renda e é quase um enigma para o público em geral. Estas notas têm como objetivo desmistificar o conceito de hidroponia e diferenciá-la de S/CEA (Soilless Controlled Environment Agriculture) — agricultura sem solo com meio ambiente controlado —, conceito muito em voga na agricultura comercial dos países do Primeiro Mundo.

A tecnologia hidropônica é conhecida desde a década de 40. Seu grande desenvolvimento porém ocorreu nos últimos 20 anos, o que vem fazendo crescer de modo explosivo o interesse por sua utilização nos países menos desenvolvidos.

Hidroponia significa "água trabalhando" e é o termo técnico para uma tecnologia que dispensa o uso do solo na produção agrícola, utilizando uma solução de micro e macronutrientes para a alimentação das plantas. Comercialmente, existem mais de 80 culturas testadas. Entretanto, nos EUA, por exemplo, existe nítida preferência pelo cultivo comercial de tomates, alface, pepinos, ervas finas e flores. Cada cultura requer fórmulas específicas de nutrientes, havendo necessidade de assistência técnica ao agricultor.

Na tecnologia hidropônica encontram-se duas vertentes importantes. Uma que não utiliza nenhum meio (substrato) para sustentar a planta, conhecida como NFT (Nutrient File Technique), na qual normalmente a solução de nutrientes é reaproveitada, permanentemente calibrada e periodicamente renovada. O cultivo hidropônico comercial de alfaces e ervas finas usa intensamente o NFT. A segunda vertente utiliza um substrato, ou meio inerte, para sustentar a planta e, ao mesmo tempo, reter a solução nutriente. Em geral essa tecnologia não recicla a solução, a qual é injetada no substrato de modo intermitente através do uso de um *timer* e do gotejamento.

A S/CEA utiliza a tecnologia hidropônica, porém controla o meio ambiente onde as plantas se desenvolvem. O controle é feito utilizando-se estufas e um sistema de monitoramento das condições de temperatura, umidade relativa do ar e luminosidade. Quando um desses três indicadores atinge níveis críticos, um computador aciona sistemas de aquecimento ou esfriamento do meio ambiente. No caso, a variação da luminosidade afeta a cadência do bombeamento da solução nutriente.

A tecnologia dispensa herbicidas, e o uso de pesticidas para controlar pragas eventuais é reduzido ao mínimo, dadas as altas condições de higiene das estufas. Assim, as plantas apresentam qualidade e aspecto visual excepcionais, pelo que comandam preço *premium* no mercado. Descarta ainda para o agricultor o risco de quebra devido a condições climáticas adversas. A S/CEA fornece às plantas condições ótimas de meio ambiente e alimentação, resultando em níveis de produtividade bastante elevados em relação à agricultura convencional, como se pode observar na tabela.

A respeito dos sistemas complementares (esfriamento, aquecimento e controle computadorizado), a S/CEA pode ser adaptada a países como o Brasil, onde as temperaturas mínimas são raras e localizadas no Sul do país. Climas como o do Nordeste, principalmente em regiões altas como as serras de Baturité e da Meruoca, no Ceará, onde as temperaturas máxima e mínima convergem para uma média de 25°C, são ideais para a implantação de projetos de S/CEA com fins comerciais.

O módulo comercial mínimo de $400m^2$ adaptado às condições climatológicas da zona montanhosa brasileira, onde as temperaturas oscilam entre 15 e 24°, utilizando a técnica hidropônica conhecida como aeroponia, onde se explora o cultivo vertical de alfaces com o uso de estruturas de PVC (que potencializa o uso do espaço útil da estufa), requer durante o primeiro ano um investimento em capital fixo de R$40 mil, incluindo equipamentos, montagem, posta em marcha e assessoria técnica. Em estrutura de quase 1/20 de hectare, podem-se colher oito safras anuais, o que corresponde a 190 mil pés de alface, já descontada uma perda de 20%. A taxa interna de retorno pode atingir até 150%, dependendo das hipóteses de comercialização subjacentes.

Item igualmente importante, e de interesse crescente no *marketing* dos produtos hidropônicos, é o seu caráter ecológico, *environment friendly*. Essa tecnologia pode se tornar um instrumento eficiente de combate ao desmatamento, nas áreas de conflito entre a preservação da natureza e a sobrevivência das populações rurais de baixa renda.

Rendimento por acre para a agricultura convencional e a S/CEA
Dados para os EUA (em toneladas)

Cultura	Agricultura convencional	S/CEA
Alface	10,12	23,46
Batata	19,75	172,84
Feijão	12,35	51,85
Pepino	7,90	31,36
Repolho	14,57	20,25
Tomate	12,35 a 24,69	148,15 a 617,28
Vagem	2,47	22,22

Fonte: Howard M. Resh PhD.: *The Definitive Guidebook of the Advanced Home Gardener and the Commercial Hydroponic Grower.*
1 acre = 0,405ha.

Economista, professor da UFRJ e consultor de empresas.

AGRISHOW 96

A MAIOR FEIRA DE TECNOLOGIA APLICADA À AGRICULTURA



29 DE ABRIL A 04 DE MAIO DE 96
RIBEIRÃO PRETO • SP

Estação Experimental do Instituto Agronômico

FAÇA JÁ SUA RESERVA DE ÁREA
SETORES DA FEIRA

Máquinas e Implementos Agrícolas
Sementes
Corretivos, Fertilizantes e Defensivos
Sistemas de Irrigação
Tratores
Aviões de Serviço e Veículos Utilitários
Combustíveis e Lubrificantes
Peças, Autopeças e Pneus

Ferramentas
Bombas e Motores
Perfuração de Poços Artesianos
Construções Pré-Fabricadas
Silos e Armazéns
Equipamentos de Segurança

Telas e Arames
Lonas e Plásticos
Sacarias e Embalagens Agrícolas
Transportadoras Rodoviárias de Carga
Sistemas de Informação
Serviços e Produtos de Informática
Equipamentos de Comunicação
Editoras Técnicas

Realização
ABAG • ABIMAQ • ABRASEM • AEASP
ANDA • ANDEF • SAAESP • SIMERS • SRB

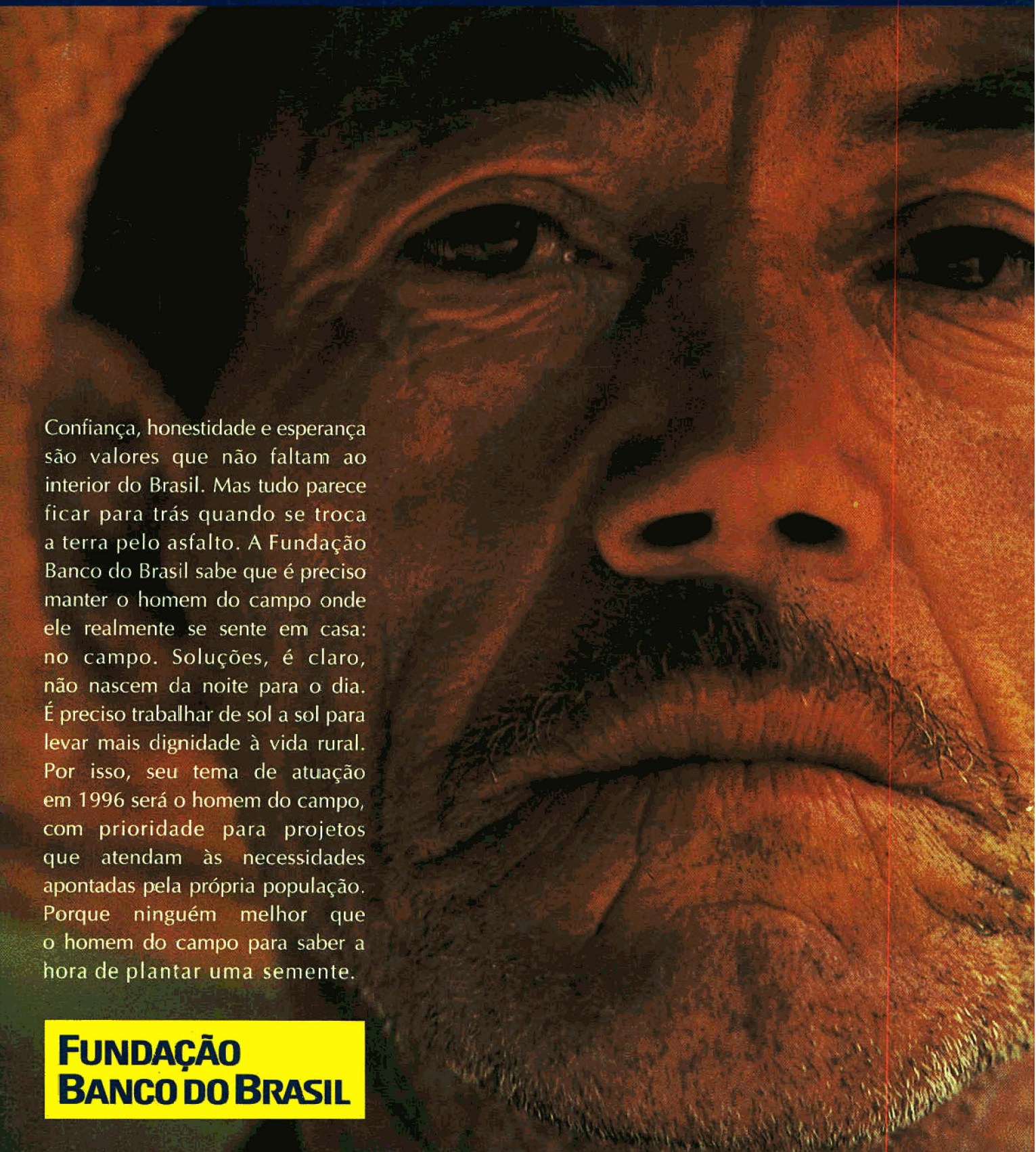
Promoção e Organização
ABIMAQ

Patrocínio
BANCO DO BRASIL

Apoio
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/FINAME
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" ESALQ/USP

INFORMAÇÕES: TEL.: (011) 5582-6421 • FAX: (011) 5582-6379 e 5582-6429

Cada vez que um brasileiro sai do campo para a cidade, o Brasil perde alimentos e ganha fome.



Confiança, honestidade e esperança são valores que não faltam ao interior do Brasil. Mas tudo parece ficar para trás quando se troca a terra pelo asfalto. A Fundação Banco do Brasil sabe que é preciso manter o homem do campo onde ele realmente se sente em casa: no campo. Soluções, é claro, não nascem da noite para o dia. É preciso trabalhar de sol a sol para levar mais dignidade à vida rural. Por isso, seu tema de atuação em 1996 será o homem do campo, com prioridade para projetos que atendam às necessidades apontadas pela própria população. Porque ninguém melhor que o homem do campo para saber a hora de plantar uma semente.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL